

AGENDAS

PARA A JUVENTUDE E AS SUAS COMUNIDADES

Propostas de jovens a crescer
em regiões de fronteira



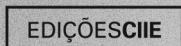
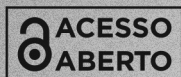
EDIÇÃO SCIE



AGENDAS

PARA A JUVENTUDE E AS SUAS COMUNIDADES

Propostas de jovens a crescer
em regiões de fronteira



AGENDAS

PARA A JUVENTUDE E AS SUAS COMUNIDADES

Propostas de jovens a crescer
em regiões de fronteira

Edição

CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)

ISBN

978-989-8471-43-7

DATA DE EDIÇÃO

Setembro 2022

© Autores/as e CIIE

CORRESPONDÊNCIA

Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto
Rua Alfredo Allen s/n, 4200-135 Porto, Portugal



Todo o conteúdo desta publicação está licenciado com uma licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional.

Neste documento o termo jovem refere-se a todas as pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. Os termos juventude e pessoa jovem são utilizados com o mesmo sentido que a palavra jovem.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Agendas para a juventude e as suas comunidades: propostas de jovens a crescer em regiões de fronteira

COORDENAÇÃO

Sofia Marques da Silva

AUTORIA

Marta Sampaio
Nicolas Martins da Silva
Sara Faria
Sofia Marques da Silva
Thiago Freires



EDIÇÃO

CIIE – Centro de Investigação e de Intervenção Educativas

DESIGN

Frederico Lencastre

Esta publicação insere-se no *Projeto GROW.UP: Crescer em Regiões de Fronteira de Portugal Continental Jovens, Percursos Educativos e Agendas*. Este projeto foi financiado por fundos europeus, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais, através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT) (projeto com as referências POCI-01-0145-FEDER-029943 e PTDC/CED-EDG/29943/2017).

Foi também apoiado pela FCT, IP no âmbito do Financiamento Plurianual do CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas (projetos com as ref.^{as} UID/CED/00167/2019, UIDB/00167/2020 e UIDP/00167/2020).



AGRADECIMENTOS

Este documento foi desenvolvido por elementos da equipa do projeto GROW.UP | Crescer em regiões de fronteira – jovens, percursos educativos e agendas: Marta Sampaio, Nicolas Martins da Silva, Sara Faria, Thiago Freires e Sofia Marques da Silva, que coordenou o seu desenvolvimento. Esta equipa gostaria de expressar a sua profunda gratidão a um conjunto de organizações e pessoas que, de formas muito diversas e todas fundamentais, contribuíram para que este documento tomasse forma. O primeiro agradecimento dirige-se aos cerca de 4000 jovens estudantes de escolas e agrupamentos de escolas situadas em 38 municípios de regiões de fronteira que responderam pacientemente a questionários, participaram em grupos de discussão, entrevistas e oficinas de trabalho participativo. Muito obrigada! Para além deste agradecimento anónimo, precisamos de agradecer destacando algumas pessoas e organizações:

Jovens do Município de Almeida

Afonso Martins
Letícia Rodrigues
Gonçalo Serra
Matilde Vicente
Rafaela Correia

Jovens do Município de Elvas

António Magro
Carolina Henriques
Carolina Piedade
Catarina Borba
Catarina Oliveira
Diana Covas
Duarte Cortes
Flávia Reis
Francisco Nunes
Inês Barão
João Fernandes
Lara Almeida
Luís Manteigas
Madalena Matias
Mariana Dias
Matilde Santos
Miguel Piçarra
Soraia Ortega

Jovens do Município de Miranda do Douro

Ágatha Pereira
Bruno Fernandes
Cátia Gomes
Frederico da Silva
José Correia
Leandro Alves
Leandro Duarte
Miguel Ferreira
Ricardo Pires
Soraia Pinto
Tiago Igreja

Jovens do Município de Moura

Alexandra Albergaria
Ana Carapinha
Carmo Garcia
Diana Carvalho
Margarida Rico
Maria Calhaco
Maria Margarida Lúcio
Maria Ramos
Pilar Gavino
Rita Mestre
Rúben Pica
Vanessa Lebre

Jovens do Município de Terras de Bouro

Adriana Afonso	Flávia Soares
Ana Rodrigues	Gonçalo Loureiro
Diana Ferreira	Inês Marques
Eduarda Martins	João Fernandes
Fátima Fernandes	Mónica Simões

Docentes

Ana Moreira – Terras de Bouro
Felícia Martins e Carlos Grilo – Elvas
Maria Dulce Coelho – Almeida
Paulo Sérgio Martins – Moura
Rosa Martins – Miranda do Douro
Patrícia Sampaio – Amarante

Escolas/Agrupamentos de Escolas de Regiões de Fronteira

Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, Vilarelho, Caminha
Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira
Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, Valença
Escola Secundária de Monção
Escola Básica e Secundária de Melgaço
Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez
Escola Secundária de Ponte da Barca
Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro
Escola Básica e Secundária Dr. Bento da Cruz, Montalegre
Escola Básica e Secundária Fernão de Magalhães, Chaves
Escola Básica e Secundária D. Afonso III, Vinhais
Escola Básica e Secundária Miguel Torga, Bragança
Escola Básica de Vimioso
Escola Básica e Secundária de Miranda do Douro
Escola Básica e Secundária do Mogadouro
Escola Básica de Freixo de Espada à Cinta
Escola Secundária de Figueira de Castelo Rodrigo
Escola Básica e Secundária Dr. José Casimiro Matias, Almeida
Escola Secundária de Sabugal
Escola Básica e Secundária Ribeiro Sanches, Penamacor
Escola Básica e Secundária José Silvestre Ribeiro, Idanha-a-Nova
Escola Básica e Secundária de Alcains
Escola Básica e Secundária Prof. Mendes dos Remédios, Nisa
Escola Básica Garcia da Orta, Castelo de Vide
Escola Básica de Amaia, Portagem, Marvão
Escola Secundária de S. Lourenço, Portalegre
Escola Secundária Mouzinho da Silveira, Portalegre (ES/3)
Escola Básica Nossa Senhora da Luz, Arronches
Escola Secundária de Campo Maior
Escola Secundária D. Sancho II de Elvas
Escola Básica Diogo Lopes Sequeira, Alandroal
Escola Básica de Mourão
Escola Básica de Barrancos
Escola Básica de Moura
Escola Secundária de Moura
Escola Secundária de Serpa
Escola Básica e Secundária de São Sebastião, Mértola
Escola Básica Prof. Joaquim Moreira, Martim Longo, Alcoutim
Escola Básica de Castro Marim
Escola Secundária de Vila Real de Santo António

Outras escolas

Escola Secundária/3
de Amarante
Escola Secundária
Dr. Serafim Leite, São João
da Madeira

Câmaras Municipais de Regiões de Fronteira

Câmara Municipal de Caminha

Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

Câmara Municipal de Valença

Câmara Municipal de Monção

Câmara Municipal de Melgaço

Câmara Municipal Arcos de Valdevez

Câmara Municipal de Ponte da Barca

Câmara Municipal de Terras de Bouro

Câmara Municipal Montalegre

Câmara Municipal Chaves

Câmara Municipal Vinhais

Câmara Municipal Vimioso

Câmara Municipal de Miranda do Douro

Câmara Municipal do Mogadouro

Câmara Municipal Freixo de Espada à Cinta

Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo

Câmara Municipal Almeida

Câmara Municipal de Sabugal

Câmara Municipal de Penamacor

Câmara Municipal Idanha-a-Nova

Junta de Freguesia de Alcains, Castelo Branco

Câmara Municipal de Castelo de Vide

Câmara Municipal de Marvão

Câmara Municipal de Portalegre

Câmara Municipal de Arronches

Câmara Municipal de Campo Maior

Câmara Municipal de Elvas

Câmara Municipal de Alandroal

Câmara Municipal de Mourão

Câmara Municipal de Barrancos

Câmara Municipal de Moura

Câmara Municipal de Serpa

Câmara Municipal de Mértola

Câmara Municipal de Alcoutim

Câmara Municipal de Castro Marim

Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

Organizações de Regiões de Fronteira

Indieror, **Chaves**

ARKUS - Associação Juvenil, **Elvas**

Sílaba Dinâmica, **Elvas**

Interrogação, **Castelo Branco**

Associação Warrior Proposal, JC Team Fight Club, **Terras de Bouro**

ADC Moura - Associação para o Desenvolvimento do Concelho de **Moura**

Associação Recreativa da Juventude Mirandesa (ARJM), **Miranda do Douro**

Mirai Qu'aljorjas - Associação de Juventude de Sendim, **Miranda do Douro**

Lérias Associação Cultural, **Miranda do Douro**

Corpo Nacional de Escuteiros - Agrupamento de **Miranda do Douro**

Outras organizações

CIIE – Centro de Investigação e de Intervenção Educativas

IPDJ – Instituto Português da Juventude e do Desporto

APCER – Associação Portuguesa de Certificação

FNAJ – Federação Nacional das Associações Juvenis

Um agradecimento ainda à Ana Milheiro Silva, Daniela Silva, Ana Beatriz Nunes, Ana Lúcia, Catarina Moreira e Marta Silva, que contribuíram de diversas formas para este documento.

Finalmente, um agradecimento especial à Professora **Sauda-de Baltazar**, consultora do projeto, por todo o apoio ao longo destes quatro anos e à Professora **Isabel Menezes**, Diretora do Centro de Investigação e de Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, pelo estímulo e pelo reconhecimento a este projeto e à sua equipa.

ÍNDICE

Notas de abertura	19
Sumário executivo	23
Introdução	27
Nota metodológica	31

PARTE I

Juventude e desenvolvimento local: literatura e políticas	33
1. Jovens e desenvolvimento: algumas perspectivas teóricas	34
2. Políticas nacionais para a juventude: que lugar se faz para jovens no desenvolvimento das suas regiões	35
3. Prioridades para a juventude e oportunidades para jovens nas suas regiões	37
Ideias-chave	42

PARTE II

Retrato de jovens a crescer em regiões de fronteira	43
1. Caracterização sociodemográfica dos/as participantes a nível nacional	44
2. Experiências e culturas juvenis em regiões de fronteira: alguns apontamentos	49
2.1. Experiências digitais dos/as jovens	49
2.2. Relação dos/as jovens com as suas regiões	49
3. Culturas de participação jovem	50
Ideias-chave	52

PARTE III

Os/as jovens e as suas regiões	53
1. Crescer em regiões de fronteira: prioridades e desafios	54
2. O envolvimento de jovens em processos de desenvolvimento local	57
Ideias-chave	61

PARTE IV

Jovens para o desenvolvimento das suas comunidades: 9 propostas para 5 regiões	63
1. Apresentação e retrato dos contextos	64
2. O processo participativo: jovens enquanto protagonistas de mudança social	67
2.1. Breve enquadramento metodológico	67
2.2. Participantes	67
2.3. Flowchart do processo participativo	68
3. 9 projetos de jovens para o desenvolvimento das suas comunidades	69

Projeto 1 – Growing Tourism Up	71
Projeto 2 – Atividades didáticas para todas as idades	76
Projeto 3 – Requalificação de espaços de lazer	84
Projeto 4 – Rodoelvas: Desenvolvimento de uma rede de transportes para a deslocação de todo o tipo de pessoas para pontos de interesse do município	90
Projeto 5 – Criação de empresas	95
Projeto 6 – Apadrinhamento de idosos	106
Projeto 7 – Atividades culturais	111
Projeto 8 – Hortas comunitárias	115
Projeto 9 – Cidadãos da Natureza	119
4. Os projetos e seu enquadramento nos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, nos Objetivos para a Juventude Europeia e nos Domínios e Temas-chave do Plano Nacional para a Juventude – quadro síntese	125
Ideias-chave	127
Conclusões e recomendações	130
Referências bibliográficas	133

Lista de quadros

Quadro 1 – Regiões, sub-regiões e municípios de fronteira: população

Lista de figuras

- Figura 1 – Atividades do projeto GROW.UP
- Figura 2 – *Flowchart* dos procedimentos metodológicos
- Figura 3 – Mapa representativo da densidade populacional dos/as jovens participantes pelos municípios de fronteira
- Figura 4 – Distribuição dos/as participantes por sexo
- Figura 5 – Distribuição dos/as participantes por idade
- Figura 6 – Distribuição dos/as participantes por ano de escolaridade
- Figura 7 – Distribuição dos/as participantes por curso frequentado
- Figura 8 – Distribuição dos/as participantes por níveis de escolaridade das mães e pais
- Figura 9 – Distribuição dos/as participantes por profissões das mães e pais
- Figura 10 – Média dos itens respeitantes ao uso das tecnologias e da internet pelos/as jovens
- Figura 11 – Média dos itens acerca da relação dos/as jovens com os seus contextos
- Figura 12 – Atividades em que os/as jovens participaram ativamente (pelo menos uma vez por semana)
- Figura 13 – Experiências de participação e lazer em que os/as jovens gostariam de se envolver, mas às quais não têm acesso
- Figura 14 – Prioridades e desafios: Distribuição de participantes do sexo feminino (F) e do sexo masculino (M)

- Figura 15 – Prioridades e desafios: Distribuição de participantes do estudo por idades
- Figura 16 – Prioridades e desafios: Distribuição de participantes do estudo por ano de escolaridade
- Figura 17 – Prioridades e desafios: Distribuição de participantes do estudo por município
- Figura 18 – Categorização dos desafios identificados pelos/as jovens
- Figura 19 – Médias das respostas aos itens “Se tiver que sair da minha região, será sempre para voltar” e “Enquanto jovem tenho muito a dar à região onde cresci”, por município
- Figura 20 – Percentagem do total das respostas ($n = 3968$) ao item “Enquanto jovem, tenho muito a dar à região onde cresci”
- Figura 21 – Percentagem do total das respostas ($n = 3968$) ao item “Se tiver de sair da minha região, será sempre para voltar”
- Figura 22 – Representação da correlação, por município, entre os itens “Se tiver que sair da minha região, será sempre para voltar” e “Enquanto jovem tenho muito a dar à região onde cresci”
- Figura 23 – Contextos onde se realizaram os cinco estudos de caso
- Figura 24 – Evolução do número médio de indivíduos por km² nos cinco contextos em comparação com as cidades do Porto e Lisboa. (Fonte: PORDATA, 2022c)
- Figura 25 – Evolução do índice de envelhecimento nos cinco contextos dos estudos de caso por comparação com dados a nível nacional (Fonte: PORDATA, 2022b)
- Figura 26 – Número de jovens participantes nas sessões por contexto
- Figura 27 – *Flowchart* das sessões de construção das propostas de projetos de jovens para as suas comunidades

Lista de siglas e acrónimos

DGE – Direção-Geral da Educação
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FNAJ – Federação Nacional de Associações Juvenis
IES – Instituições do Ensino Superior
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.
MIME – Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
O.E. – Objetivo específico
PNCT – Programa Nacional para a Coesão Territorial
PNJ – Plano Nacional para a Juventude
PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
UE/EU – União Europeia
UN/ONU – United Nations (Organização das Nações Unidas)



HÁ VÁRIAS RAZÕES PARA LER E VOLTAR A ESTE TRABALHO!

Depois, porque assenta num trabalho de investigação de grande densidade, recorrendo a uma combinação complexa e sustentada de métodos, e demonstrando como estes podem ser postos ao serviço de um conhecimento profundo e situado. Finalmente, e talvez esta razão bastasse, porque reconhece o potencial da agência política de jovens a partir das suas comunidades, colocando-lhes o desafio de investigar e refletir sobre as condições desses territórios e a imaginar outros projetos e outros futuros. É um notável exercício de imaginação política que revela tanto o sentido de pertença e comunidade, como a esperança cosmopolita e construtiva num futuro mais justo e inclusivo.

Desde logo, porque é essencial para uma visão complexa e plural sobre jovens em Portugal – para além dos códigos populares das gerações Y, W ou Z, que estereotipam muito e dão pouco conta da diversidade das experiências juvenis.



Isabel Menezes

Diretora do Centro de Investigação
e Intervenção Educativas da Faculdade
de Psicologia e de Ciências da Educação
da Universidade do Porto



NOTAS DE ABERTURA

Vitor Baltazar Dias,
Instituto Português
da Juventude
Diretor Regional
Direção Regional
do Norte

“Ao envolver e capacitar todos os jovens, as políticas de juventudes podem contribuir para cumprir com sucesso a visão de um continente onde os jovens podem aproveitar as oportunidades e relacionar-se com os valores europeus e democráticos e serem os seus principais defensores, difusores e guardiões”

A vida dos jovens em Portugal e na Europa contemporânea caracteriza-se pelo facto de existirem múltiplos desafios sociais, que na sua essência são idênticos e, genericamente, originados pelas mesmas razões, embora com as particularidades e especificidades de cada contexto.

Enfrentam-se incertezas quanto ao futuro, como resultado da globalização e das mudanças climáticas, faltam oportunidades no mercado de trabalho. É a pobreza que persiste, são os problemas de saúde e bem-estar que permanecem, bem como diversas barreiras e obstáculos no acesso à educação de qualidade, à formação e ao emprego estável, o que condiciona a Autonomia e Emancipação jovem. As mudanças tecnológicas, o populismo, a discriminação étnica, sexual, religiosa e política, bem como as *fake news* e a exclusão social de minorias e jovens, estão também entre as suas preocupações e fazem parte do “inventário” e do caderno de encargos de qualquer governo ou organização europeia que trabalhe ou pense estrategicamente sobre o papel dos jovens na construção de um futuro melhor e de uma Europa mais inclusiva, solidária, verde e sustentável. Os jovens, em geral, são afetados pelas grandes questões globais e, se querem estar dentro do processo, têm que ser capazes de lidar com um mundo mais tecnológico e emergente, que irá trilhar os caminhos de um futuro que se pretende mais sustentável e onde eles próprios terão que assumir o papel de líderes, para poderem operar a mudança necessária que combata a crise climática, a degradação ambiental e os desafios da paz e da segurança que hoje, mais do que nunca, estão a transformar a nossa sociedade e a ter um grande impacto nos jovens e na forma como pensam e como projetam o seu futuro.

É perante este cenário que fazem todo o sentido “políticas multinível” articuladas e complementares, onde as Instituições Europeias, os Governos e as Autoridades Regionais, Municipais e Locais, comecem a agir e a verdadeiramente envolver os jovens no processo de tomada de decisão. A Estratégia da UE para a Juventude aponta o caminho e fornece um quadro de objetivos, princípios, prioridades e medidas para a cooperação em políticas de juventude. As partes interessadas e os principais atores deste xadrez, como são os Estados-Membros da EU (e respetivos governos), as instituições relevantes da União Europeia e outras organizações internacionais, como o Conselho da Europa, autoridades locais e regionais, Conselhos de Juventude, Organizações de Juventude, organizações que trabalham com jovens, Animadores de Juventude, Investigadores

e intervenientes da sociedade civil, bem como estruturas dos programas Erasmus+, Corpo Europeu de Solidariedade, entre outros, serão seus agentes concretizadores e executores. Ao envolver e capacitar todos os jovens, as políticas de juventudes podem contribuir para cumprir com sucesso a visão de um continente onde os jovens podem aproveitar as oportunidades e relacionar-se com os valores europeus e democráticos e serem os seus principais defensores, difusores e guardiões.

É, pois, premente e urgente incentivar a participação dos jovens na vida cívica e democrática, ligando os jovens de toda a União Europeia e não só, a fim de promover a participação voluntária, a mobilidade para fins de aprendizagem, a solidariedade e a compreensão intercultural e apoiar, sob diversas formas, a capacitação dos jovens, através da qualidade, da inovação e do reconhecimento das suas competências, da sua importância e relevância face ao futuro.

E se isto é verdade para qualquer jovem, é-o de forma mais particular e veemente para os jovens do interior, dos meios rurais ou de regiões transfronteiriças.

Daí a necessidade de colocar na Agenda um verdadeiro plano de capacitação, qualificação e envolvimento que contribua para a sua emancipação e autonomia e para a verdadeira igualdade de oportunidades. **E se estes territórios são de dificuldade, podem e devem ser também de oportunidade, pelo que uma Estratégia global, integrada e complementar com intervenção local e valorização no território do que é único, particular e específico, rentabilizando recursos e meios, trabalhando em conjunto e partilhando oportunidades, e onde os jovens possam fazer parte dos processos de gestão e decisão, é essencial na construção de um modelo de desenvolvimento que valorize a juventude e acautele o seu, e o nosso, futuro.**

**Associação
Indieror,**
Chaves

O interior de Portugal continua a escoar população jovem a um ritmo frenético, o que tem levado ao aparecimento de uma cultura do abandono, que se tem tornado intrínseca à população local. Segundo inquérito publicado pela Gerador, cerca de 60% dos jovens dos 15 aos 24 anos ponderam mudar-se para o litoral, uma atitude motivada pelas oportunidades de educação e emprego. As razões nem sempre são claras, mas a representação cultural não fundamentada de “menorização” gera baixa expectativas em relação ao território.

A procura de uma vida cultural mais ativa, com uma maior oferta de oportunidades de entretenimento, é muitas vezes referida como motivo para a escolha dos territórios do litoral, face aos do interior. No que diz respeito à satisfação com os espaços culturais, não existe discriminação entre litoral e interior. Contudo, a maior diferença encontra-se na perceção dos jovens do interior face às políticas culturais: mais de metade acredita que a cultura não está pensada para eles.

Perante este cenário, a cultura pode (e deve) ser encarada como uma solução para o aumento da valorização territorial. O trabalho da INDIEROR, enquanto associação jovem focada na promoção cultural na região transmontana, tem procurado contribuir para a igualdade de oportunidades, para um maior e igualitário acesso cultural, ao mesmo tempo que promove o enaltecimento da região. Esta visão holística do conceito de cultura, leva ao desenvolvimento de atividades capazes de munir a população de ferramentas que lhes permitam crescer e viver neste território, com as oportunidades e garantias que lhes são devidas. Vista como uma ferramenta de mudança e construção, a cultura aproxima as pessoas. As dinâmicas criadas entre artistas e agentes culturais e a população local, num intercâmbio direto que fomenta a partilha de realidades e que contribui para uma comunicação aberta, extravasa os limites do palco. O confronto de culturas, identidades e experiências caracteriza, assim, o *modus operandi* da INDIEROR.

A cultura tem um papel preponderante na valorização do território e no estímulo da visão de que o território físico não acarreta limites. Os desafios a abraçar podem assumir uma escala mundial e, áreas como a música, dança, teatro, artes-plásticas ou novos media, podem muscular a resiliência da população (jovem) local.

Numa visão cada vez mais deturpada sobre o verdadeiro significado de “interior”, os factos demonstram que este é um sentimento que perpassa as expectativas socioeconómicas e de desenvolvimento, ao invés das questões geográficas. A cultura tem assim um papel preponderante na criação do sentimento de pertença.

Ariana Cunha
Mariana Duarte
Marta Francisco
Associação
InterrogAção,
Castelo Branco

Portugal, como é já do conhecimento de todos, caracteriza-se por profundas assimetrias geográficas. Se, por um lado, desfrutamos das grandes cidades do litoral repletas de oportunidades nas mais diversas áreas, por outro, confrontamo-nos com o restante território a padecer de falta de vida. As desigualdades parecem, ainda, agravar-se do mar até à fronteira, sendo estas últimas regiões aquelas que mais sofrem com a problemática do despovoamento, do envelhecimento populacional, da carência de oportunidades laborais ou culturais e de lazer, entre outras. Ao contrário do que seria de esperar, é também nestas zonas que mais se sente a falta de implementação de políticas públicas de qualidade e de investimento estatal que possam ser o motor de reversão das tendências atuais.

No contexto presente, são os jovens que habitam estes territórios, enquanto alguém em constante preocupação com o seu futuro, os primeiros a sentir na pele as consequências da realidade circundante. São também eles os primeiros a perceberem que podem partir e a terem mais facilidade no processo. Assim, são também eles o contributo para o envelhecimento e para o despovoamento populacional. No entanto, e por mais que as resoluções aos problemas, para que sejam eficientes a grande e a longa escala, devam partir das instituições governativas, os jovens devem também ser entendidos como motor essencial da criação dessas mesmas soluções e como alguém capaz de refletir em profundidade sobre a sua comunidade. Um documento, como o é "Agendas para a Juventude e as suas Comunidades", demonstra-nos exatamente a aptidão da camada jovem para pensar o seu território e criar projetos nos mais variados âmbitos a serem implementados nos seus contextos. Afinal, estamos a falar daqueles que, mais do que qualquer político que decida a partir da capital, conhecem a sua comunidade e pensam-na livres de quaisquer preconceitos.

Interrogar e agir para solucionar é também a missão à qual as associações destas localidades se entregam. O associativismo jovem desempenha assim um papel crucial no desenvolvimento e na dinamização das regiões em questão, pautando-se, por um lado, pelo aproximar à e da população juvenil e, por outro, pela consciência da mesma para as problemáticas presentes. Ao fazê-lo, capacita a própria comunidade para a mudança, ao mesmo tempo que procura criar as oportunidades certas para que os seus membros não tenham de migrar. Os desafios e as barreiras ao trabalho destas associações são ainda elevados começando, muitas vezes, pelas próprias instituições governamentais que, ao tornarem os processos de candidatura e procura de apoios pouco claros, limitam o seu acesso a jovens com vontade de mudar, mas, fruto da sua idade, com limitada experiência na área.

É, assim, de extrema importância que se entendam e se discutam os problemas destas comunidades e, ao mesmo tempo, que se capacitem e forneçam as oportunidades certas aos jovens e às suas associações, entendendo-os como uma arma estratégica no combate às desigualdades: ao mesmo tempo que se fixam no território, são também eles capazes de implementar a sua mudança e contribuir para um futuro onde a próxima geração não carregue às costas a fatalidade de partir.

SUMÁRIO

EXECUTIVO

Agendas para a juventude e as suas comunidades: propostas de jovens a crescer em regiões de fronteira é um documento que pretende contribuir para o debate em torno de políticas públicas integradas onde convergem aspetos relacionados com o desenvolvimento da juventude e o desenvolvimento regional. Partindo de um estudo realizado em regiões de fronteira de Portugal Continental, este documento privilegia um entendimento dos/as jovens enquanto dinamizadores/as de mudança, parecendo ser fundamental, principalmente em regiões onde as oportunidades são mais escassas quando comparadas com outros contextos do país, ancorar o potencial que esta população representa. Para responder ao objetivo deste documento, damos a conhecer as prioridades de jovens daquelas regiões e o modo como se interpretam enquanto protagonistas no desenvolvimento das suas comunidades e na resolução de desafios e problemas.

Este documento foi produzido no âmbito do projeto **GROW.UP - Crescer em regiões de fronteira em Portugal: Jovens, percursos educativos e agendas**, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa Operacional do Norte (NORTE 2020) e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT). Para além do envolvimento de jovens, contámos com a participação de diretores/as e professores/as de agrupamentos de escolas, de autarquias e de inúmeras organizações locais que foram envolvidos diretamente no projeto de investigação.

Pretende-se que este documento possa fornecer linhas orientadoras e apontar para abordagens promissoras, úteis quer para uma definição de políticas públicas a nível nacional ou local, quer para contextos e profissionais que desenvolvem trabalho com jovens ou para organizações lideradas por jovens. Os resultados e algumas recomendações que aqui se apresentam decorrem de dados produzidos a partir de uma diversidade de opções metodológicas que permitiram uma aproximação às perspetivas de jovens e de outras figuras, bem como aos contextos e suas realidades. Procurámos sistematizar informação que sublinhe a importância de envolver e criar oportunidades de envolvimento de jovens para a construção de sociedades mais coesas e sustentáveis.

Procuramos trazer informação que ajude a refletir sobre qual pode ser o papel dos jovens e das jovens nas suas regiões não apenas no futuro, mas no presente, como sujeitos aos quais se reconhecem direitos à participação na vida das suas comunidades e noutros contextos mais alargados aos quais pertencem, contribuindo para o desenho de políticas, ou protagonizando formas de ação, enquadradas em estruturas organizadas como as associações, ou não, mobilizando-se por grupos de interesse nos mais diversos contextos de vida.

Os interesses e prioridades de jovens de regiões de fronteira podem, em larga medida, ser partilhados com jovens de outros lugares, de contextos urbanos, nacionais ou globais, mas este documento é produzido a partir de um estudo que evidenciou camadas de desigualdade decorrentes de lugares geopolíticos específicos. Muitas regiões de fronteira estão localizadas no interior e são classificadas como rurais. Os jovens fazem leituras sobre as suas regiões em termos de oportunidades de educação, emprego, cultura e participação, a partir de perspetivas que interseccionam a sua condição de jovem com características diversas e o lugar onde estão a crescer. Amiadadamente nesses retratos que fazem, apontam para perspetivas de desenvolvimento onde colocam no centro aspetos que dizem respeito às suas necessidades, mas também prioridades gerais das suas comunidades. Neste exercício, para o qual vão arriscando propostas, colocam-se no centro da ação. Este documento foi organizado para dar relevo a estes posicionamentos e às suas agendas. Num tempo em que várias medidas e planos de ação foram sendo desenvolvidos tendo em vista as regiões do interior e rural, estas agendas indicam a relevância de estratégias para acolher as propostas de uma parte da população que tem sido frequentemente estimulada a participar, mas que a quem, ao mesmo tempo, é retirada essa mesma possibilidade (Garcia, 2022).

Agendas para a juventude e as suas comunidades: propostas de jovens a crescer em regiões de fronteira olha para dados que indicam as prioridades de jovens de regiões de fronteira e para formas de responder a essas prioridades. Recorre-se predominantemente ao conhecimento e experiências de jovens para evidenciar aqueles dois aspetos. Considera-se que, sendo muito relevantes as medidas e as orientações internacionais, é a nível nacional e, sobretudo, a nível local, que deve recair uma maior atenção, dando importância às propostas e às leituras que jovens fazem sobre os seus lugares de proximidade e onde as suas experiências enquanto cidadãos se corporizam de modo mais imediato. Este documento desenvolve-se e toma vida durante um momento particularmente desafiador. 2020 e 2021 coincidem com uma etapa do projeto de trabalho intenso de contacto com jovens, suas escolas e comunidades para recolher dados e para trabalhar com jovens nas suas agendas de futuro. Como tantas pessoas em todo o mundo, tivemos de lidar com muitas incertezas, reajustar estratégias, mas também aproveitar oportunidades que permitiram continuar ou criar novas ligações, novos contextos de interação. Este documento também simboliza um esforço coletivo das pessoas da equipa do projeto, de jovens, professores/as, escolas, associações e câmaras municipais aqui nomeados que se mantiveram envolvidos num esforço adicional durante uma pandemia.

IDEIAS-CHAVE

- Contextos de governança local demonstram uma profunda preocupação com os/as jovens das suas regiões, nos quais investem através de **medidas situadas** que procuram **contrabalançar desigualdades**. Neste alinhamento, muitas das estratégias voltam-se fundamentalmente para o suporte a percursos educativos de qualidade e sua tradução quer no prosseguimento de estudos, quer na transição para o mundo do trabalho.
- Muitas políticas de desenvolvimento local assentam a sua narrativa na valorização das juventudes, mas são menos as que colocam os/as jovens como protagonistas desse desenvolvimento. A **juventude**, que é sem dúvida central em muitas das linhas de trabalho ao nível municipal e considerada **a que mais sofre o impacto de desigualdades estruturais que afetam muitas regiões de fronteira**, é apontada como um grupo demográfico no qual é necessário investir, até por questões de sobrevivência das próprias regiões afetadas por demografias pouco favoráveis. Contudo, os/as **jovens são menos envolvidos em processos de tomada de decisão e na liderança de iniciativas e menos reconhecidos de forma concreta como membros ativos** capazes de contribuir já no presente a partir do seu lugar social.
- Apesar disso, os/as **jovens** entendem-se, claramente, enquanto **força significativa para a mudança social e o desenvolvimento das suas regiões e comunidades** no presente, com propostas concretas, mas também no futuro, equacionando nas suas projeções um possível regresso às suas regiões.
- Jovens têm consciência de especificidades que morar nestas regiões traz às suas experiências juvenis, distinguindo-os em parte de jovens de outros contextos mais urbanos e reconhecendo que nem sempre têm acesso ao que, enquanto jovens, valorizam. Apesar destas especificidades, **partilham culturas e experiências com jovens de outros lugares**, não sem deixarem de concordar com clareza que pessoas dos contextos urbanos julgam que jovens destas regiões vivem isolados.
- **Jovens indicam envolver-se maioritariamente em atividades desportivas**, sendo esta mesma tipologia de atividades a que consideram que gostariam de ver ainda mais acessíveis nas suas regiões. Ainda que estejam, por comparação ao desporto, menos envolvidos em outras formas de participação, nomeadamente nas suas formas mais tradicionais, **há indicadores de um envolvimento em movimentos cívicos e voluntariado**, outras formas de participação também política, mas em torno de causas.

- Vários contextos das regiões de fronteiras reconhecem a **relevância de desenhar políticas situadas para resolver desafios que se colocam à juventude** destes lugares, associando-se a medidas intencionais de discriminação positiva.
- Iniciativas desenvolvidas por muitos municípios no sentido de **criar laços socioemocionais significativos com jovens em mobilidade**, nomeadamente quando vão estudar para outros contextos, podem ter impacto na retenção ou no regresso de jovens no futuro.
- A questão do **emprego/desemprego jovem** é identificada por todos os *stakeholders* e informantes-chave como um dos **grandes desafios com impacto no desenvolvimento regional**.
- **Abordagens participativas** desenvolvidas no âmbito do projeto mostram que, quando se criam condições de participação, **os/as jovens envolvem-se na identificação de problemas e no desenho de soluções situadas** que beneficiam a comunidade mais próxima. O desenvolvimento de programas de envolvimento jovem beneficia de uma **metodologia participativa assente na resolução de problemas reais e na experiência**, podendo conduzir ao desenvolvimento de competências de liderança, análise e resolução de problemas e pensamento crítico.
- Os **projetos de jovens** para as suas comunidades espelham o que são prioridades, preocupações e objetos de valor sócio emocional, cultural e identitário: **emprego, mobilidade, património, isolamento, intergeracionalidade, ambiente, qualidade de vida e bem-estar**. Neste exercício, demonstraram sensibilidade a problemas que os rodeiam com capacidade de os observar e de os traduzir, não circunscrevendo as suas agendas a questões e prioridades exclusivamente dos mundos juvenis, mas colocando-as num quadro social de mais larga problematização.
- Existe alguma convergência de interesses nos projetos propostos por jovens e que espelham quer a **valorização de prioridades que partilham com jovens de todo o mundo**, como as questões do **ambiente**, mas que também indicam que estes territórios partilham desafios semelhantes, relacionados com o **despovoamento** ou com acessos limitados a determinadas oportunidades que consideram relevantes para si e as suas regiões.
- A natureza das **políticas da juventude** e as **abordagens de resiliência** que certos contextos desenvolvem parecem ser muito mais **dependentes de certas figuras-chave** que, num dado momento, assumem papéis de liderança e decisão, nomeadamente em escolas e em autarquias, do que de uma política sustentada a longo prazo. A dependência da sensibilidade, interesse, visão de uma dada figura ou executivo, acaba por esbater o impacto que medidas e políticas mais sustentáveis e contínuas poderiam ter.
- Conhecer as **agendas jovens**, nomeadamente o modo como jovens se entendem como atores que podem contribuir para o desenvolvimento e futuro das suas regiões, pode ser um entendimento fundamental no **desenho situado de projetos educativos de escola**, mas também no trabalho em torno das **transições juvenis** que muitas escolas já fazem.
- **Iniciativas lideradas por jovens**, quer no âmbito do desenvolvimento das suas regiões e comunidades, quer no âmbito da sua participação em decisões políticas, podem conduzir a uma **cooperação na resolução de problemas coletivos**, o que é fundamental para a **manutenção da democracia**.

INTRODUÇÃO

A necessidade de fornecer novas centralidades às questões locais e regionais nas políticas da juventude e da educação tem vindo a ser uma preocupação visível em vários níveis de governança. No campo da educação, tem-se procurado ativar dimensões curriculares relevantes para os contextos, nomeadamente no âmbito da flexibilização curricular e aspetos de formação para a cidadania que incluem questões de valorização do local, como se encontra na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (DGE, 2017). No campo da juventude, a relevância do local tem sido central em iniciativas como o Diálogo Jovem de Base Local ou o Plano Nacional de Políticas Locais da Juventude (FNAJ, 2019) da Federação Nacional de Associações Juvenis, e acompanhado pela Plataforma Nacional Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude (FNAJ, 2021). Este entendimento de que as experiências jovens são situadas e de que há claros benefícios numa tradução de políticas europeias e nacionais em pertinências regionais ou locais tem também encontrado correspondência no modo como o trabalho com jovens tem sido enquadrado. A Carta Europeia de Trabalho na área da juventude, lançada em 2019 no âmbito da rede e projeto *Europe Goes Local*, é um exemplo da centralidade que a juventude e o trabalho com jovens devem ter nas políticas municipais. Logo no parágrafo introdutório do documento afirma-se que “uma sociedade democrática necessita das vozes e da participação ativa dos jovens” (Europe Goes Local, 2019, p.1) e acrescenta, ainda que em nota de rodapé, que “os jovens não são, porém, um grupo homogêneo. Eles têm diferentes contextos, interesses e ideias, podem estar organizados ou não e eles terão, devido a estas e outras diferenças, diferentes necessidades” (Europe Goes Local, 2019, p.1). Esta ênfase na relevância de política multinível está também presente no documento *A toolkit on Quality Standards for Youth Policy* (Burrowes et al., 2016) que, entre outros, se refere ao critério política da juventude multinível e que compreende um conjunto de indicadores que remetem para a coordenação, complementaridade e reforço mútuo entre níveis de governança, desde o nacional ao local, para políticas que reflitam a diversidade geográfica e socioeconómica. Num âmbito mais global, o *World Youth Report – Youth and the agenda 2030 for sustainable development* das Nações Unidas (UN, 2018) argumenta pela necessidade de o envolvimento jovem começar em casa, ou seja, a nível nacional e local.

O envolvimento de jovens na definição e resolução de problemas que lhes dizem respeito tem contribuído para desafiar pré-conceitos em torno da perspetiva de que não estão plenamente capazes de participarem na vida social, cívica e política dos contextos em que vivem e tem mostrado que são participantes-chave para a promoção de mudança no tecido social.

As Agendas para a Juventude e as suas Comunidades é um produto de um projeto de âmbito nacional centrado nas vivências e experiências de jovens a crescer em regiões de fronteira de Portugal Continental. O projeto **GROW.UP | Crescer em regiões de fronteira: jovens, percursos educativos e agendas** definiu como objetivo central investigar, em contextos de fronteira, as influências combinadas de fatores individuais, contextuais/institucionais e sistémicos nas experiências e trajetórias de jovens e analisar estratégias através das quais as comunidades e suas escolas procuram contrariar desigualdades, nomeadamente investindo na promoção de melhores condições e oportunidades para os/as jovens. O projeto desenvolveu-se através das seguintes atividades:



Figura 1. Atividades do projeto GROW.UP.

Este documento é um produto previsto na atividade A6 do projeto e alimenta-se do acumular e da capitalização de conhecimento de diferentes atores: de jovens sobre si, das suas regiões, as suas prioridades, expectativas e desafios; de representantes de autarquias com responsabilidades na definição de políticas locais para a juventude; representantes das direções de escolas e agrupamentos de escolas, ações e medidas desenvolvidas pela escola direcionadas para jovens e seus percursos, o que mais valorizam e qual o seu nível de participação; e de associações juvenis de âmbito regional/local. Esta componente do projeto tem então como objetivos: (1) estudar o entendimento que informantes-chaves têm sobre jovens enquanto protagonistas de mudança e de desenvolvimento; (2) perceber o modo como jovens desenvolvem uma abordagem situada a um problema identificado; e (3) analisar como jovens são considerados nas políticas públicas para o desenvolvimento regional.

Neste sentido, este documento dá conta de **agendas jovens situadas**. Esta propriedade – serem *situadas* – não pretende indicar que o seu conteúdo é exclusivo de jovens de regiões de fronteira, muitas consideradas de interior e rurais. Pretende-se enfatizar que as agendas configuram experiências jovens, nomeadamente de participação, posicionamentos sobre as suas vidas e trajetórias, sobre prioridades e preocupações de jovens com as suas comunidades e políticas que não ignoram os lugares específicos a partir do qual o discurso é produzido. Por exemplo, sendo fundamental que jovens possam contribuir para o desenvolvimento das suas regiões, o modo como este envolvimento se torna possível e as questões que o ativam são informadas pelos contextos socioculturais em que decorrem. Procura-se, assim, poder contribuir para uma reflexão mais alargada em torno das condições que são necessárias para garantir que jovens, mas também crianças, possam participar na tomada de decisões e contribuir para melhorar as suas vidas e os seus contextos.

Os jovens e as jovens participantes do estudo mostram que fazem leituras da sua realidade, integrando aqueles que são aspetos mais próximos das suas necessidades enquanto jovens numa escala mais alargada de análise, propondo leituras situadas das suas realidades regionais. As suas perspetivas confirmam a ideia sobre desigualdades interterritoriais, que se acentuam em momentos de disrupção, que fazem parte da experiência e que estão integradas nas biografias jovens. A sua visão sobre o território e sobre o papel que têm no presente e que poderão ter no futuro são sintomáticos das oportunidades que percebem como existindo para si. A sua narrativa dá também conta de uma narrativa social em torno da valorização do interior e das zonas rurais, mas que é consciente dos obstáculos à sua fixação. Estas realidades não os impedem de se verem como atores sociais e agentes que podem protagonizar ações de desenvolvimento local e regional.

As propostas de jovens indicam a leitura que fazem dos seus contextos e de necessidades que gostavam de ver respondidas. Aquelas propostas apontam para fenómenos de ruralização, que são traduzidos em projetos de empregabilidade para si e para outros e que integram preocupações relacionadas quer com o ambiente, valorização agrícola, quer com questões sociais e de inclusão e, ainda, relacionadas com questões de valorização da memória e de herança cultural. Por outro lado, algumas propostas apontam para uma relação com o local não se divorciando de formas globais, nomeadamente ao nível da comunicação que os meios digitais podem permitir.

Ao nível da investigação-ação participativa, o facto de as atividades se organizarem em torno da procura de soluções para um problema real tornou visível a relevância da experiência na procura de formas de ação para a mudança social e o desenvolvimento local e comunitário.

A experiência de utilização de abordagens participativas deu conta dos benefícios de colocar jovens a liderar atividades, mas demonstrou igualmente que pode ser uma estratégia a utilizar no envolvimento de jovens em contextos de participação democrática mais convencional, dos quais muitos jovens ficam excluídos, em combinação com formas mais normativas de envolvimento jovem que respondem às motivações de alguns e não de outros. Assim, estas metodologias poderão constituir uma forma diferente de manifestação política jovem.

O contexto em que as atividades decorreram – contexto de pandemia COVID-19 – demonstrou a capacidade de jovens e adultos envolvidos aprenderem e gerirem situações adversas. Por outro lado, as atividades demonstraram a importância de assegurar a qualidade das relações entre jovens e adultos. Na realidade, a transferência da componente participativa para os contextos *online* trouxe oportunidades de reflexão metodológica sobre o significado da proximidade e a relevância da relação num processo de investigação seja qual for o contexto. Traz também à superfície questões de vulnerabilidade e de performatividade.

Aos jovens e às jovens tem sido reconhecido o protagonismo de serem figuras de primeira linha em momentos de luta pela transformação social positiva. Este documento procura tornar visíveis atitudes de jovens que crescem em regiões de fronteira face às suas condições de vida e oportunidades mas, sobretudo, atitudes para com as suas regiões e como se consideram como participantes. A expectativa é a de que se possa olhar para estes contextos e suas populações jovens não apenas como repositórios de políticas e de dinâmicas culturais globais, mas como sujeitos portadores e produtores de conhecimento e de ação que podem constituir indicadores relevantes para o desenho de políticas que beneficiem estes contextos e quem os habita.

Esperamos poder contribuir para tornar visíveis os modos como jovens daqueles contextos têm estado ou pretendem estar presentes na vida das comunidades em que estão a crescer. Nessa medida, este documento procura contribuir para se considerar as pessoas jovens como parceiros que podem contribuir de forma ativa no tempo presente (Wyn, 2011). Uma comunidade, um país, uma Europa mais forte depende desta possibilidade.

Este documento, que tem como organizador a questão da juventude e o papel que pode desempenhar no desenvolvimento das suas regiões, estrutura-se nas seguintes partes:

PARTE I

Juventude e desenvolvimento local: literatura e políticas, enquadra o tema recorrendo a contributos de estudos, abordagens teóricas e enquadramentos políticos que discutem a participação jovem em processos de tomada de decisão e os benefícios do seu envolvimento em questões regionais e comunitárias.

PARTE II

Retrato de jovens a crescer em regiões de fronteira, apresenta em termos sociodemográficos a população jovem que participou no estudo e inspira este documento, dando a conhecer algumas das suas experiências e culturas juvenis em regiões de fronteira.

PARTE III

Os/As jovens e as suas regiões: prioridades e desafios dá conta do impacto que viver nas regiões de fronteira tem nos percursos jovens, quer a partir de desafios e prioridades específicas que jovens assinalam, quer realçando o papel que entendem para si no desenvolvimento das suas regiões e que não se desvincula de um forte sentimento de pertença e de responsabilidade.

PARTE IV

Jovens para o desenvolvimento das suas comunidades: 9 propostas para 5 regiões, descreve o processo participativo em torno da construção de projetos pensados por jovens para as suas comunidades e que traduz o trabalho desenvolvido numa das atividades do projeto de investigação.

Finalmente, nas **Conclusões e Recomendações** são apresentadas as principais conclusões do que foi apresentado e discutido neste documento e elencadas algumas sugestões que apontam para uma valorização da participação jovem em processos de decisão que em muito podem beneficiar o desenvolvimento das comunidades às quais pertencem.

NOTA METODOLÓGICA

A construção deste documento assentou numa metodologia que combina (1) análise de políticas e (2) entrevistas a figuras-chave locais para identificar níveis de integração das políticas nacionais em programas e políticas locais/regionais; (3) um questionário construído para compreender a influência de fatores como sentimento de pertença e resiliência nas biografias juvenis; (4) e o desenvolvimento de estudos de caso. Pretendeu-se produzir conhecimento sobre processos que influenciam a construção de percursos educativos e analisar como escolas e suas comunidades contribuem para encorajar percursos de qualidade e abrir o leque de oportunidades junto dos/as jovens. A figura 2 resume o percurso metodológico seguido e anos correspondentes.

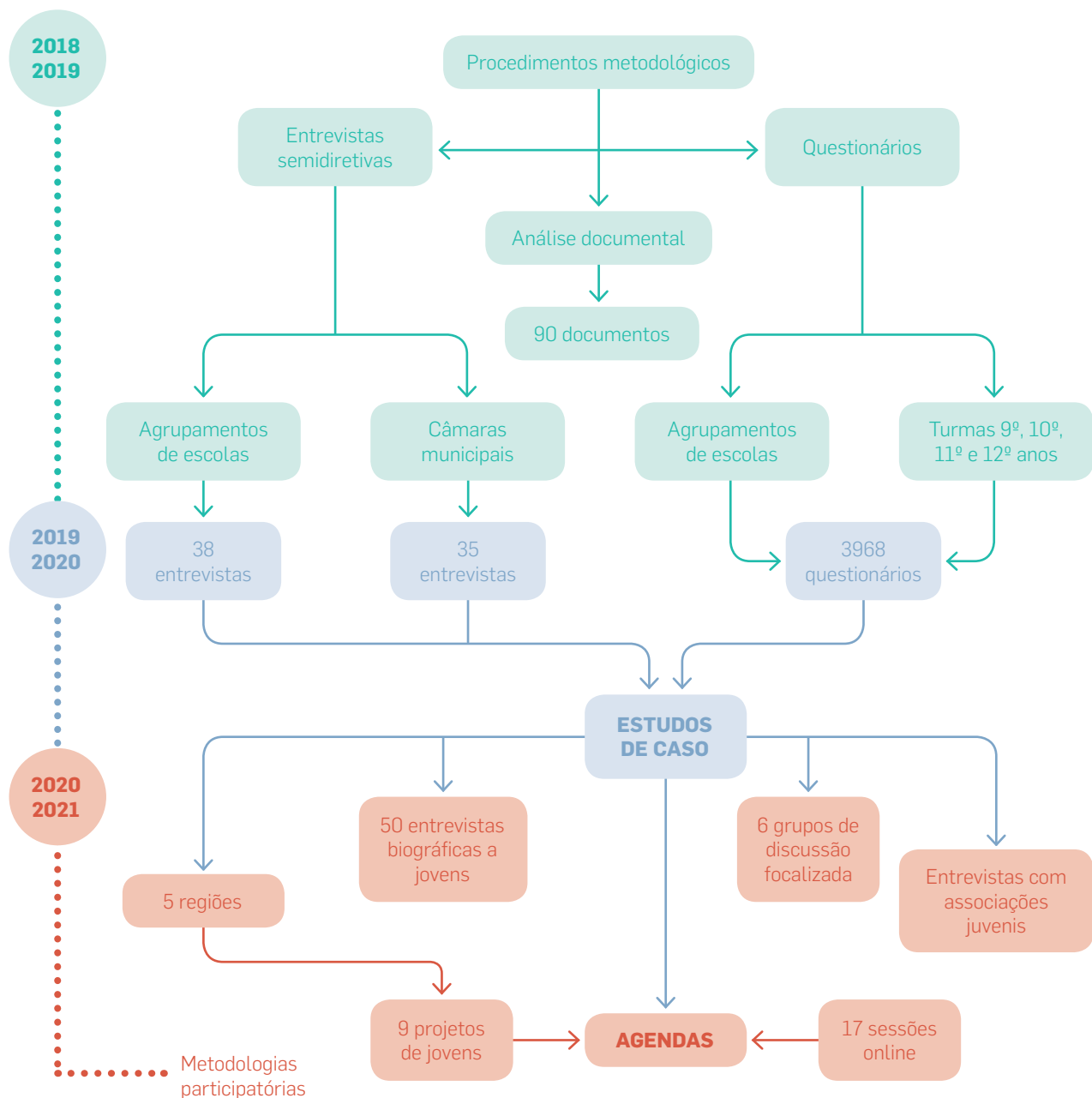


Figura 2. Flowchart dos procedimentos metodológicos.

As **entrevistas semiestruturadas** foram realizadas em Câmaras Municipais e em Agrupamentos de Escolas de 38 municípios de Portugal Continental que fazem fronteira com Espanha, desde Caminha a Vila Real de Santo António. No total, foram recolhidas **73 entrevistas semiestruturadas**. Foram também selecionados e analisados **90 documentos** considerados pertinentes, entre eles, documentos políticos (europeus e nacionais), documentos dos Conselhos Municipais da Juventude e documentos dos Conselhos Municipais da Educação que se encontravam disponíveis online. Paralelamente, foi administrado um **questionário** a jovens dos 9º, 10º, 11º e 12º anos nas escolas/agrupamentos de escolas de 38 municípios de fronteira de Portugal Continental. Depois de efetuados contactos telefónicos e por email com as escolas, todos os questionários foram administrados presencialmente e respondidos por **3968 jovens**. Este questionário foi aprovado pelo Ministério da Educação – Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar (MIME)¹ e inclui 9 grupos que integram perguntas de escolha múltipla e perguntas abertas. Este questionário centra-se nas perspetivas de jovens sobre crescer em regiões de fronteira considerando 3 dimensões principais: resiliência de jovens e dos seus contextos (escola, comunidade); sentimento de pertença à escola e à região; envolvimento escolar e comunitário. Inclui, igualmente, itens sobre detalhes sociodemográficos e as expectativas dos/as jovens relativamente a trajetórias futuras após a escolaridade obrigatória.

No ano de 2020, foram realizados **5 estudos de caso** em 5 regiões de fronteira de Portugal Continental, nomeadamente, **Almeida, Elvas, Miranda do Douro, Moura e Terras de Bouro**. Estes 5 estudos de caso foram selecionados, principalmente, por apresentarem médias mais elevadas nas respostas no questionário administrado nas escolas/agrupamentos de escolas. Estes contextos apresentaram respostas mais positivas relacionadas com resiliência de jovens e dos seus contextos (escola, comunidade), sentimento de pertença à escola e à região, e envolvimento escolar e comunitário. Em cada estudo de caso, foram realizadas entrevistas biográficas a 10 jovens, selecionados pelas escolas/agrupamentos de escolas, dos 10º e 11º anos ($n = 50$). Para o efeito, foi elaborado um guião de entrevista semi-diretiva que incluía o preenchimento de um mapa com o principal objetivo de perceber tendências de mobilidade daqueles e daquelas jovens e perspetivas para o futuro. Em dois dos estudos de caso – Miranda do Douro e Moura – as entrevistas foram realizadas presencialmente e, portanto, estes mapas foram preenchidos manualmente. Contudo, e devido a restrições impostas pela pandemia COVID-19, as entrevistas dos restantes três contextos - Almeida, Elvas e Terras de Bouro - foram realizadas online e os mapas preenchidos com recurso ao serviço *google maps*.

Para além deste conjunto de procedimentos que nos deram acesso a posicionamentos de diferentes *stakeholders* em torno das suas populações jovens, este projeto contemplou uma **abordagem participativa** envolvendo jovens dos 5 estudos de caso do projeto, docentes e investigadores/as do projeto. Esta componente do projeto concretizou-se em cerca de 17 sessões em que foi possível envolver jovens que criaram projetos voltados para o desenvolvimento das suas regiões. Foram desenvolvidas 3 sessões por contexto, num total de 15 sessões, às quais se seguiram duas sessões de apresentação dos projetos: a 4ª sessão, onde participaram jovens dos 5 contextos e onde apresentaram os seus projetos; e, por fim, o Webinar “Encontros de Fronteira III – Agendas da Juventude: propostas de jovens para o desenvolvimento das suas comunidades”, que decorreu com os 5 contextos em simultâneo e onde os projetos foram apresentados e debatidos publicamente. O nosso planeamento inicial seria o desenvolvimento de uma *bootcamp* com jovens destes cinco contextos. Contudo, e devido à situação epidemiológica causada pela pandemia COVID-19, todas as sessões decorreram online, via zoom, num período de seis meses (entre dezembro de 2020 e junho de 2021).

1. Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar (registo número 0566300001)

PARTE I

JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: LITERATURA E POLÍTICAS



1. Jovens e desenvolvimento: algumas perspectivas teóricas

A literatura tem contemplado o lugar de jovens em processos de tomada de decisão, inclusivamente na sua relação com o desenvolvimento (local), a partir de uma dicotomia entre o seu reconhecimento enquanto atores ou, no pólo oposto, na sua designação enquanto alvo de políticas, mormente a partir de um enquadramento demográfico (Finlay, 2010). O crescente reconhecimento de que a **rede de conhecimento** que se faz necessária para dinamizar o desenvolvimento local **implica o envolvimento ativo de diferentes atores** (Baltazar & Santos, 2019; Marín-González et al., 2021) tem vindo a influenciar tal cenário no sentido de se fomentar o **envolvimento de jovens em projetos de desenvolvimento local**, segundo a valorização do seu papel chave na ativação de políticas. Isto implica reconhecer as pessoas **jovens enquanto partes interessadas**, capazes de identificar problemas, refletir sobre os mesmos e propor, de forma crítica, cursos de ação, participando, portanto, do processo de desenho e implementação de políticas. Um tal **envolvimento de jovens na reflexão e tomada de decisão** política não apenas suporta a transição para a vida adulta como, simultaneamente, viabiliza políticas mais inclusivas, sustentáveis e, essencialmente, significativas (Trivelli & Morel, 2021).

No contexto português, a produção de estudos centrados na relação entre desenvolvimento local/rural/comunitário e participação de jovens parece revelar-se pouco substantiva – ou pelo menos é fraco o índice de correlação entre as duas componentes. Uma revisão das publicações enquadradas nestas temáticas nos últimos cinco anos (o ano inicial corresponde a 2016), a partir da base de dados *Web of Science*, revela que, embora exista um considerável número de trabalhos que discutem questões pertinentes da **dimensão de participação política de jovens**, em bastante menor escala se produz evidência desta relação a nível da elaboração de políticas no contexto do desenvolvimento local/rural/comunitário. É possível que esta constatação denuncie um número reduzido de iniciativas/oportunidades de participação por parte de jovens em dinâmicas de produção de políticas por relação às questões do desenvolvimento.

Prevalece, na literatura com origem em Portugal, a exploração mais isolada de **características do envolvimento de jovens na vida cívica e política**, com um olhar concentrado em questões particulares tais como a qualidade e a tipologia da participação (e.g., Jardim & Silva, 2018), as motivações para o engajamento cívico (e.g., Malafaia et al., 2018), o desenvolvimento de competências específicas, como o pensamento crítico (e.g., Piedade et al., 2020), e o papel da escola na promoção da participação e melhoria da democracia (e.g., Caetano, 2018). É de se referir, também, um conjunto de trabalhos centrados na **análise de práticas e projetos de caráter participativo** envolvendo crianças em contextos de educação formal (e.g., Formosinho & Passos, 2019). Embora pese uma não atenção direta à problemática do desenvolvimento local/rural/comunitário, alguns destes trabalhos, especialmente aqueles realizados em foro escolar, propõem uma discussão sobre como as questões analisadas têm impacto na vida da comunidade envolvente (e.g., Caetano et al., 2020). Além disso, em parte, esta literatura corrobora a **defesa de uma participação juvenil nos processos de tomada de decisão** que deve ser ativa, afirmando jovens como cidadãos efetivos e não enquanto cidadãos em espera (e.g., Ribeiro et al., 2016).

Do conjunto de trabalhos que correlacionam o desenvolvimento local/rural/comunitário e a participação de jovens de uma forma mais evidente, é de se realçar o **lugar do emprego/trabalho como saliente preocupação de fundo** (e.g., Simões, 2018), para além de uma alargada discussão sobre **questões relativas à educação** (e.g., Antunes & Barros, 2019). Na generalidade, os estudos problematizam a heterogeneidade das pessoas jovens, confrontando a sua realidade face às esferas da educação e do mundo do trabalho. Há referência explícita à ideia de que a produção de políticas com vista a responder aos desafios enfrentados por jovens deve pressupor uma forte dimensão de envolvimento destes atores. No entanto, tem maior transversalidade um discurso assente na temática da **auscultação de jovens** acerca da forma como se constroem/promovem políticas destinadas a estes.

No que toca à dimensão política, os estudos identificados discutem uma **lógica de governação** por vezes ambígua, na medida em que, apesar de contemplar o envolvimento ativo de atores locais, ela permanece associada a uma conformidade centralista de regulação e avaliação dos projetos/iniciativas desenvolvidos (Antunes & Barros, 2019). Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável é discutido, inclusivamente, por relação ao mundo rural, apontando-se, com efeito, o **lugar crucial do local na promoção de estratégias de desenvolvimento**, salientando-se, além disso, o papel das câmaras municipais na produção de melhoria da qualidade de vida a nível local (Almeida, 2017).

O corpo de investigação e a produção de conhecimento no contexto do desenvolvimento local/rural/comunitário, em Portugal, independentemente do foco atribuído à conjuntura destas temáticas, parece convergir na mensagem de que é preciso **equacionar os/as jovens como sujeitos capazes de poderem participar na resolução de problemas locais**. Trata-se de uma estratégia que, para se tornar sustentável, implica o desenvolvimento de um trabalho sistemático e de longo prazo, não podendo ficar à mercê de vontades ou figuras de liderança individuais.

2. Políticas nacionais para a juventude: que lugar se faz para jovens no desenvolvimento das suas regiões

A par com a sistematização da literatura relevante no contexto do desenvolvimento local/rural/comunitário e a participação jovem nesse âmbito, também se procedeu a uma análise do modo como as **políticas implementadas em Portugal, nomeadamente as políticas com foco na juventude e para o desenvolvimento do interior, têm suscitado a integração ou não dos/as jovens enquanto elementos centrais e ativos**. Para tal efeito, um conjunto de 21 documentos relativos a políticas nacionais, publicados entre 2011 e 2021, foi alvo de sistematização. Destes documentos, nove foram analisados em profundidade, considerando-se que os restantes divergiam do foco estabelecido (e.g., Agenda Portugal Digital).

A nível nacional, alguns dos documentos analisados **reconhecem a importância de auscultar jovens**. Um dos documentos em análise foi “O Livro Branco da Juventude” (2013) que refere que “o artigo 70.º da Constituição da República Portuguesa comete ao Estado a obrigação de assegurar uma proteção especial aos/às jovens, de forma a garantir a efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais”, agindo em conjunto com os elementos centrais das vidas dos jovens (por exemplo, escola, famílias, etc.). Com efeito, esta resolução encontra-se a par e faz referência a uma política europeia que indica os/as **jovens como um recurso da sociedade e salienta a sua importância na elaboração das políticas que os/as afetam**, através de um diálogo com organizações da juventude. Apesar da referência a várias áreas importantes como educação e formação, emprego, participação cívica de jovens e outras, não há menção neste documento sobre as fronteiras ou o interior do país.

O “Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território” (PNPOT, 2016, 2020) “define a estratégia para a organização e desenvolvimento territorial” visando o aumento da coesão interna e competitividade externa através da valorização do território. Na sua versão mais recente, o PNPOT conta com entidades responsáveis por políticas públicas relevantes para o território (por exemplo, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P.) como intervenientes no seu plano de ação. Das medidas propostas, salientam-se aquelas **direcionadas a jovens, ainda que maioritariamente de forma indireta, e que se relacionam com medidas de atração e fixação de jovens no interior de Portugal**.

O “Programa Nacional para a Coesão Territorial” (PNCT, 2017) tem como principal objetivo “**a afirmação do interior como um aspeto central do desenvolvimento económico e da coesão territorial, promovendo uma nova abordagem de aproveitamento e valorização dos recursos e das condições**

próprias do território e das regiões fronteiriças, enquanto participativa de desenvolvimento e competitividade". Este documento apresenta várias medidas de iniciativas governamentais. Algumas destas medidas são desenvolvidas com foco em estudantes e jovens, nomeadamente através da mobilidade transfronteiriça de estudantes, captação de alunos para Instituições de Ensino Superior de regiões do interior; Estatuto de "Jovem Empresário Rural"; Banco de Terras; Políticas públicas de atração de Jovens para os Territórios Interiores. Outras medidas, poderão beneficiar as pessoas jovens, apesar de não existir uma menção direta às mesmas, nomeadamente através da promoção do desporto no interior transfronteiriço e do apoio ao associativismo cultural, por exemplo. De salientar que o PNCT foi elaborado envolvendo as autarquias locais associadas nas Comunidades Intermunicipais, instituições de ensino superior, associações empresariais, empresas, associações de desenvolvimento local, entre outros.

O PNCT sofreu uma revisão em 2018, intitulada "Revisão do PNCT: Listagem das Novas Medidas", em que foram adicionadas novas medidas, em torno de cinco eixos centrais, relacionados com o interior de Portugal. Neste documento encontram-se algumas **medidas direcionadas a jovens, ainda que maioritariamente de forma indireta, e que se relacionam com medidas de atração e fixação de jovens no interior de Portugal**, através de incentivos de habitação e aumento de vagas nas instituições do Ensino Superior no interior, por exemplo. No PNCT insere-se "Uma Agenda para o Interior" (2017), que tem como foco os desafios e as questões do desenvolvimento dos territórios do interior, referindo o **papel das pessoas jovens como importante para o combate ao crescente envelhecimento da população nas regiões de fronteira**. Além disso, o desenvolvimento das regiões do interior, nomeadamente através da criação de empregos, pretende atrair e fixar jovens, contrariando a desvitalização que o interior regista. Segundo os dados provisórios para 2021 do INE (2022a), **hoje, em Portugal continental, a população jovem (dos 15 aos 24 anos) representa 10.5% ($n = 1\,031\,893$) do total da população residente**. Note-se que nos **contextos de interior/fronteira esta percentagem reduz drasticamente**, verificando-se valores de 0.4% ($n = 3681$) em Bragança e 0.5% ($n = 4842$) em Castelo Branco, estando estes entre os concelhos mais populosos das regiões de fronteira.

À semelhança do PNCT, o "Plano Nacional para a Juventude" (2018) refere também a **importância das pessoas jovens para o combate ao decréscimo da população, da despolarização e envelhecimento**. Com efeito, o objetivo do Plano Nacional para a Juventude (PNJ) assenta em "concretizar a transversalidade das políticas de juventude e com vista ao reforço da proteção especial dos direitos das pessoas jovens". As **áreas estratégicas** abordadas neste documento **surgiram da auscultação de jovens e dos principais atores do setor** (por exemplo, organizações de juventude, academia, municípios).

O documento "70Já!" (2018), por sua vez, considera que os critérios gerais para a utilização do Selo "70JÁ!" tenham os/as **jovens como foco principal**, reforçando ainda a **necessidade da existência de canais de comunicação com as pessoas jovens**. Apesar da menção a áreas temáticas relevantes, como participação cívica e cidadania, desporto, mobilidade e intercâmbios, educação e outros, não há menção neste documento sobre as fronteiras ou o interior do país. Também o documento "Garantia para a Juventude" (2013), foca maioritariamente a área do emprego após o término do ensino formal pelos/as jovens, pretendendo-se que a sua implementação fosse realizada "através de um mecanismo que incluía medidas de apoio e adaptar-se a diferentes realidades nacionais, regionais e locais".

O documento "Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida" (2018), cujo objetivo é fornecer o apoio ao desenvolvimento de competências essenciais, identifica três desafios que apoiam este objetivo: "a utilização de métodos e contextos de aprendizagem variados; o apoio aos professores e outro pessoal educativo; a avaliação e validação do desenvolvimento das competências". De forma a dar resposta a estes desafios, são identificados vários exemplos de boas práticas, das quais se destaca a **importância do empreendedorismo que deveria ser dada a jovens como parte do seu**

percurso escolar, confrontando-os com diferentes realidades práticas nesse âmbito. É ainda destacado o **papel que empresas, escolas e a comunidade a nível local das zonas rurais poderão ter na divulgação do empreendedorismo para jovens**.

Parece concluir-se que a maior parte dos documentos nacionais de políticas da juventude analisados tem como foco a educação e a transição entre os estudos e o emprego, evidenciando uma falta de menção às questões regionais e do interior. Em linha com os resultados observados a partir da revisão da literatura, verifica-se que, relativamente aos documentos nacionais com políticas voltadas para o desenvolvimento do interior, o **papel das pessoas jovens é concebido maioritariamente como uma forma de combate ao despovoamento dessas regiões rurais/interiores**, não sendo diretamente explícito o seu papel enquanto elemento ativo e central na contribuição para o seu desenvolvimento.

3. Prioridades para a juventude e oportunidades para os jovens nas suas regiões

Se uma política de juventude for definida como “uma estratégia implementada pelas autoridades públicas para proporcionar a jovens oportunidades e experiências que apoiem a sua integração bem-sucedida na sociedade e lhes permitam ser membros ativos e responsáveis das suas sociedades – bem como agentes de mudança” (Conselho da Europa, 2015, p. 3), **questionamos então quais as prioridades para a juventude na sua diversidade, especificamente para aquela que vive nestas regiões**.

Partindo do princípio de que é necessário um certo grau de harmonização e integração europeia, em particular ao abordar questões globais e ao estabelecer prioridades para o desenvolvimento da juventude a nível europeu, espera-se que estas se traduzam em diferentes estratégias a nível nacional e regional. As políticas de juventude têm diferentes níveis de definição, influência e execução. Quando os Estados-Membros da UE desenvolvem políticas a nível nacional que são alinhadas ou reguladas por diretivas e políticas europeias, espera-se a existência de algum grau de interpretação nacional para a implementação destas políticas, sendo este aspeto crucial para se entender como os contextos nacionais e locais perspetivam e repensam o desenvolvimento das suas políticas para incluir as orientações relacionadas com a juventude.

A política de juventude da UE é uma dimensão fundamental abordada no documento Europa 2020, o documento sucessor da Estratégia de Lisboa da UE. Incorpora também as questões da juventude nas suas orientações políticas, tais como a iniciativa 'Juventude em Movimento', que tem como principal objetivo melhorar o desempenho dos sistemas educativos e aumentar a atratividade internacional do ensino superior europeu. A política de juventude da UE exige que esta seja capaz de introduzir mudanças nas políticas dos Estados-Membros e, ao mesmo tempo, uma correspondência com as prioridades nacionais. Dos documentos analisados, foram identificadas 16 prioridades diferentes em matéria de política de juventude, a nível regional, nacional e europeu. Destas, as questões relacionadas com o **emprego**, a **educação** e as **oportunidades de inclusão** são as mais frequentemente abordadas.

As principais prioridades a nível da UE, nacional e regional interligam-se. Isto significa que todos os níveis políticos destacam mais claramente as mesmas prioridades: **inclusão, emprego e educação**. Isto indica uma convergência a nível político, reconhecendo que estas podem ser prioridades comuns em relação a jovens de diferentes Estados-Membros da UE. No entanto, uma análise mais detalhada mostra que Portugal tem uma diferença significativa na forte priorização da educação. As maiores diferenças entre os três níveis de política dizem respeito à prioridade dada ao **digital**, que está muito menos presente nos assuntos regionais do que a nível nacional e europeu. Por outro lado, as prioridades relativas à **mobilidade** e aos **transportes** são muito mais pronunciadas a nível regional do que a nível nacional e europeu. As prioridades com menos enfoque a nível nacional e regional são as preocupações

relativas ao **acesso à habitação**, que podem ser explicadas pela recente inflação dos preços das casas e que afetam sobretudo jovens, conduzindo a um declínio na compra de habitação própria e da fixação dos jovens na região.

No que à **educação** diz respeito, existem algumas particularidades quando comparamos os três níveis de política. A nível europeu e nacional, a prioridade na educação refere-se à urgência de resolver os problemas relacionados com o abandono escolar precoce, apoiando o desenvolvimento do trabalho juvenil e outras oportunidades de aprendizagem não formal (Quadro renovado para a cooperação europeia no domínio da juventude, 2010-2018). O mesmo acontece a nível nacional, onde o foco está na redução do abandono escolar precoce e na necessidade de criar equipas técnico-pedagógicas com competências de mediação para ajudar a reduzir o abandono escolar precoce (Livro Branco da Juventude, 2013). A nível regional, por outro lado, a educação é vista como um investimento para a fixação da população. Do ponto de vista dos/as inquiridos/as, investir nas escolas e proporcionar a jovens um percurso educativo completo e positivo é a estratégia recorrente para melhorar a região.

“E ao longo dos anos colocamos muita ênfase na educação, porque estamos a dar a novas famílias a oportunidade de se estabelecerem, uma boa educação e educação pública gratuita no nosso município. A Câmara Municipal, ao lado do que o Estado já assumiu como sua responsabilidade, ofereceu os manuais escolares, agora espalhados [a nível nacional]”

(entrevista 8, Vereadora da Juventude)

“Acredito que aqueles que têm a oportunidade e a possibilidade de ficar aqui, não irão para fora. Serão tantos quantos nós gostaríamos que fossem? Não são. A nossa rotina diária aqui é criar essas oportunidades e criar as sinergias necessárias para manter essas pessoas aqui? Sim, queremos que os nossos jovens fiquem, não queremos que emigrem, não queremos que saiam”

(entrevista 24, Vereadora da Juventude)

As diferentes prioridades estão interligadas. Por exemplo, as questões relacionadas com os diferentes tipos de educação têm um foco significativo, uma vez que é uma ferramenta para a empregabilidade dos/as jovens e, portanto, para a sua integração como cidadãos/ãs plenos e autónomos. Isto também está diretamente ligado ao foco com intercâmbios transfronteiriços para ampliar os horizontes dos jovens.

“O acesso à educação deve ser garantido a todos os jovens; uma abordagem personalizada da aprendizagem, centrada nos jovens, deve incluir um serviço flexível de orientação e aconselhamento, bem como sistemas de informação adequados que respeitem a diversidade de estilos de vida; os sistemas educativos devem permitir combinar diferentes atividades e diferentes funções”

(Livro Branco da Comissão Europeia, 2001)

“Prevenir a pobreza e a exclusão social entre os jovens desfavorecidos e quebrar a cadeia da sua transmissão intergeracional, mobilizando todos os atores envolvidos na vida dos jovens (pais, professores, assistentes sociais, profissionais de saúde, trabalhadores juvenis, os próprios jovens, entidades policiais e judiciais, empregadores, etc.)”

(Estratégia da UE para a Juventude - Investir e Mobilizar, 2009)

Estas prioridades dão origem a preocupações sobre as necessidades dos/as jovens para alcançar estes objetivos. Baseiam-se em problemas previamente identificados pela UE e pelos Estados-Membros, tornando impossível analisá-los sem os ter em conta. De facto, em 2013, foi formalmente adotada, através do Fundo Social Europeu, a Recomendação sobre a Garantia da Juventude, que inclui várias ações que, no que diz respeito à juventude, constituirão a base para a implementação efetiva da Garantia da Juventude. O enfoque nas questões de educação e emprego foi reforçado com a criação da Iniciativa de Emprego dos Jovens, que é uma das medidas de apoio à Garantia Juvenil. Por conseguinte, parece existir uma narrativa da UE sobre educação e emprego no que diz respeito aos/às jovens, mas não revela quaisquer aspetos sensíveis a nível regional quando se consideram estas prioridades. Ao contrário, há um foco no trabalho a ser feito para enfrentar os atuais desafios globais relacionados com o desemprego juvenil e a necessidade de colaboração das partes interessadas para o investimento político futuro.

A nível regional, as mesmas prioridades requerem um enquadramento contextual. **Os municípios estão preocupados em oferecer orientação e oportunidades para que os/as jovens tenham um percurso educativo de sucesso, particularmente na passagem para o ensino superior, ao mesmo tempo que incentivam o seu retorno à região.**

“Temos de os respeitar. Temos de fazer mais do que compreendê-los, temos de respeitá-los, porque alguns jovens irão para o ensino superior”. Isso é ótimo. Tem sido o sonho dar aos jovens, a estes jovens cidadãos, a oportunidade de obter a sua educação superior, de ter essa oportunidade, e nós ajudamos com bolsas de estudo. Temos um programa onde ajudamos a pagar as mensalidades ”

(entrevista 3, Vereadora da Juventude)

No entanto, esta é uma situação paradoxal: por um lado, se a frequência do ensino superior é uma prioridade, por outro, a ajuda e o investimento para dar aos/às jovens esta oportunidade pode ter um impacto negativo na luta contra o **despovoamento da região**.

“Não é algo espetacular, mas é algo que também ajuda [a ajuda monetária do município]”. O que eu não tinha nos meus velhos tempos, mas ainda assim é verdade que as coisas mudaram. E assim, no momento, já temos muitos jovens do [nome do município] a frequentar o ensino superior, mas com o pior fenómeno: eles ficam nesses centros ”

(entrevista 11, Vereadora da Juventude)

“O problema é que os jovens continuam a sair porque não há trabalho. (...). Hoje todos os nossos jovens, a maioria deles, talvez 90% ou mais, vão para a universidade. Desde o momento em que entram no ensino superior, frequentam os seus cursos e depois têm grandes dificuldades porque não têm a oportunidade de encontrar trabalho no seu município ou região na área de estudos na qual se formaram”. Essa é a maior dificuldade ”

(entrevista 28, Chefe de Gabinete)

No que ao **emprego** diz respeito, os três níveis políticos comportam-se de forma diferente, sendo esta prioridade a nível da UE mais elevada em comparação com os níveis regional e nacional. No entanto, é uma prioridade evidente nos três níveis e não há dúvida de que o emprego é uma preocupação das políticas de juventude, em particular para apoiar jovens quando desejam ou necessitam de permanecer nas regiões. Por exemplo, na Agenda para o Interior (2017), os/as jovens recebem maior visibilidade

sob a forma de documentos políticos, devido ao papel que podem desempenhar na luta contra o despovoamento das regiões fronteiriças. Esta política centra-se em incentivar os jovens a permanecer/viver nas regiões fronteiriças e envolvê-los na luta contra o despovoamento.

“Dados os desafios que enfrentamos como um país devido ao declínio populacional, despovoamento e envelhecimento, as políticas públicas para a juventude estão se tornando cada vez mais importantes no planeamento estratégico das diversas políticas setoriais de longo prazo. A preparação do futuro do país exige agora a prossecução de uma política para a juventude robusta. A sua ancoragem dependerá da qualidade da política e da provável capacidade dos decisores e das instituições ”

(Plano Nacional da Juventude, 2018)

É também visível a vontade de promover o **sentimento de pertença** dos/as jovens à sua região. Este parece ser o núcleo da política de fixação da população, onde se reconhece que os/as jovens podem ser agentes de desenvolvimento local. As práticas dos/as jovens – e as iniciativas de redes comunitárias – podem envolvê-los em ações de colaboração e aprendizagem reconhecendo o conhecimento coletivo das comunidades como uma questão de justiça social e cognitiva (Skerratt, 2013; Silva, 2018), porque abre a possibilidade de reconhecer outras formas de conhecimento, especialmente onde há desigualdades estruturais. Para isso, o desenvolvimento de estratégias de sensibilização e uma política que apoie, mas também acompanhe os caminhos da juventude, pode ser uma solução. O principal objetivo é entender a sua realidade e os seus novos contextos de participação, aumentar a sua participação e, conseqüentemente, aumentar as chances do seu retorno. Um dos entrevistados, responsável pelas políticas de juventude do município, explica a perspetiva dos/as jovens sobre sua relação com a região:

“ (...) “Vou para a minha região porque sei que posso dar a minha contribuição nisto, nisto e naquilo...”. E eles [os jovens] são um grande contribuinte, temos muitos jovens voluntários, especialmente do 12.º ano; temos muitos jovens voluntários em vários níveis ”

(entrevista 23, Vereador da Juventude)

Outro aspeto que figuras políticas locais destacam como relevante para promover a conexão dos jovens com as suas regiões é proporcionar-lhes oportunidades de **participar da vida da comunidade**.

“Sim, já foi há muito tempo, ainda não estávamos no município. Eu já sentia que os jovens queriam interagir, mas não havia portas abertas do outro lado, ou se havia, era meramente institucional e as pessoas não queriam saber disso. Há uma grande separação, um completo divórcio, entre os jovens e a política. E o que acontece? Os poucos jovens que existem politicamente, politicamente em geral, são partidários... olhem para isto e digam: Eu vou lá, ou JSD ou JS, e não há lugar para isso ”

(entrevista 29, Vice-Presidente)

A nível nacional, os/as jovens são **reconhecidos como tendo um papel ativo no desenvolvimento nacional e local**. O Livro Branco da Juventude foi implementado em 2013, no mesmo ano que a Garantia Jovem. Como esperado, existe uma transposição das orientações da UE, apesar da recente criação de um Plano Nacional para a Juventude em 2018.

“Portanto, tanto no nosso texto constitucional como a nível europeu e internacional, existe a noção de que os jovens devem participar na vida social e política – em particular na conceção e implementação de políticas que afetam direta e indiretamente a juventude – e uma compreensão clara dos objetivos e áreas prioritárias para essa participação. Foi neste contexto que o Governo promoveu a elaboração do “Livro Branco da Juventude”, como compilação de contributos para a definição de uma estratégia conjunta para a área da juventude em Portugal ”

(Livro Branco da Juventude, 2013)

“Prioridade”: Assegurar a realização do direito à educação numa perspetiva holística e inclusiva, incluindo a aproximação das áreas de aprendizagem não formal e informal ao sistema de educação formal, com enfoque no desenvolvimento e reconhecimento de competências, com ênfase na integração dos jovens na vida profissional e no exercício da cidadania e da participação cívica, tendo em conta as suas condições específicas ”

(Plano Nacional da Juventude, 2018)

Criar condições efetivas de participação e espaços novos e inclusivos de participação parece ser um aspeto fundamental das políticas de juventude. De facto, se existe alguma certeza sobre a juventude na Europa, é que ela é vista como uma “ferramenta” e um recurso fundamental – ou, em outras palavras, como um ativo capaz de influenciar o seu próprio desenvolvimento positivo (Barcelona & Quinn, 2011) – para promover um espaço social e de crescimento mais sólido e democrático. Este aspeto é enfatizado na Estratégia para a Juventude 2009 e 2019 quando as políticas que abordam os problemas e necessidades dos/as jovens são discutidas e concebidas, mesmo que o período entre estes documentos seja de dez anos:

“Os jovens europeus devem dispor de ferramentas para aproveitar as oportunidades de participação nos campos cívico e político, voluntariado, criatividade, empreendedorismo, desporto e envolvimento em causas globais. Problemas de educação, emprego, inclusão e saúde, juntamente com problemas financeiros, de habitação ou de transporte, dificultam o acesso dos jovens à autonomia e a uma situação que lhes dá a oportunidade e os recursos para gerirem as suas vidas, participarem plenamente na sociedade e tomarem decisões independentes ”

(Estratégia da UE para a Juventude, 2009)

“Reconhecendo que todos os jovens são um recurso para a sociedade, todas as políticas e atividades juvenis devem defender seu direito de participar do desenvolvimento, implementação e monitoramento das políticas que os afetam através de uma participação significativa dos jovens e das organizações juvenis. Neste contexto, as políticas devem basear-se no reconhecimento das mudanças trazidas pela comunicação digital que afetam a participação democrática e cívica ”

(EU Youth Strategy, 2019)

No entanto, é necessário considerar o racional subjacente à tomada de decisões dos/as jovens e criar lugares para ouvir as suas vozes a nível local. Existe a perceção de que os/as jovens estariam interessados/as em ficar nas suas regiões se fossem oferecidas melhores condições. Em alguns municípios, estão a fazer esforços para investir em possibilidades atrativas para jovens e, ao mesmo tempo, estão a integrar-se nas suas iniciativas de prática diária para promover o seu desenvolvimento.

“Estamos a trabalhar nisso, mas é isso que eu digo: eles vão resolver, mas eles vão voltar, mesmo que seja nos fins de semana, e isso é bom para nós, é o reconhecimento do território. Eles estão muito enraizados na região, e isso é bom, eu mesmo vi quando era estudante: “Vais para casa? Sim, vou”, e eu também estava ligado a uma associação na época. E vejo exatamente o mesmo na minha filha e ela também está numa banda e há esta ligação”

(entrevista 23, Vereadora da Juventude)

“Agora, para responder especificamente à sua pergunta: os jovens ficam? Acredito que alguns deles têm a oportunidade e a possibilidade de ficar aqui. São tantos quantos nós gostaríamos? Não são. Nosso trabalho diário aqui é fazer..., é criar essas oportunidades e criar as sinergias necessárias para manter essas pessoas aqui? Sim. Queremos que os nossos jovens fiquem, não queremos que imigrem, que saiam”

(entrevista 31, Vereador da Juventude)

A **existência de empregos e o acesso à cultura estão diretamente ligados a uma maior possibilidade de fixação de jovens na região**. É importante o desenvolvimento de métodos de trabalho em rede (Bertozzi, 2015) para antecipar formas de apoio que vão além das do Estado central, respondendo a necessidades concretas a nível regional. A capacidade do nível local para promover a participação na elaboração de políticas está, portanto, centrada na promoção da capacitação para abordagens participativas, não só para os/as jovens, mas para a comunidade como um todo.

IDEIAS-CHAVE

- A literatura e os documentos políticos convergem no reconhecimento de que é **preciso equacionar jovens como agentes** capazes de participar na **resolução de problemas locais**, embora pese um discurso mais assente na auscultação do que na participação ativa.
- Os municípios mostram-se preocupados em oferecer **orientação e oportunidades** para que os/as jovens tenham um **percurso educativo de sucesso**, particularmente na passagem para o ensino superior, ao mesmo tempo que incentivam o seu **retorno à região**.
- O papel dos/as **jovens enquanto agentes de desenvolvimento local** é maioritariamente concebido como uma forma de combate ao despovoamento das regiões rurais/do interior, não sendo diretamente explícito o seu papel enquanto elemento ativo e central na contribuição para o seu desenvolvimento.
- Existe uma preocupação explícita das regiões de fronteira com o desenvolvimento positivo da juventude, uma vez que se denota uma **compreensão a nível regional do papel crucial que as políticas e ações a nível local** desempenham na promoção do desenvolvimento da juventude e no envolvimento de jovens em percursos significativos.
- A promoção de **políticas mais descentralizadas**, através da concertação de sectores de decisão locais e nacionais, poderá mitigar desequilíbrios e suportar percursos sociais e educativos de sucesso de jovens que vivem em regiões de fronteira.

PARTE II

RETRATO DE JOVENS A CRESCER EM REGIÕES DE FRONTEIRA



1. Caracterização sociodemográfica dos/as participantes a nível nacional

3968 jovens estudantes responderam ao inquérito por questionário. A sua distribuição geográfica traduz, atualmente, a densidade demográfica da população em geral (INE, 2022a) e, logo, da população escolar. Como se pode constatar pelos dados no quadro 1, que inclui a amostra (*n*) e percentagens (%) distribuídas por NUTS II e III, (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), a **maioria dos/as participantes situa-se na região Norte** (*n* = 2249, 56.7%), seguindo-se o Alentejo (*n* = 1064, 26.8%), o Centro (*n* = 467, 11.8%) e, por último, o Algarve (*n* = 188, 4.7%). A figura 3 apresenta o mapa representativo da densidade populacional dos/as jovens participantes pelos municípios de fronteira.

Quadro 1. Regiões, sub-regiões e municípios de fronteira: População

Regiões e sub-regiões

NUTS III	<i>n</i>	%	NUTS II	<i>n</i>	%
Alto Minho	1346	33.9	Norte	2249	56.7
Alto Tâmega	393	9.9			
Terras de Trás-os-Montes e Douro	510	12.9			
Beiras e Serra da Estrela	160	4.0	Centro	467	11.8
Beira Baixa	307	7.7			
Alto Alentejo	603	15.2	Alentejo	1064	26.8
Alentejo Central	47	1.2			
Baixo Alentejo	414	10.4			
Algarve	188	4.7	Algarve	188	4.7

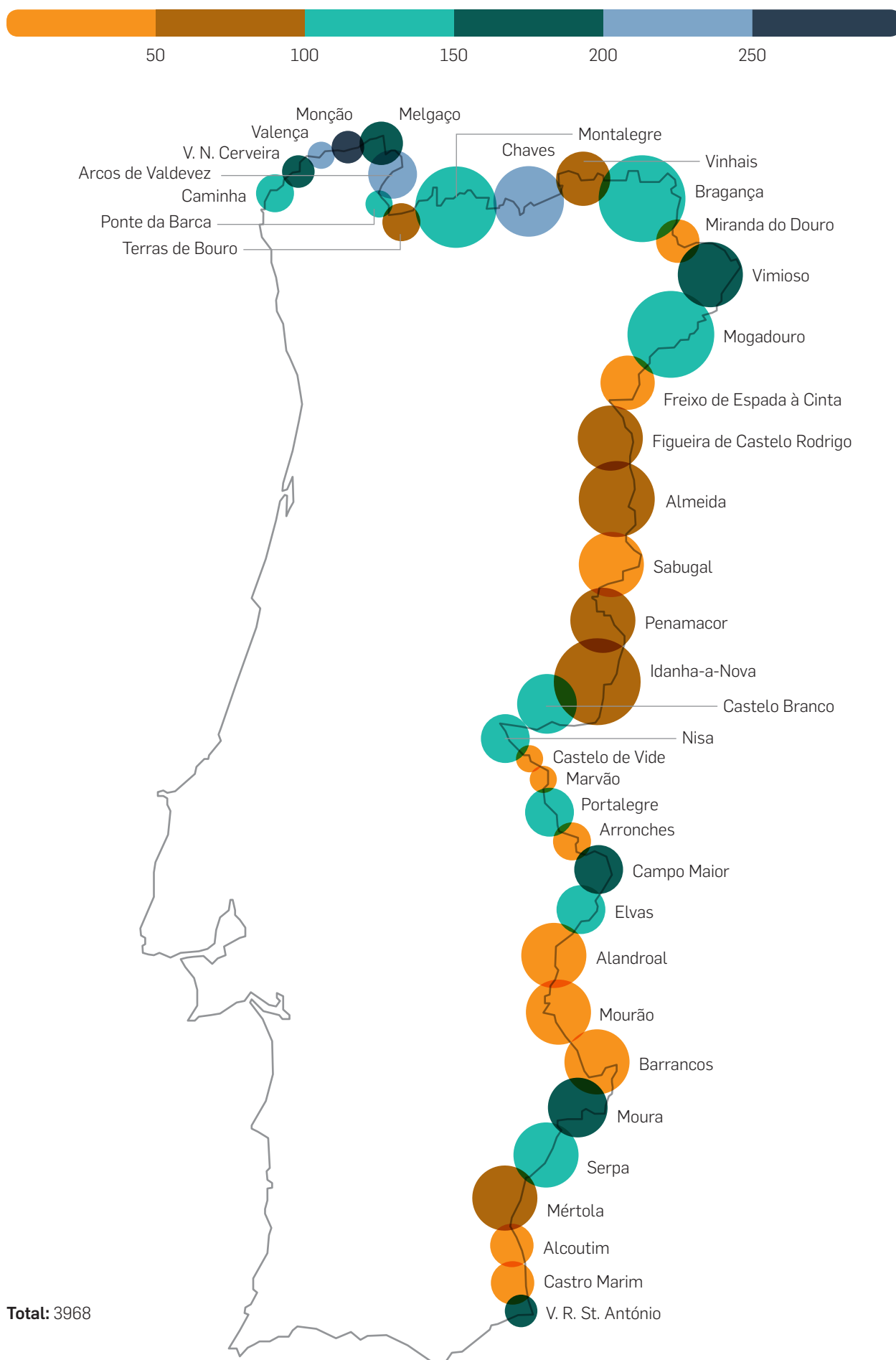


Figura 3. Mapa representativo da densidade populacional dos/as jovens participantes pelos municípios de fronteira.

No que respeita ao sexo (Figura 4), **54% ($n = 2141$) dos/as participantes são raparigas e 46% ($n = 1824$) rapazes**. Relativamente à idade (Figura 5), a **maioria dos/as jovens têm entre 16 e 18 anos**.

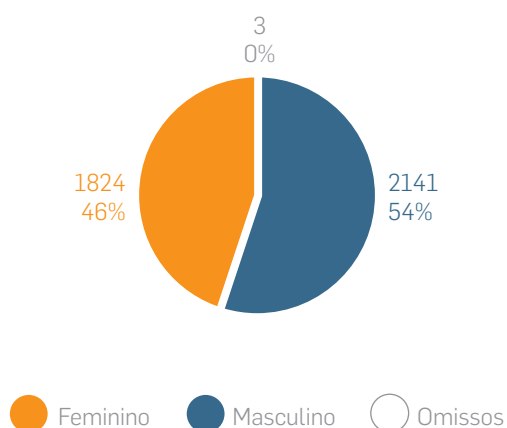


Figura 4. Distribuição dos/as participantes por sexo.

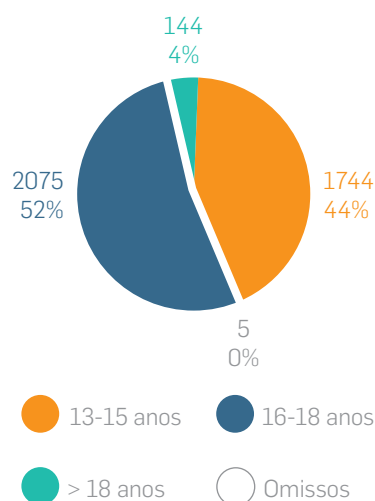


Figura 5. Distribuição dos/as participantes por idade.

No que concerne ao ano de escolaridade frequentado (Figura 6), 33.2% ($n = 1315$) dos/as jovens frequentam o 9º ano de escolaridade, **seguido-se de 28% ($n = 1107$) que frequentam o 10º ano, 20.6% ($n = 816$) encontra-se no 11º ano e, por último, 18.2% ($n = 722$) frequenta o 12º ano**.

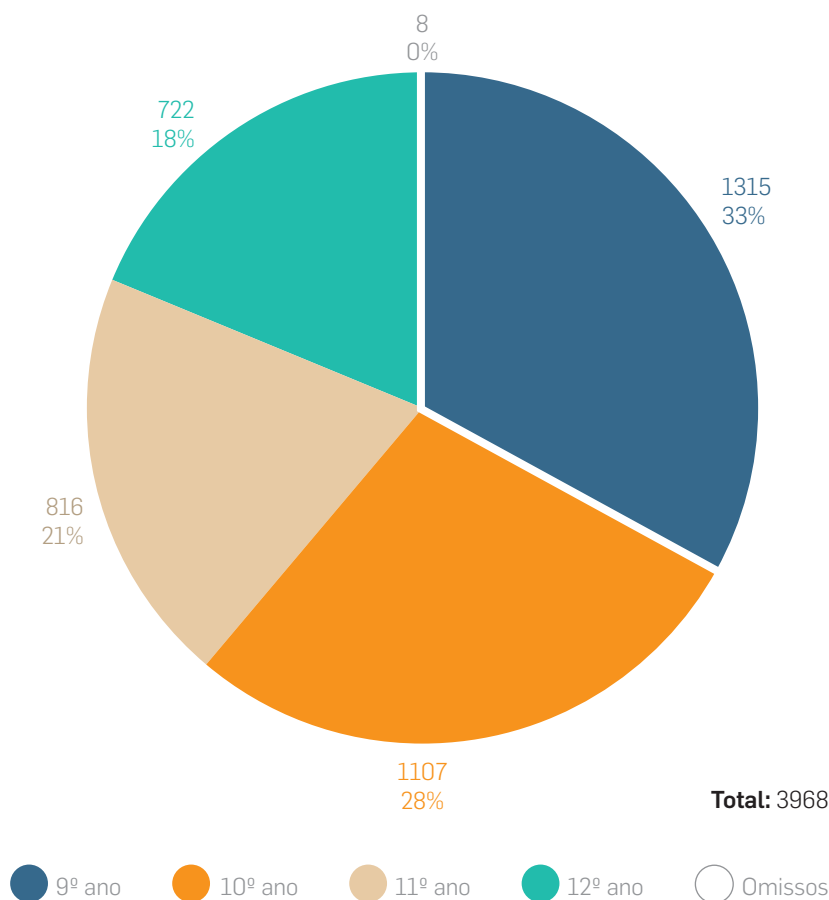
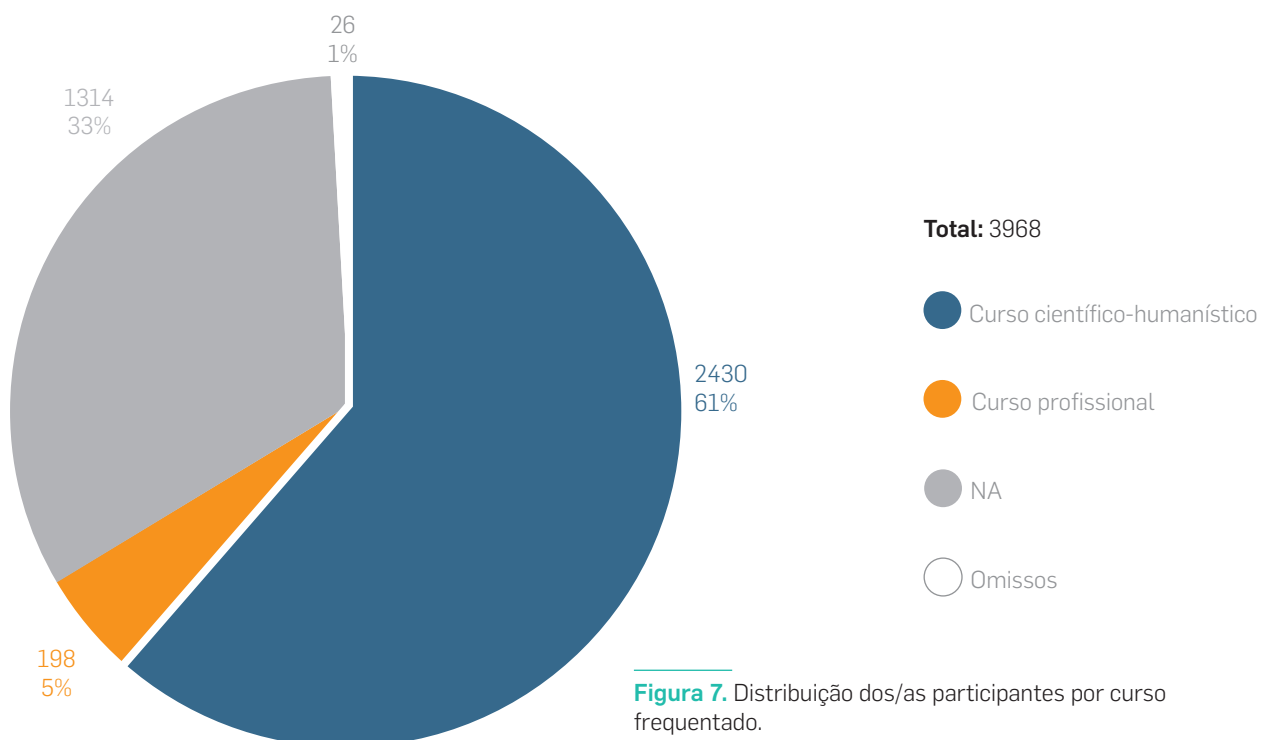


Figura 6. Distribuição dos/as participantes por ano de escolaridade.

Relativamente ao curso frequentado (Figura 7), **61% (n = 2430) frequenta um curso científico-humanístico e 5% (n = 198) um curso profissional**. Nesta questão, foram inquiridos/as jovens do 9º ano, que perfizeram os restantes 33% (n = 1314) dos/as participantes.



Relativamente à escolaridade das mães e dos pais (Figura 8), **as mães apresentam uma escolaridade mais elevada comparativamente com os pais**. Estes dados seguem a tendência registada na população portuguesa, no ano de 2021 (PORDATA, 2021).

O **nível socioeconómico** dos/as jovens foi compreendido através da análise entre a quantidade de livros em casa e a escolaridade das mães e dos pais, sendo que esta permitiu perceber que a **quantidade de livros em casa dos/as jovens aumenta consoante o aumento da escolaridade dos pais e das mães**.

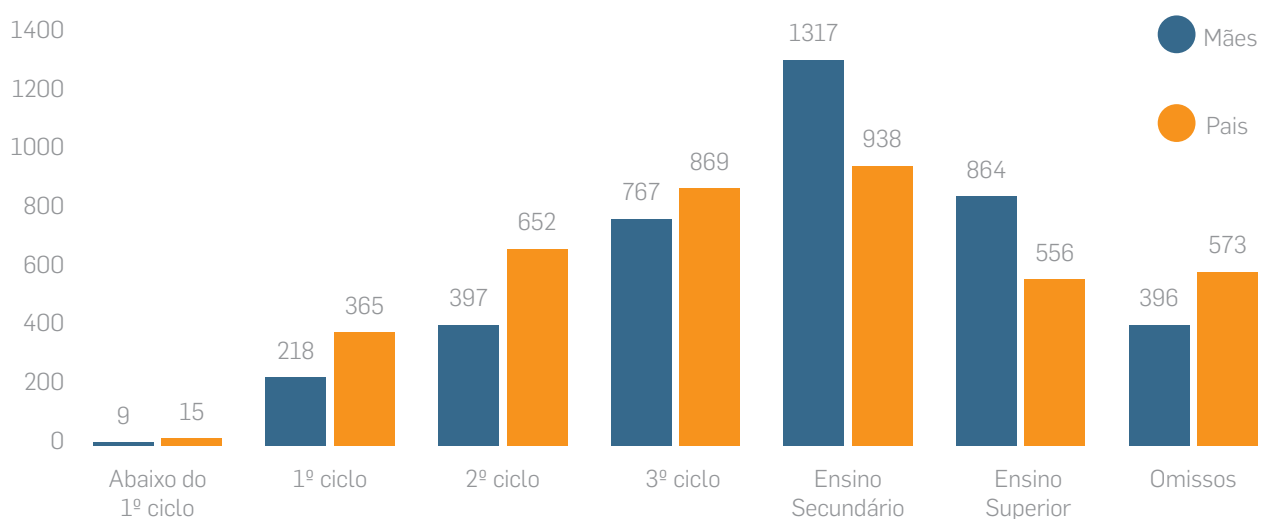


Figura 8. Distribuição dos/as participantes por níveis de escolaridade das mães e pais.

Ao analisar as profissões que mães e pais têm de acordo com a classificação nacional das profissões (Figura 9), **as mães apresentam 20.6% (n = 735), a percentagem mais elevada, enquanto “especialistas das atividades intelectuais e científicas”**. Por seu lado, os pais apresentam 10.6% (n = 364) no que respeita à mesma atividade. **Os pais apresentam a percentagem mais elevada, de 28.3% (n = 978), enquanto “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”**, ao passo que as mães apresentam apenas 2.5% (n = 88). Na atividade “trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores”, as mães aparecem com 16% (n = 568), enquanto os pais surgem com 15.2% (n = 525). As mães com “trabalhos não qualificados” representam 14.5% (n = 515), enquanto os pais representam apenas 2.1% (n = 71).

Adicionalmente, analisaram-se as profissões de mães e pais de acordo com a sua região (Norte, Centro e Alentejo e Algarve), não se destacando diferenças acentuadas nas profissões das mães e dos pais entre regiões, à exceção de, no caso das mães, existirem mais operadoras de instalações e máquinas, mais trabalhadoras da montagem e mais domésticas/donas de casa no Norte, comparando com o Centro, Alentejo e Algarve.

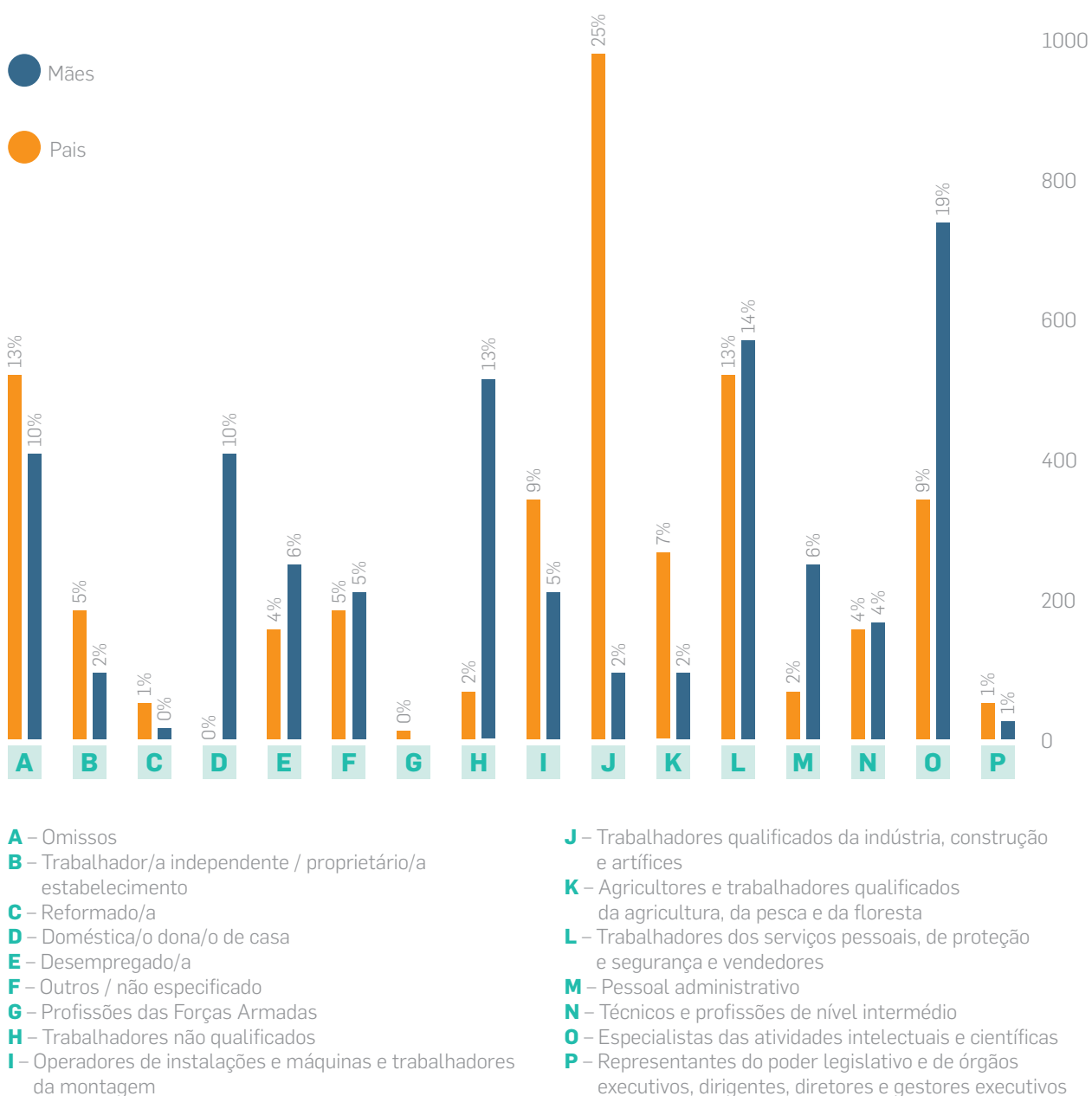


Figura 9. Distribuição dos/as participantes por profissões das mães e pais.

2. Experiências e culturas juvenis em regiões de fronteira: alguns apontamentos

Os dados que agora apresentamos dizem respeito a **experiências juvenis em regiões de fronteira**, nomeadamente experiências digitais e da sua relação com os seus contextos.

2.1. Experiências digitais dos/as jovens

Relativamente às respostas sobre as experiências relativas ao uso de tecnologias e internet, as respostas dos/as jovens sugerem, à semelhança dos hábitos que vamos encontrar na população jovem em geral, **um uso regular da internet, smartphone e redes sociais como suporte à interação e comunicação**.

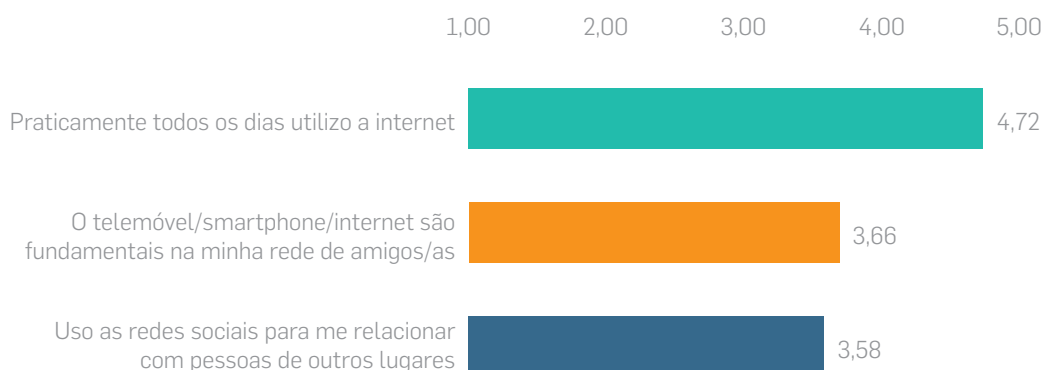


Figura 10. Média dos itens respeitantes ao uso das tecnologias e da internet pelos/as jovens.

2.2. Relação dos/as jovens com as suas regiões

Relativamente às perceções de **jovens sobre aspetos específicos que nos ajudam a compreender as suas redes de amizade**, podemos encontrar valores de concordância elevados ou muito elevados. Por exemplo, consideram que têm liberdade para sair com amigos, sendo que a rede de amizades é predominantemente quer de círculos próximos em termos geográficos, quer mais circunscrita a colegas da escola.

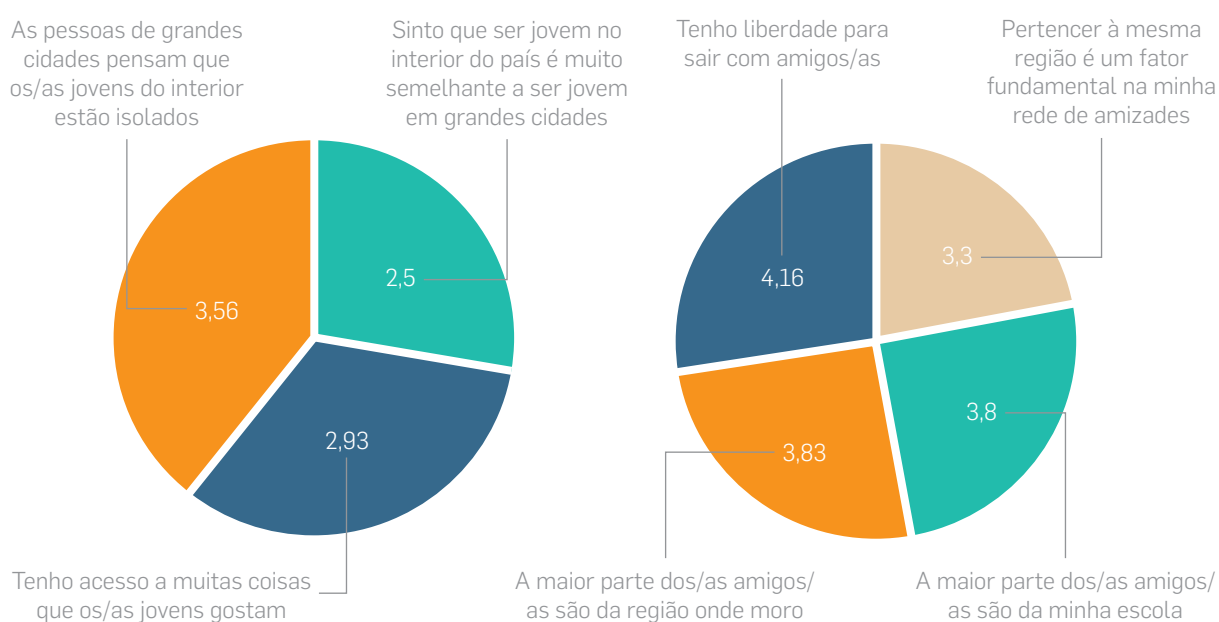


Figura 11. Média dos itens acerca da relação dos/as jovens com os seus contextos.

Ainda que a partir da leitura dos resultados dos aspetos anteriormente analisados identifiquemos semelhanças com jovens de outros lugares, nomeadamente mais urbanos, e até alguma indicação de uma maior liberdade de circulação, as respostas aos itens trazem à superfície outra perceção sobre a condição de ser jovem, que parece denunciar o peso de desvantagens associadas a estas regiões. Parece também evidente terem a perceção que sobre eles recaem pré-conceitos metrocêtricos, como se pode ver no valor médio de concordância de 3.56 (1-5) para o item “as pessoas de grandes cidades pensam que os/as jovens do interior estão isolados/as”. Os valores médios são claramente mais baixos, principalmente quando fazem o exercício de se compararem com jovens de contextos urbanos, ou quando se posicionam sobre o acesso a coisas que os/as jovens gostam, estando aqui também implícita a ideia de culturas jovens mais globais e dominantes.

3. Culturas de participação jovem

Dados obtidos em resposta a uma questão que pedia para os/as jovens assinalarem em que atividades de participação se envolviam ativamente, mostram-nos uma distribuição concordante com outros estudos à escala nacional (European Commission, 2018; Lobo, Ferreira & Rowland, 2015). De um universo de 3968 respostas válidas, a **maioria dos/as participantes (n = 2567) indica a participação em atividades desportivas (64.7%), seguida à distância pelo envolvimento em atividades culturais.** No pólo oposto, vamos encontrar com menos referência o envolvimento em atividades de participação político-partidária (3.8%) e o envolvimento em corpos de governo local (2.7%). De realçar, contudo, um envolvimento significativo em formas de participação ligadas ao voluntariado e ao associativismo, bem como a movimentos cívicos ligados com a natureza e os animais, o que também podem indicar um alinhamento com interesses globais de jovens pelas lutas climáticas e por formas de participação menos hierarquizadas (Silva, Pinheiro & Silva, 2022).

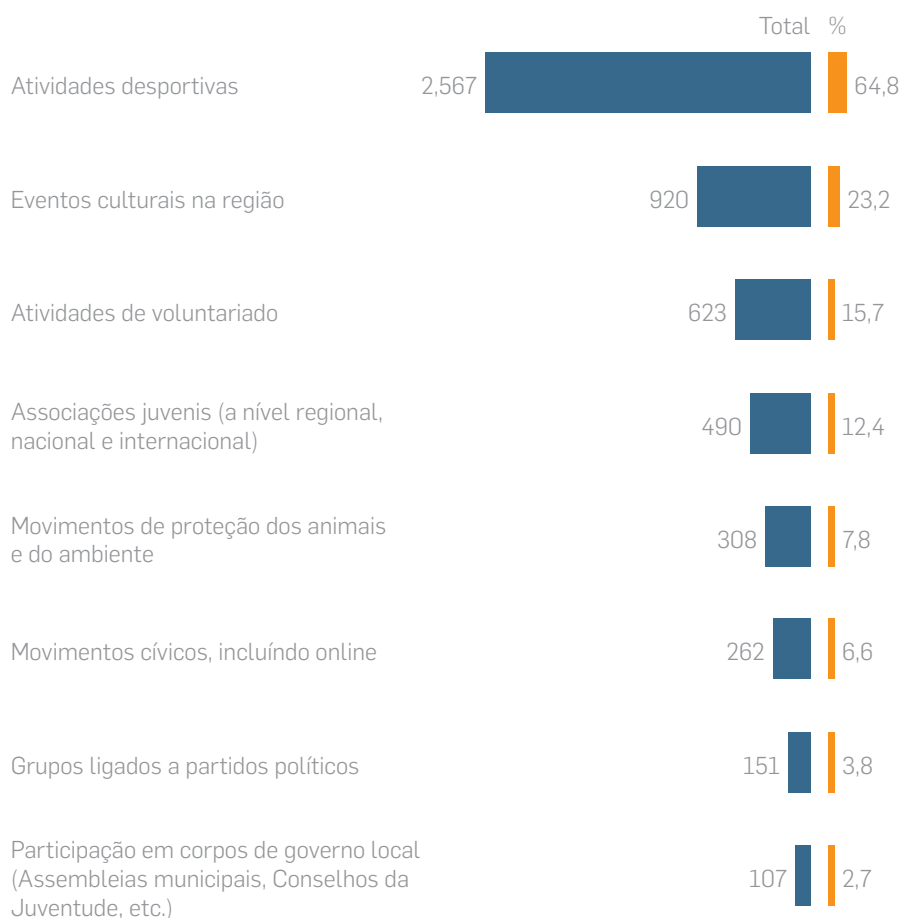


Figura 12. Atividades em que os/as jovens participaram ativamente (pelo menos uma vez por semana).

Quando solicitamos aos/às jovens que indicassem outras **experiências de participação ou de lazer em que gostariam de se envolver, mas às quais não têm acesso**, da totalidade de respostas válidas ($n = 1588$, considerando que os restantes não responderam), **a maioria ($n = 780$) refere a participação em atividades desportivas, ainda que se reportasse a modalidades menos acessíveis.**

A análise de conteúdo às respostas dadas permitiu acrescentar à listagem da figura 12 acima indicada um conjunto de outras categorias onde se podem identificar atividades relacionadas com educação, atividades digitais, intercâmbios e lazer, entre outras. A contagem por frequência das unidades de análise agrupadas em cada categoria deu origem à seguinte distribuição:

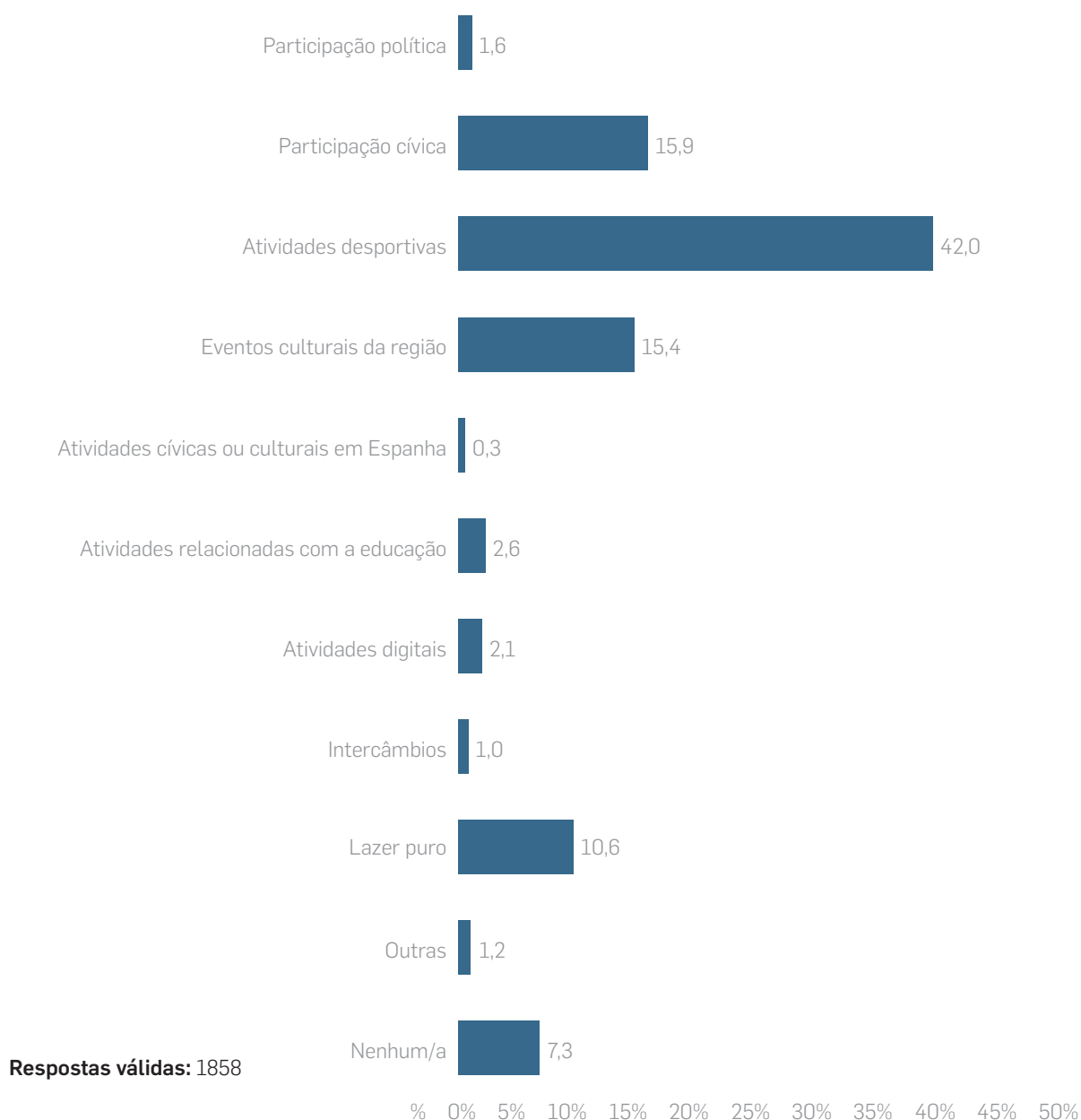


Figura 13. Experiências de participação e lazer em que os/as jovens gostariam de se envolver, mas às quais não têm acesso.

Estes resultados encontram de certa forma correspondência com as atividades em que mais se envolvem (ver figura 12). No entanto, aqui destaca-se a referência a outras atividades, designadamente de lazer, como o acesso a shoppings e cinemas, mas também atividades relacionadas com educação e atividades digitais, como por exemplo torneios de videojogos.

IDEIAS-CHAVE

- A **escolaridade das mães é mais elevada** comparativamente à dos pais e, na sua maioria, as mães têm como profissão “especialistas das atividades intelectuais e científicas” e os pais como “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”.
- Jovens que crescem nas regiões de fronteira, ainda que tenham experiências culturais específicas e próprias do lugar, **partilham com jovens de outras geografias** hábitos relacionados com a **utilização de ferramentas e plataformas digitais ou redes sociais**.
- A **rede de amizades** de jovens destas regiões é construída com base em **ecologias de proximidade** ou relacionadas com a **escola** ou com a região, sendo a pertença ao lugar um fator fundamental.
- Jovens têm consciência de **especificidades que morar nestas regiões traz às suas experiências juvenis**, distinguindo-os em parte de jovens de outros contextos mais urbanos e reconhecendo que nem sempre têm acesso ao que, enquanto jovens, valorizam. Adicionalmente, concordam com a existência de **pré-conceitos produzidos por discursos urbanos que os consideram jovens isolados**.
- **As atividades desportivas, de participação cívica e eventos culturais da região são os tipos de atividade que os/as jovens mais querem ter nos seus contextos**, sendo também estas as atividades nas quais mais participam ativamente (pelo menos uma vez por semana).

PARTE III

OS/AS JOVENS E AS SUAS REGIÕES



1. Crescer em regiões de fronteira: prioridades e desafios

A dimensão geográfica tem impacto nas decisões dos/as jovens quando imaginam os seus percursos e perspetivam futuros possíveis para si. Desafios relacionados com questões económicas e financeiras, perda de confiança no valor dos diplomas, assim como aqueles relacionados com a especialização do mercado do trabalho, potenciam a incerteza das transições juvenis, incerteza essa que se acentua entre jovens com menor capacidade de mobilidade e escolha como aqueles dos territórios aqui em análise (MacDonald & Giazitzoglu, 2019; Serracant, 2015). Se tivermos presente que o desenvolvimento de regiões entendidas por lógicas económicas como mais periféricas é em si um desafio persistente, **que desafios encontram os/as jovens que crescem nestas regiões? Quais são as suas prioridades presentes e para o futuro?**

As regiões de fronteira em Portugal Continental têm sido consideradas territórios com desigualdades estruturais que se traduzem num menor acesso a oportunidades (emprego e educação) e recursos (sociais, culturais, educativos). São regiões económica e socialmente desfavorecidas (EU/FEDER, 2016), com percentagens mais elevadas de analfabetismo (PORDATA, 2011) e abandono escolar precoce (EU/FEDER, 2016), têm menos oportunidades de educação e emprego (EU/FEDER, 2016), menores rendimentos familiares anuais e uma maior percentagem de desemprego quando comparadas com as zonas urbanas onde se concentra a indústria, os recursos humanos qualificados e o consumo (INE, 2022b, 2022c). Além disso, há uma menor disponibilidade de serviços, públicos e privados, fundamentais para a qualidade de vida e a fixação das pessoas. Os/as jovens a crescer em regiões de fronteira, então, são particularmente afetados por este quadro que influencia processos de decisão, seus e das suas famílias.

No sentido de melhor compreendermos o que pensam os/as jovens de regiões de fronteira sobre desafios que têm que enfrentar, integramos no inquérito por questionário já aqui referido esta questão. No total, **2644** jovens de regiões de fronteira responderam à questão aberta "Enumera 3 desafios que tens de superar neste momento da tua vida".

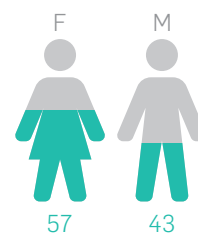


Figura 14. Prioridades e desafios: Distribuição de participantes do sexo feminino (F) e do sexo masculino (M).

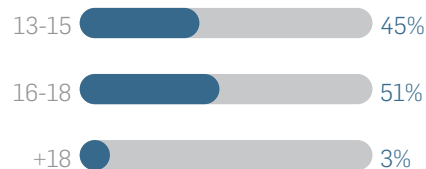


Figura 15. Prioridades e desafios: Distribuição de participantes do estudo por idades.

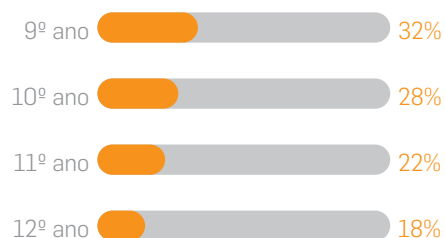


Figura 16. Prioridades e desafios: Distribuição de participantes do estudo por ano de escolaridade.

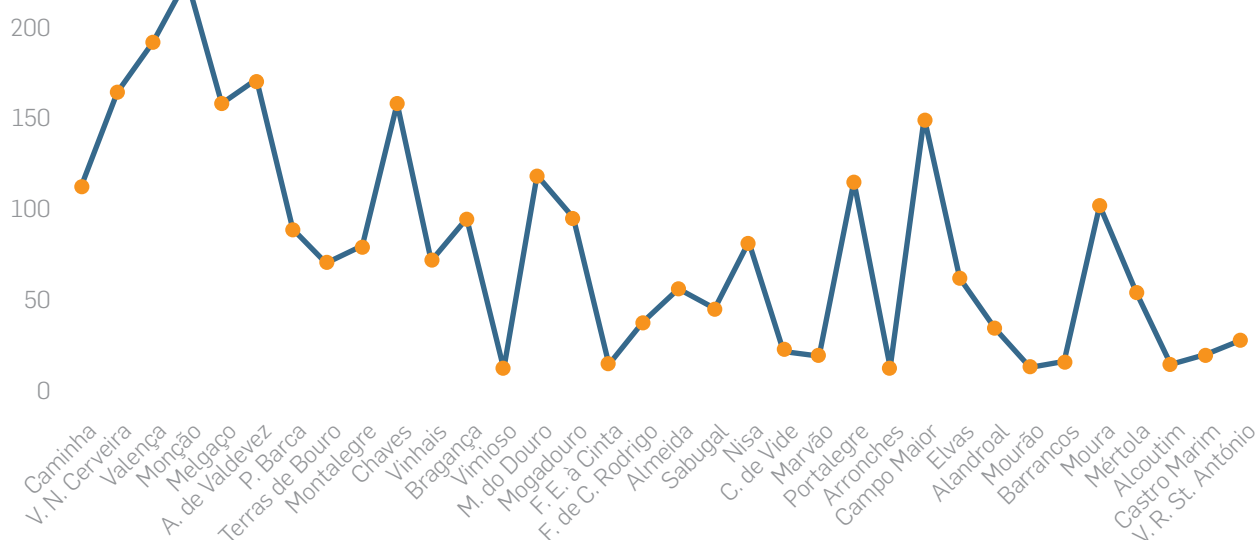


Figura 17. Prioridade e desafios: Distribuição de participantes do estudo por município.

Após a análise das respostas, emergiram seis tipos de desafios:

- Desafios relacionados com o mundo da escola
- Desafios relacionados com o mundo do trabalho
- Desafios relacionados com o desenvolvimento pessoal
- Desafios relacionados com perspectivas de futuro e transição para a vida adulta
- Desafios relacionados com o contexto familiar
- Desafios relacionados com relações interpessoais e comunitárias

Apresentado de outra forma, podemos ver as percentagens de resposta associadas a cada tipologia de desafios após a contagem por frequência das unidades de análise:

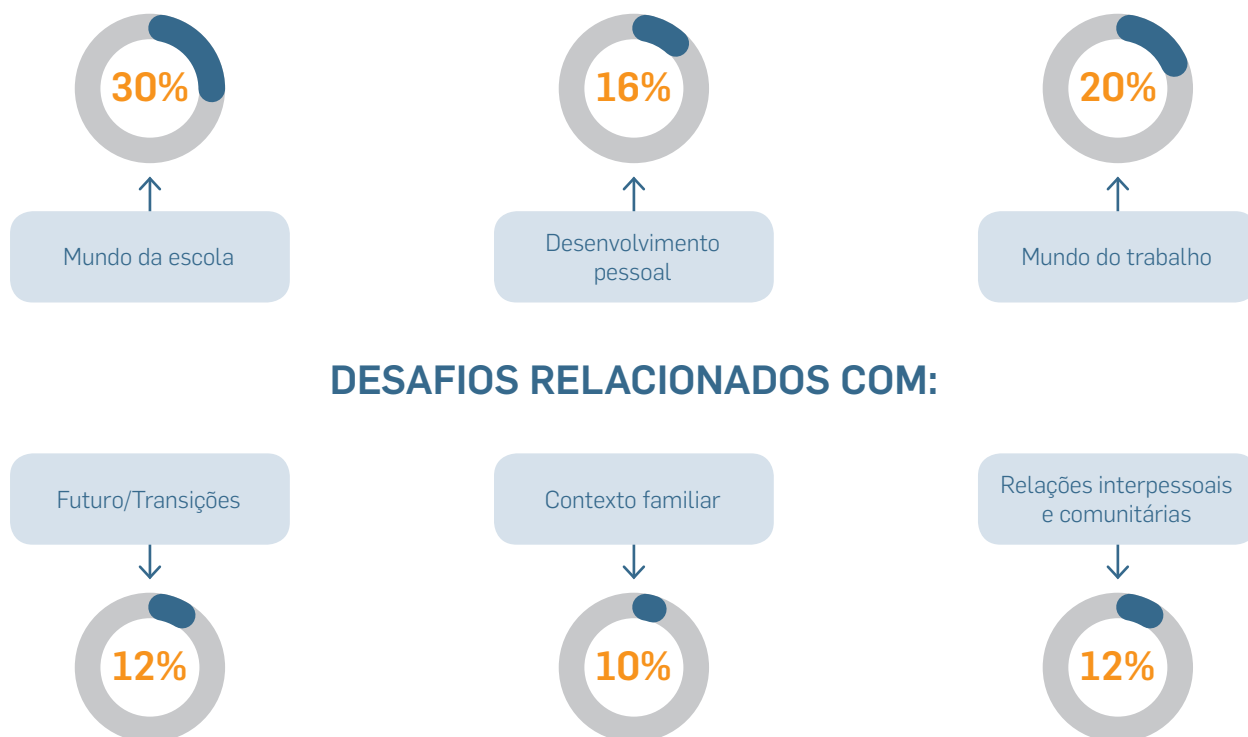


Figura 18. Categorização dos desafios identificados pelos/as jovens.

Os desafios relacionados com o *mundo da escola* são a dimensão mais densa, sendo aquela que concentra mais respostas, o que se pode explicar pelo facto de a população inquirida ser estudantil e, predominantemente, a frequentar o ensino secundário. Aqui vamos encontrar desafios relacionados com a necessidade de obter sucesso escolar, tendo como prioridade associada o acesso ao ensino superior. Em algumas destas respostas, associa-se esta ida para o ensino superior a uma oportunidade para também saírem da região onde vivem.

“Ir-me embora desta região para Lisboa ”
(Masc., 10.º ano, Moura)

“ Poder entrar numa boa universidade ”
(Masc., 9.º ano, V. N. Cerveira)

“ Decidir se fico ou não nesta região ainda neste ano ”
(Fem., 11.º ano, Elvas)

“ Acabar o 12.º ano; Poder no futuro, morar em Lisboa ”
(Masc., 9.º ano, Nisa)

O foco nos resultados escolares e nas médias de acesso ao ensino superior é um aspeto que atravessa preocupações de rapazes e raparigas, embora com maior frequência nas respostas das raparigas, o que também pode ser explicado por questões já estudadas, que demonstram que as raparigas depositam na educação aspirações de mobilidade, liberdade e autonomia. Quando nos focamos nas perspetivas e prioridades, ou seja, nas agendas de jovens para o seu futuro, é importante referir que 9 municípios das regiões de fronteira não oferecem acesso ao ensino obrigatório (PORDATA, 2022a), o que significa que jovens e, por vezes, as suas famílias necessitam de se mudar para outros municípios para cumprir o que a lei obriga. Para além deste aspeto, a diversidade da oferta de ensino superior é menor nas regiões de interior e fronteiriças, já que mais de 60% das instituições de ensino superior (IES) estão localizadas nas regiões costeiras (AD&C, 2018; Sampaio & Silva, in press). Como resultado, não só alguns/mas jovens têm que deixar as suas regiões de origem para completar o ensino obrigatório, como a sua maioria também tem que deixar a sua região se quiser continuar os seus estudos no ensino superior, o que tem implicações de esforço económico acrescido (Silva, 2018; Silva et al., 2021a, 2021b).

Os desafios que estes/as jovens consideram que têm neste momento estão, de facto, organizados a partir de uma narrativa de futuro. Na transição entre o ser jovem e o ser adulto, diversos fatores são enumerados como podendo influenciar a tomada de decisão: constrangimentos sociais, oportunidades educativas e de género, determinados contextos socioeconómicos e culturais, expectativas dos/as pais/mães, entre outros.

*“Decidir o rumo que quero seguir na minha vida,
nomeadamente, saber para onde ir após o 12.º ano”*
(Fem., 9.º ano, Caminha)

*“Prosseguir os estudos no Ensino Superior; na área que quero;
ter uma família; superar todas as minhas expectativas”*
(Masc., 10.º ano, Monção)

“Não dar desgostos aos meus pais”
(Fem., 9.º ano, Portalegre)

“Ser alguém no futuro; Orgulhar os meus pais”
(Fem., 10.º ano, Chaves)

“Lidar com a pressão exercida pela escola e pais quanto ao ensino”
(Masc., 10.º ano, Campo Maior)

Não obstante o imperativo da mobilidade que estes/as jovens enfrentam para a prossecução de estudos ou na procura de oportunidades laborais, existe uma expressiva pertença e vinculação destes/as jovens às suas regiões, podendo em alguns casos pressentir-se intenções de regressar (Silva, 2014; Silva et al., 2021a, 2021b; Yndigegn, 2003). Estes/as jovens assumem-se a nível local como os intermediários de um primeiro contacto com outros mundos para além do rural, integrando o global e o local de forma ativa e construindo assim as suas identidades e culturas juvenis. Além disso, não só a educação formal, mas também os percursos em geral (culturais, sociais e de participação) são vivenciados dentro de uma combinação de constrangimentos, onde a localização geográfica está implícita. Assim, um outro conjunto de desafios são associados a desigualdades, experiências e imperativos que são condicionados por fatores territoriais.

“O facto de estar longe de tudo”
(Fem., 11.º ano, Campo Maior).

“Estar longe das grandes cidades”
(Fem., 11.º ano, V. R. St. António)

“Os meus amigos moram longe o que não ajuda nada!”

(Fem., 9.º ano, V. N. Cerveira)

“Mudar de região com a minha família”

(Fem., 11.º ano, Arcos de Valdevez)

As transições não lineares para a vida adulta e já referidas (Pais, 2000; Serracant, 2015; Silva, 2011; Walther, 2006) impõem-se no campo da educação, mas também ao nível do mercado de trabalho. As transições juvenis tornaram-se mais complexas, heterogéneas e fragmentadas (Furlong et al., 2003) onde questões sociais, de género, étnicas, entre outras, se interseccionam juntamente com fatores contextuais e institucionais, tornando estas trajetórias mais ou menos afetadas por precariedade (Brzinsky-Fay, 2015). Assim, para estes e estas jovens, a entrada no mundo do trabalho e ter acesso a um emprego constitui um desafio organizador das suas vidas.

“Ter um bom trabalho”

(Fem., 9.º ano, Chaves)

“Arranjar trabalho”

(Masc., 9.º ano, Marvão)

*“Conseguir um trabalho da área que quero,
onde a minha família se encontra”*

(Fem., 9.º ano, Mogadouro)

“Arranjar um trabalho e estabilizar a minha vida”

(Masc., 12.º ano, Campo Maior)

*“Conseguir arranjar trabalho para que no futuro
tenha uma vida boa”*

(Fem., 10.º ano, Elvas)

2. O envolvimento de jovens em processos de desenvolvimento local

A participação de jovens na ativação de políticas de desenvolvimento territorial, em especial no caso de regiões do interior e rurais, como é o da maioria das regiões de fronteira, é fundamental, nomeadamente porque **um dos maiores desafios destes contextos, já amplamente assinalado, passa pela questão da densidade demográfica** e que se tem tornado visível nas tendências de despovoamento (Silva & Freires, 2021). Embora os/as jovens que participaram neste estudo reconheçam fragilidades associadas aos territórios onde vivem, tendem a realçar os aspetos positivos das suas regiões que valorizam e com as quais desenvolvem fortes laços de pertença. Mais do que isso: identificam, a partir de dinâmicas sociais impulsionadas tanto pela escola quanto pela própria comunidade, oportunidades para protagonizarem uma participação mais ampla a nível de processos de desenvolvimento local. Igualmente, **os/as jovens a crescer nos municípios de fronteira de Portugal Continental consideram-se com um elevado potencial e capacidade para contribuir para o desenvolvimento de suas respectivas regiões. Assumem, aliás, para si uma parcela na parceria para o projeto coletivo de valorização, desenvolvimento e de melhoria das oportunidades e condições de vida das suas comunidades.** Quando no inquérito por questionário quisemos perceber junto da população jovem um pouco mais sobre esta relação com os contextos onde vivem, pedimos para avaliarem a sua perceção sobre dois aspetos. Por um lado, perceber em que medida haveria disponibilidade e intenção futura para regressar às suas regiões e, por outro lado, perceber se, mesmo no presente, sentem que podem contribuir como jovens para os contextos em que vivem. Os resultados por município (Figura 19) mostram uma tendência concordante e são raros os lugares onde, para os dois aspetos, encontramos médias de concordância abaixo de 3 (1 a 5).

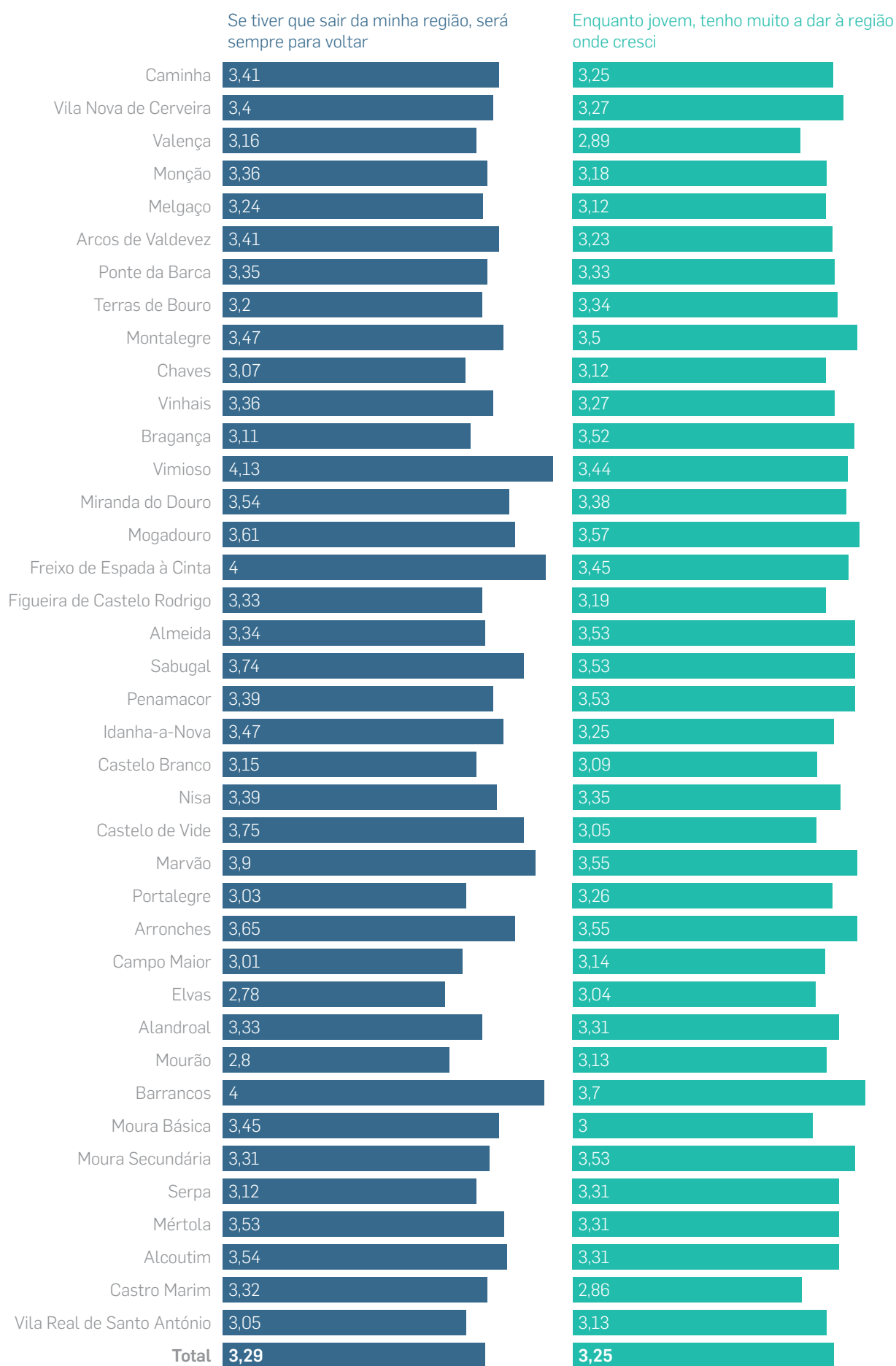


Figura 19. Médias das respostas aos itens “Se tiver que sair da minha região, será sempre para voltar” e “Enquanto jovem tenho muito a dar à região onde cresci”, por município.

O item **“Enquanto jovem, tenho muito a dar à região onde cresci”** permite constatar a confiança de jovens na sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento de suas regiões.

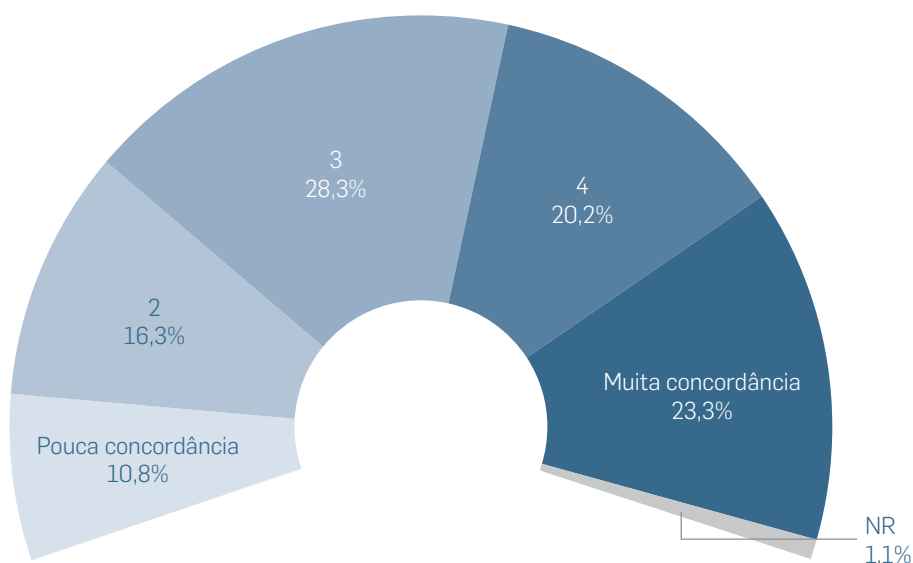


Figura 20. Percentagem do total das respostas ($n = 3968$) ao item “Enquanto jovem, tenho muito a dar à região onde cresci”.

Os dados desagregados por município mostram que apenas dois municípios apresentam valores inferiores a 3 (numa escala de 1 a 5, em que o valor mais alto corresponde a maior concordância) e, na generalidade, os valores variam entre 2.86 e 3.7. Os valores mais baixos ainda se encontram próximos de 3 (Valença, $M = 2.89$; Castro Marim, $M = 2.86$), o que significa que, em geral, os/as jovens se reconhecem enquanto protagonistas incontornáveis para o desenvolvimento local.

Como referimos antes, muitos municípios das regiões fronteiriças de Portugal continental não têm acesso a ofertas de educação ao nível do ensino superior ou mesmo ao ensino secundário (Silva & Silva, 2021), o que leva jovens a deixarem imperativamente as suas regiões.

“Enquanto jovem, tenho muito a dar à região onde cresci”

Numa escala de 1 a 5 os jovens concordam em média total de 3.25

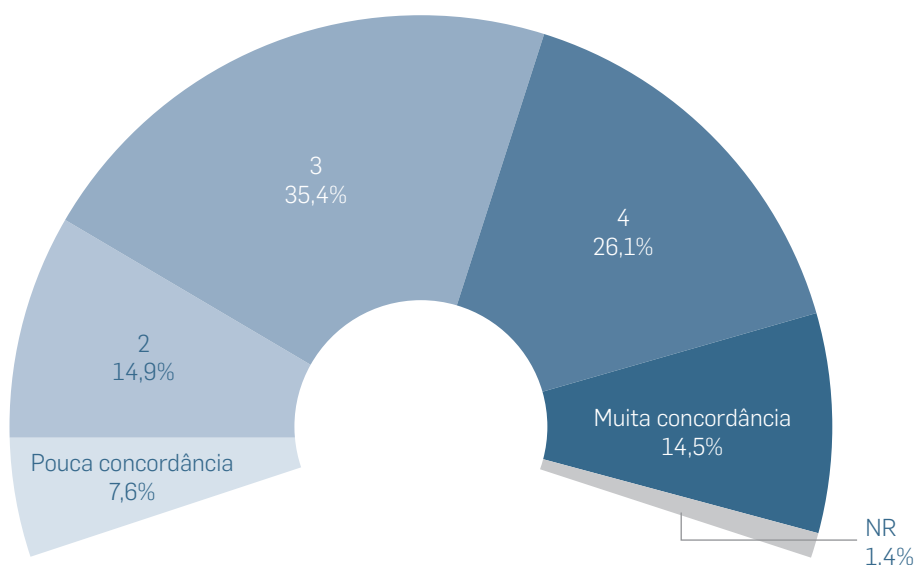


Figura 21. Percentagem do total das respostas ($n = 3968$) ao item “Se tiver de sair da minha região, será sempre para voltar”.

Por outro lado, dificuldades relacionadas com a dinâmica de um mercado de trabalho restrito, típico de áreas predominantemente rurais (Power, 2017), também levam a que muitas pessoas jovens procurem emprego fora dos seus municípios de origem. A esse respeito, os questionários revelam uma correlação positiva significativa entre as questões **“Enquanto jovem, tenho muito a dar à região onde cresci”** e **“Se tiver que sair da minha região, sempre será para voltar”**. Os dados sugerem que quanto maior a percepção de jovens de que têm algo para dar à sua região, maior é a sua concordância com a ideia de que, se vierem a deixar a sua região, será sempre para regressarem em algum momento do futuro.

“ Se tiver que sair da minha região, será sempre para voltar ”

Numa escala de 1 a 5 os jovens concordam em média total de 3.29

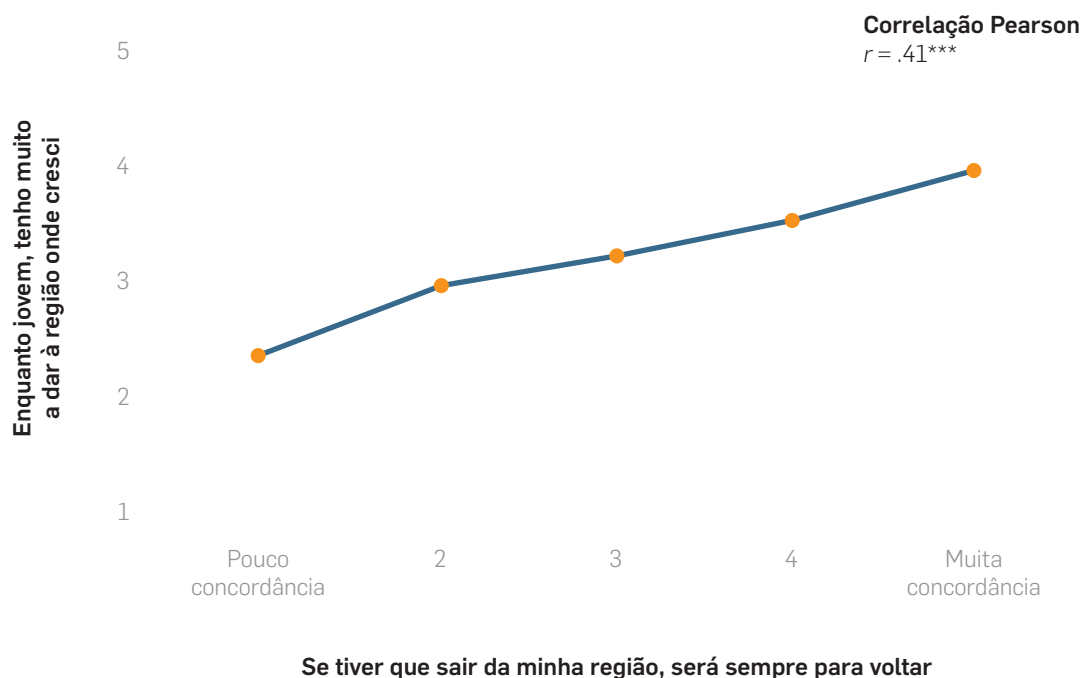


Figura 22. Representação da correlação entre as questões “Se tiver que sair da minha região, será sempre para voltar” e “Enquanto jovem tenho muito a dar à região onde cresci”.

O evidente sentido de engajamento destes/as jovens com as suas regiões, conforme assinalado pelos dados, parece sustentar, ainda, o fortalecimento do sentimento de pertença destes jovens aos seus contextos (Torres-Harding et al., 2018), o que poderá justificar a sua sólida intenção de regressar às suas regiões de origem, no caso de virem a sair.

“ Eu acho que essa área [proteção civil] pode ajudar muitas pessoas. No fundo, está ligada ao socorro que aqui é uma das coisas fundamentais. Aqui Terras de Bouro é um concelho grande. As aldeias ficam todas longe umas das outras e acho que era uma área que podia vir a ajudar muito por aqui ”

(Masc., 11.º ano, Terras de Bouro)

“ (...) se puder voltar para Elvas [depois do ensino superior] eu voltaria com todo gosto, e se além disso possuísse poder monetário para poder investir cá, era a primeira coisa que fazia de forma a evoluir este mercado ”

(Masc., 12.º ano, Elvas)

“ Há muita coisa que esta região precisa, mas se eu pudesse de alguma maneira ajudar no desenvolvimento da região [no futuro] (...) eu voltaria (...). Ou mesmo que tivesse longe, mas de longe conseguisse ajudar aqui a região, também faria isso, porque é algo que acho que custa a toda a gente que vive aqui, ver como as coisas estão e como estão a ficar, por isso, acho que sim ”

(Fem., 11.º ano, Moura)

Em conjunto, estes dados indicam que os/as jovens tendem a concordar com a ideia de que são capazes de contribuir para o desenvolvimento das suas regiões enquanto jovens, no sentido em que se veem ligados a estes contextos e que são responsáveis, também, pela sua melhoria. Desta forma, os/as jovens parecem ser capazes de combinar a sua necessidade e vontade de deixar a sua região com os seus vínculos e responsabilidades para com a comunidade local. No tempo presente, o seu envolvimento em processos de desenvolvimento local dá-se por meio de estratégias distintas, que são reveladoras da sua consciência a nível das fragilidades, potencialidades e desafios dos contextos onde habitam. Na secção a seguir, ficamos a conhecer algumas das propostas pensadas por jovens no âmbito do melhoramento das suas comunidades locais e que demonstram não só uma visão estratégica, mas também integrada e humana.

IDEIAS-CHAVE

- Os desafios sentidos no presente que estes/as jovens vivem são organizados em torno de uma **narrativa de futuro**, na qual situam com destaque as suas aspirações em frequentar o ensino superior, apontando, entre outras, dificuldades de mobilidade decorrentes das regiões onde moram.
- As transições **entre a juventude e a condição de ser adulto**, como acontece entre jovens de outros contextos, são não lineares e, neste caso, afetadas por uma distribuição desigual de oportunidades relacionada também com uma condição territorial de desvantagem social e económica que afeta as suas experiências e escolhas.
- **Jovens destas regiões integram, muitas vezes**, formas de existência entre o global e o local e, nessa integração, propõem novas formações, identidades e culturas juvenis situadas.
- **Jovens** dos municípios de fronteira de Portugal Continental consideram ter um **elevado potencial** para contribuir para o **desenvolvimento das suas regiões, reconhecendo-se como protagonistas e co-responsáveis por mudanças sociais**.
- Jovens conseguem conciliar, numa visão de futuro, aspirações para si enquanto jovens e adultos que implicam a saída das suas regiões sem que isso afete nem o sentimento de pertença nem um entendimento que têm sobre contributos que podem dar à sua região.

PARTE IV

JOVENS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS SUAS COMUNIDADES: 9 PROPOSTAS PARA 5 REGIÕES



Se a parte anterior mostrou jovens que, conscientes de desafios e prioridades que as suas regiões têm, também se entendem como capazes de poderem participar de processos que podem melhorar a vida nos seus contextos, nesta secção vamos dar corpo a estas constatações. Assim, pretende-se apresentar diferentes propostas de grupos de jovens para as suas regiões, que resultaram do processo participativo que envolveu estudantes do ensino secundário de 5 regiões de fronteira. Em certa medida, esta secção representa a essência desta agenda: jovens para o desenvolvimento das suas comunidades.

1. Apresentação e retrato dos contextos

O processo participativo de construção de projetos foi desenvolvido nos 5 contextos de fronteira onde decorreram os estudos de caso: 2 na região Norte, nos municípios de **Terras de Bouro** e **Miranda do Douro**; 1 na região Centro, no município de **Almeida**; 2 no Alentejo, nos municípios de **Elvas** e **Moura**.

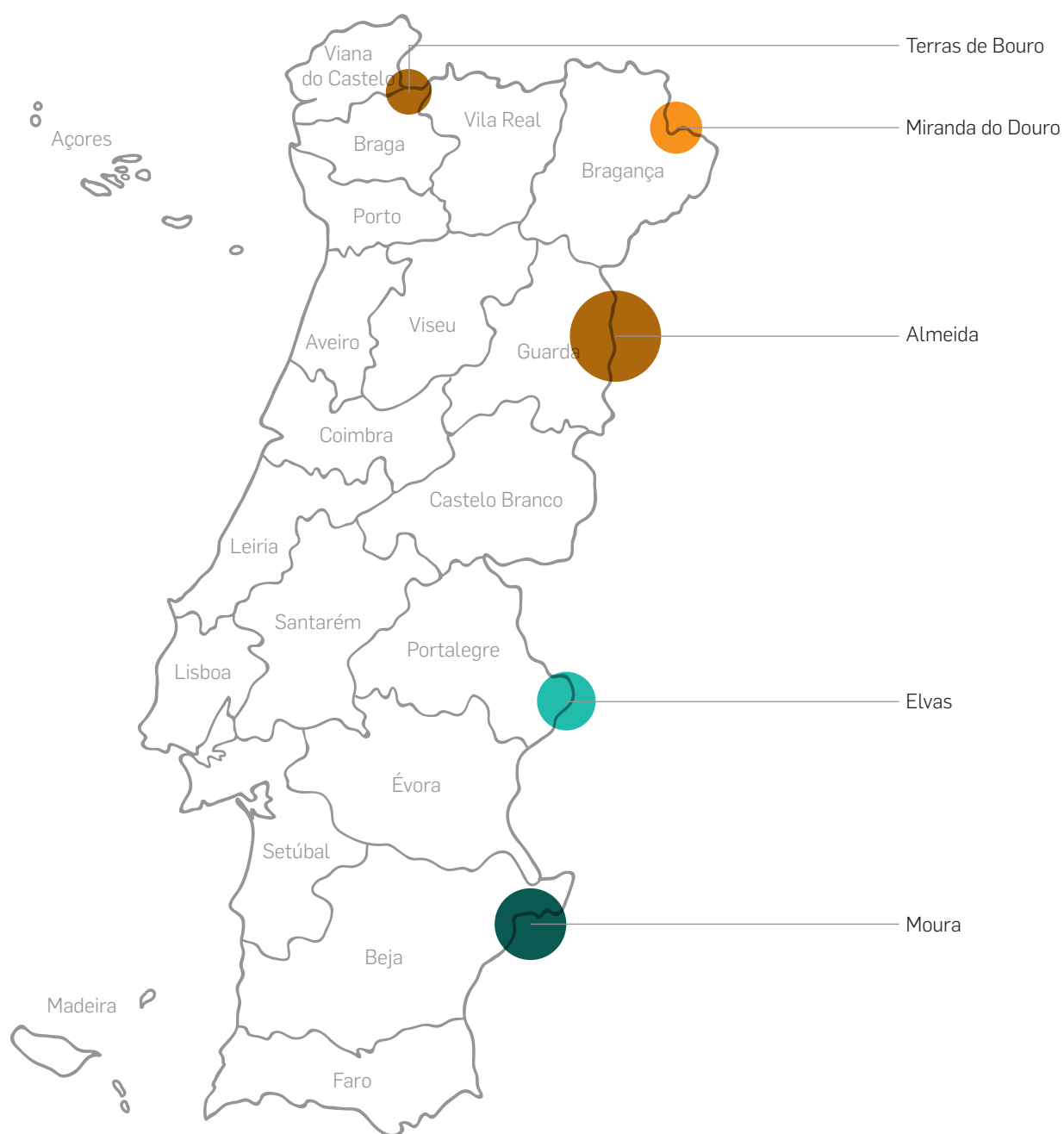


Figura 23. Contextos onde se realizaram os cinco estudos de caso.

As regiões de fronteira caracterizam-se, em Portugal Continental, por serem na sua maioria **regiões de natureza rural, pautadas por desigualdades a nível socioeconómico** (EU/FEDER, 2016), promovidas, como a literatura tem destacado, pela distância tanto geográfica como simbólica em relação ao centro. Tem-se verificado, num fenómeno transversal em todo o território português, um envelhecimento populacional (PORDATA, 2022b) aliado a uma baixa densidade populacional (PORDATA, 2022c):

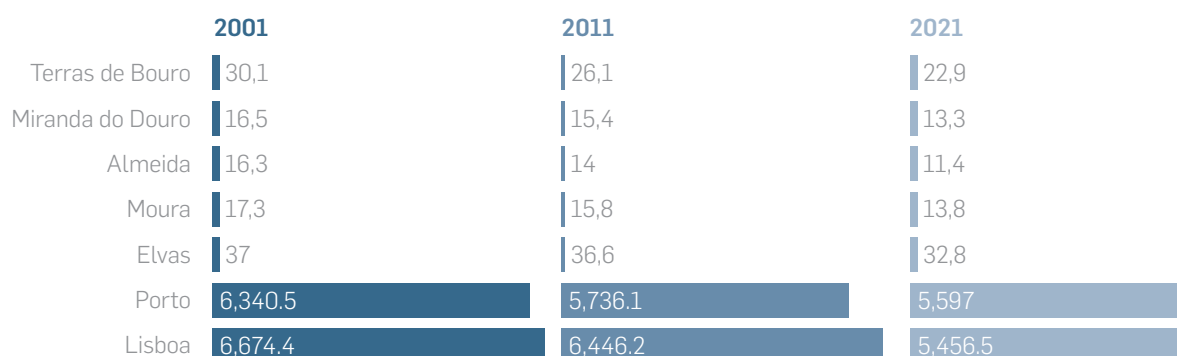


Figura 24. Evolução do número médio de indivíduos por km² nos cinco contextos em comparação com as cidades do Porto e Lisboa. (Fonte: PORDATA, 2022c).

Regista-se uma **diminuição da densidade populacional** nos diferentes territórios, sendo este cenário partilhado com os 5 municípios onde foram desenvolvidas as sessões de construção dos projetos. Destaca-se também a expressiva discrepância do número médio de indivíduos por km² entre Lisboa e Porto e os restantes municípios.

Relativamente ao índice de envelhecimento populacional, a figura que se segue demonstra uma evolução semelhante nos diferentes contextos, verificando-se, contudo, valores um pouco diferentes entre municípios:

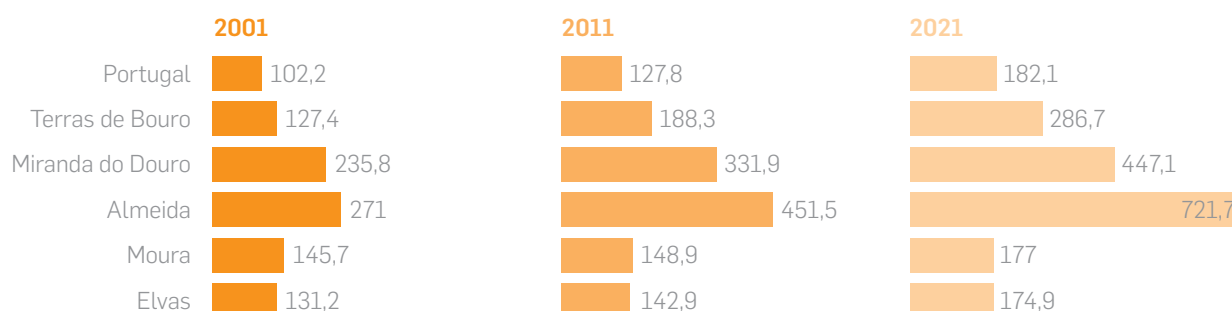


Figura 25. Evolução do índice de envelhecimento nos cinco contextos dos estudos de caso por comparação com dados a nível nacional (Fonte: PORDATA, 2022b).

Os cinco contextos de investigação surgem alinhados com a evolução a nível nacional, na medida em que se verifica um **envelhecimento populacional em crescendo**. No entanto, destaca-se um **expressivo índice de envelhecimento nos municípios de Almeida e Miranda do Douro**, com valores bem acima da média nacional, bem como de Terras de Bouro, embora de uma forma menos expressiva. Regista-se igualmente uma proximidade entre os municípios de Elvas e Moura, que surgem mais de acordo com os valores registados a nível nacional.

Este retrato dos diferentes municípios parece alinhado com o que os/as jovens, ao longo das sessões, foram destacando quando caracterizavam os seus contextos, o que influenciou na construção de alguns projetos, conforme poderemos verificar mais à frente:

“Eu acho que é a vontade de fazer com que Miranda melhore, porque se não formos nós a fazer, ela não vai evoluir; porque quanto mais gente for embora, mais velha fica a cidade. Uma pessoa vai investindo nesta cidade e ela vai evoluindo para termos o que queremos ter ”

(Jovem de Miranda)

Os jovens de Miranda destacam aqui a importância da fixação juvenil para inverter esta tendência de envelhecimento populacional, reconhecendo para si o papel desta mudança. Este foi também um aspeto bastante relevado ao longo das sessões com os/as jovens de Moura:

“Observamos a nossa região e principalmente na nossa comunidade e deparamo-nos com alguns pontos negativos, que encaramos como ponto de partida para a nossa ideia. Os aspetos negativos que identificamos foram o abandono e isolamento dos idosos, ausência de diversidade cultural e falta de informação fidedigna ”

(Jovem de Moura)

Estes jovens realçam a ausência de diversidade de oferta de atividades, o que é também enaltecido pelos jovens de Almeida:

“Então, como Almeida é um meio pequeno, automaticamente tem outro tipo de opções para nós. Nós somos jovens e acho que deveríamos ter acesso a mais atividades ”

(Jovem de Almeida)

“Sim, acho que em Almeida faltam oportunidades para os jovens e isso acaba por desmotivar-nos ”

(Jovem de Almeida)

As questões da remotividade e do isolamento geográfico foram também referidas, neste caso pelos/as jovens de Terras de Bouro, influenciando a sua mobilidade e o acesso a oportunidades de participação ou lazer.

“Temos que nos deslocar para ir ao McDonald’s, temos que nos deslocar para ir a todo o lado. Claro que é normal não é mas eu acho que isto condiciona a parte dos jovens gostam, porque todos os jovens gostam desse tipo de coisas não é? ”

(Jovem de Terras de Bouro)

Verifica-se que existem características distintas entre os diferentes contextos, mas também aspetos em que se encontram. É da análise feita por estes e estas jovens que surgem os projetos que procuraram dar resposta a prioridades por si identificadas e problematizadas.

2. O processo participativo: jovens enquanto protagonistas de mudança social

2.1. Breve enquadramento metodológico

A opção pelas abordagens participativas em contexto de investigação e em particular com jovens assenta no entendimento de que o **envolvimento de jovens se torna essencial para um alinhamento entre a investigação e as prioridades e necessidades daquele grupo** (Brion-Meisels & Alter, 2018; Brown, 2021), visto que nos permite, diretamente pela mão de jovens, conhecer as suas experiências e a realidade da qual fazem parte (Lushey & Munro, 2014). Este tipo de abordagem tem a propriedade de **envolver participantes na identificação e análise de pequenos problemas** que afetam diretamente as pessoas envolvidas e a imaginarem uma ação para influenciar políticas (Ozer, 2017). Neste caso, **os/as jovens assumem o papel de especialistas**, sendo as pessoas adultas envolvidas no processo figuras facilitadoras e mediadoras. Para além disso, este tipo de metodologias permite o desenvolvimento de competências de liderança para além de competências de trabalho colaborativo e cooperação, competências relacionadas com a capacidade de identificarem e de resolverem problemas que os/as afetam ou à sua comunidade, sendo capazes de desenhar uma estratégia e um conjunto de ações para solucionar o problema identificado e estudado.

2.2. Participantes

As sessões foram desenvolvidas com **jovens do Ensino Secundário** que frequentavam entre o 10º ano e o 12º ano de escolaridade, de cursos científico-humanísticos ou profissional. O carácter voluntário da participação nestas sessões de carácter participativo deu origem a grupos diversos variando, de contexto para contexto, na sua composição.

As sessões contaram com o contributo de docentes, um/a por cada contexto, na sua maioria a desempenhar o cargo de coordenadores/as da educação para a cidadania nas suas escolas. Estas figuras foram fundamentais quer na mediação entre jovens e equipa de investigação, quer no apoio ao desenvolvimento do projeto nas suas diferentes etapas. Um vez que esta parte do projeto se desenvolveu inteiramente online, o contributo destes/as professores/as foi crucial para a garantia de um horário para a realização das sessões (realizadas, algumas vezes, em tempo lectivo).

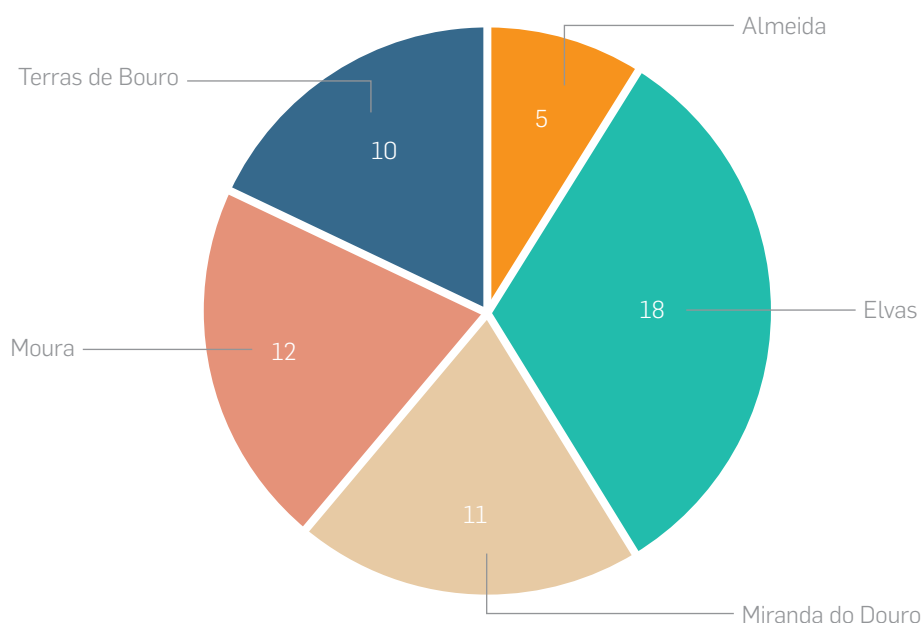


Figura 26. Número de jovens participantes nas sessões por contexto.

2.3. Flowchart do processo participativo

Este processo participativo consistiu na dinamização online de sessões, de entre 60 a 90 minutos, onde jovens discutiram os seus contextos e, a partir daí, as suas prioridades para estes mesmos contextos e projetos desenvolvidos para lhes dar resposta. Este processo **dividiu-se em duas etapas**: a primeira etapa, que compreende as **3 primeiras sessões**, onde foi desenvolvido um trabalho mais próximo com os e as estudantes em torno dos projetos a desenvolver e a segunda, que compreende a 4ª sessão e o *Webinar* Encontros de Fronteira III. Na 4ª sessão, as equipas dos/as estudantes dos 5 contextos conheceram-se e apresentaram os seus projetos, obtendo *feedback* mútuo. No *webinar*, estas equipas apresentaram as suas propostas finais a uma comunidade mais alargada, nacional e internacional, numa sessão pública.



Figura 27. Flowchart das sessões de construção das propostas de projetos de jovens para as suas comunidades.

3. 9 projetos de jovens para o desenvolvimento das suas comunidades

Os projetos desenvolvidos pelos jovens e pelas jovens dos diferentes contextos resultaram de um olhar particular que lançaram às suas comunidades. Apesar de ser uma atividade ativada por uma equipa de investigação, estas sessões mostraram que aquele “olhar particular” encontrou solo onde se agarrar. Foi possível perceber, nas análises e interpretações, nos caminhos escolhidos para resolver questões e na antecipação de soluções, que há reflexão feita, trabalhada sobre questões globais e locais e como se interseccionam na vida e nos contextos dos quais fazem parte. Os saberes e as aprendizagens, sejam da vida na escola ou fora dela, fizeram parte integrante deste processo. Por outro lado, demos conta de intencionalidades políticas a fundarem as suas propostas, fazendo justiça à medida que se avança para fomentar a participação política, social e cívica da população jovem. É com este pano de fundo que consideramos ser pertinente ensaiar o seu enquadramento nos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), nos **Objetivos para a Juventude Europeia** presentes na **Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027** (EU, 2018) e no **Plano Nacional para a Juventude**. Assim, após os projetos na forma final apresentada pelos/as jovens, incluiremos este exercício de enquadramento.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.
- Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- Garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- Alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e raparigas.
- Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.
- Garantir o acesso à energia fiável, sustentável, moderna e a preço acessível para todos.
- Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.
- Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- Tornar as cidades e os povoamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- Garantir padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- Tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactes.
- Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos, para o desenvolvimento sustentável.
- Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir as florestas de forma sustentável, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e estancar a perda de biodiversidade.
- Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.
- Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte/Source: <http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals>

OBJETIVOS PARA A JUVENTUDE EUROPEIA

#1 Conectar a União Europeia com a juventude

Fomentar o sentimento de pertença ao projeto europeu e criar pontes entre a União Europeia e os jovens para recuperar a confiança e aumentar a participação.

#2 Igualdade para todos os géneros

Assegurar a igualdade de todos os géneros e as perspetivas de género em todas as áreas da vida dos jovens.

#3 Sociedades inclusivas

Garantir a inclusão de todos os jovens na sociedade.

#4 Informação e diálogo construtivo

Garantir que os jovens tenham melhor acesso a informação fiável, apoiar a sua capacidade para avaliar a informação de forma crítica e de se envolverem em diálogos construtivos e participativos.

#5 Saúde mental e bem-estar

Alcançar o bem-estar mental e acabar com a estigmatização dos problemas ligados à saúde mental, promovendo a inclusão social de todos os jovens.

#6 Impulsionar a juventude rural

Criar as condições que permitam aos jovens desenvolver as suas potencialidades nas áreas rurais.

#7 Trabalho de qualidade para todos

Garantir o acesso ao mercado de trabalho com oportunidades que levem a empregos de qualidade para todos os jovens.

#8 Educação de qualidade

Integrar e melhorar as diferentes formas de aprendizagem, preparando os jovens para as mudanças constantes do século XXI.

#9 Espaço e participação para todos

Fortalecer a participação democrática e a autonomia dos jovens e garantir espaços dedicados aos jovens em todos os setores da sociedade.

#10 Europa verde e sustentável

Alcançar uma sociedade na qual todos os jovens estão ativos e formados em questões ambientais e capazes de fazer a diferença no seu dia a dia.

#11 Organizações de juventude e programas europeus

Garantir a todos os jovens um acesso equitativo a organizações de juventude e a programas europeus para a juventude, construindo uma sociedade baseada nos valores e na identidade europeus.

PROJETO 1

Título: Growing Tourism Up | **Local:** Almeida

“Aqui focamo-nos mais no estudo e coisas assim. E pensamos que se o turismo melhorasse, se a nossa região apostasse mais no turismo, poderia dar-nos mais condições para, no geral, termos mais opções, mais diversidade, porque haveria um maior número, mais dinheiro (...)”

(Jovem de Almeida, Sessão 1)

Growing Tourism Up



Realizado por:
Afonso Martins
Leticia Rodrigues
Gonçalo Serra
Matilde Vicente
Rafaela Correia

Problema Social

Falta de envolvimento dos jovens do concelho na promoção turística – quando ocorrem eventos no concelho de Almeida os jovens têm uma participação escassa.



Apresentação geral do projeto

Este projeto pretende expandir o turismo, dinamizar o património local de Almeida, concelhos limítrofes e regiões de fronteira. Consideramos que é fundamental envolver os jovens na criação de redes e programas inovadores com as empresas e entidades regionais, por forma a estimular o empreendedorismo e impulsionar o turismo, aumentando assim os níveis de empregabilidade juvenil no concelho.



Objetivos principais

- Dinamizar o turismo da região raiana do centro de Portugal;
- Divulgar os produtos endógenos, a gastronomia, o património material e imaterial do concelho de Almeida;
- Cativar os jovens da região e dos concelhos limítrofes;
- Gerar empregos sustentáveis no âmbito do turismo e da restauração;
- Desenvolver o concelho de Almeida, ao nível social e económico.

Público- alvo

Residentes: é o seu concelho, é importante que tenham uma opinião positiva para melhorar o local em que vivem.

Turistas locais, nacionais e estrangeiros: são eles a maior fonte de rendimento e é com a participação deles aqui que conseguimos partilhar este projeto por mais pessoas e países.

Abrangência a todas as idades: para o projeto ser mais geral, reconhecedor e lucrativo.

Estratégias e Atividades

Criar uma **ROTA TURÍSTICA** que inclua um passeio de charrete pelos principais locais, que são o nosso **património histórico, arquitetónico e gastronómico**, passando pelo picadeiro D'el Rey e Termas da Fonte Santa.

• Cativar o Público-Alvo:

- Incentivar os turistas que chegam a Barca de Alva pela linha do Douro e se deslocam a Espanha a passarem **2 dias** no concelho de Almeida. Nesses dois dias implementamos com eles a Rota turística que nos propomos construir.



- Criar **Domingos Turísticos** para as famílias residentes no concelho e concelhos limítrofes.
- Criação de uma **REDE DE PARCEIROS**: Câmara Municipal de Almeida, Agrupamento de Escolas de Almeida e unidades hoteleiras da região.
- **Divulgar o projeto** junto das **fronteiras, redes sociais** e pela **rádio**.
- Apresentar o projeto na **Assembleia Municipal** do concelho de Almeida.

Recursos humanos e materiais

Humanos	Materiais
• Guias turísticos especializados e conhecedores da cultura local; • Funcionários do Picadeiro D'el Rey, do Museu Militar de Almeida e do Museu Fronteira da Paz de Vilar Formoso; • Funcionários das Termas da Fonte Santa; • Condutor.	• Charrete; • Museus sempre abertos, incluindo aos domingos e feriados; • Restaurantes, casas de turismo rural, pousadas, casas de pasto e hotéis da região raiana do concelho de Almeida e concelhos limítrofes; • Autocarro ou carrinha para transporte dos turistas.

Resultados esperados

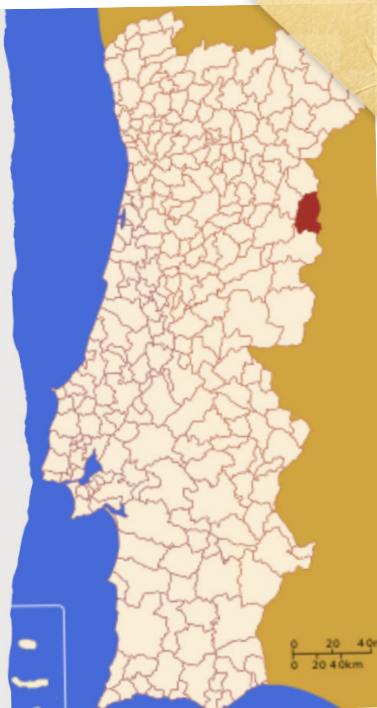
Os nossos resultados esperados são:

- **Fixação dos jovens** no concelho;
- **Maior dinamismo** no concelho em integração equilibrada com o meio ambiente e com as pessoas residentes;
- **Maior fluxo de turistas** locais, nacionais e internacionais;
- **Criação de empregos** ligados à hotelaria, restauração e turismo;
- **Criação de VALOR sustentável** na região raiana do centro de Portugal.



Os pontos fortes do nosso projeto são:

- O grande envolvimento dos jovens aliado à sua capacidade de inovar e agarrar oportunidades;
- A energia e os saberes vários dos jovens podem contribuir para enriquecer as ofertas turísticas a propor no concelho;
- A capacidade de dar vitalidade ao município impulsionando a criação de emprego e a consequente fixação dos jovens na região raiana do centro do país.
- Aptidão para mobilizar os habitantes do concelho de Almeida e dos concelhos limítrofes, contribuindo com soluções de crescimento que acrescentam **valor** à região.



No momento de diagnose e de reflexão sobre o seu contexto, os jovens e as jovens de Almeida identificaram como **problema social** a resolver a “falta de envolvimento dos/as jovens na promoção turística”. Deste problema identificado, sobressaem **duas dimensões importantes**: em primeiro lugar, uma **preocupação com o envolvimento juvenil** na comunidade e, em segundo lugar, uma **preocupação com as potencialidades turísticas da região** e, assim, do seu desenvolvimento económico, social e cultural, bem como da empregabilidade juvenil na região. Com efeito, como referem na apresentação geral, este projeto tem como intuito “expandir o turismo”, valorizando e potenciando o património local, entendido pelos/as jovens como rico e potenciador de atividades turísticas. Atentando no público-alvo, cabe referir que esta preocupação com o turismo e com a valorização do local não se circunscreve a visitantes de outras localidades (limítrofes e não só) ou países, mas também com os/as habitantes da localidade. Assim, para além de potenciar o turismo, este projeto procura promover uma maior aproximação entre os/as habitantes e o seu património, como podemos verificar:

“O projeto tem em vista a dinamização do património local, ou seja, conseguir apreciar melhor as riquezas do nosso concelho e expandir o conhecimento das mesmas para outros locais, de modo a atrair os turistas ”

(Jovens de Almeida, Sessão 3)

Neste projeto, as pessoas jovens surgem como atores deste potenciamento, numa lógica não só que procura resolver o desemprego juvenil e promover o empreendedorismo juvenil e local, mas também de fomento da própria relação destes/as jovens com a comunidade.

Destacam-se também as estratégias e atividades previstas, como a criação de percursos turísticos e de um dia específico para a promoção de atividades turísticas e de valorização cultural local, como a possibilidade da entrada gratuita em museus e outros espaços culturais, e as estratégias de trabalho em rede planeadas, designadamente no envolvimento de *stakeholders* locais e uma preocupação em apresentar esta ideia de projeto à Assembleia Municipal, órgão de decisão local.

Os resultados esperados pelos/as jovens sintetizam as preocupações inerentes ao desenvolvimento desta ideia de projeto, indo assim ao encontro do problema social por eles identificado: uma maior fixação dos/as jovens na região – através da criação de emprego, mas também do envolvimento neles enquanto atores de promoção do local; um maior dinamismo cultural e turístico; desenvolvimento económico e oferta de emprego fomentadas por este desenvolvimento do potencial turístico; criação de um **“valor sustentável raiano”**, apoiado na perceção que os/as jovens manifestaram em torno das dissimetrias económicas que caracterizam o município em relação a outros pontos do país, havendo por isso uma preocupação em, por intermédio deste desenvolvimento turístico e económico, promover um desenvolvimento sustentado e sustentável e que perdure no futuro.

OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ONU, 2015)



ODS 8: Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.

Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais.

OBJETIVOS PARA A JUVENTUDE EUROPEIA (ESTRATÉGIA DA UNIÃO EUROPEIA PARA A JUVENTUDE 2019-2027) (EU, 2018)

Objetivo 6: Impulsionar a Juventude Rural

Garantir que sejam criados empregos de alta qualidade, sustentáveis e acessíveis aos jovens dos meios rurais.

Objetivo 7: Trabalho de qualidade para todos

Criar empregos de qualidade que garantam condições de trabalho dignas, direitos laborais e uma remuneração que permita condições de vida dignas para todos os jovens.

PLANO NACIONAL PARA A JUVENTUDE (PORTUGAL, 2018) Enquadramento nos Domínios-Chave, objetivos específicos e objetivos operacionais

Domínio-chave: Emprego.

Prioridade: Promover a efetivação do direito ao emprego digno e inclusivo, generalizando um mais rápido e melhor acesso ao primeiro emprego e combatendo a precariedade, com vista à sustentabilidade do processo emancipatório e criação de autonomia das pessoas jovens.

O.E. 1: Remover barreiras no acesso ao emprego e formação profissional, por jovens.

Criar um programa de apoio ao desenvolvimento de projetos de intervenção social que visem a remoção de barreiras ao acesso ao emprego e formação profissional, por jovens em contextos particularmente vulneráveis.

O.E. 5: Estimular o empreendedorismo jovem em setores estratégicos para a criação de emprego de futuro para jovens.

Apoiar o desenvolvimento de projetos empreendedores e criadores de riqueza e emprego jovem.

Título: Atividades didáticas para todas as idades | **Local:** Elvas

“Como falamos noutras sessões, Elvas é muito centrada no desporto. Então queremos levar a mesma dinamização que temos para o desporto para outras atividades”

(Grupo A, Sessão 3)

A proposta de projeto “Atividades didáticas para todas as idades” procura dar resposta a um problema identificado pelos/as jovens integrantes do grupo A, que destacaram o “distanciamento entre gerações”, a “falta de oportunidades para explorar tradições”, a “escassez de conhecimento de atividades básicas do quotidiano” e **um forte investimento no desporto em detrimento de outras atividades**, como podemos verificar.



REPUBLICA PORTUGUESA | EDUCAÇÃO

GrowUp

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS Nº 3 DE ELVAS

Atividades didáticas para todas as idades

Aulas de culinária, costura e jardinagem

Problema social

- ✓ Distanciamento entre gerações;
- ✓ Falta de oportunidades para explorar as tradições (habilidades práticas);
- ✓ Escassez de conhecimento de atividades básicas do quotidiano.

Apresentação geral do projeto



Criação de vários cursos, como por exemplo:

Culinária



Jardinagem



Costura



Objetivos e Estratégias



Atividades lúdicas que permitem a colaboração entre diferentes gerações e aprendizagem das tradições locais bem como a troca de experiências;



Incentivo à criatividade individual e coletiva de modo a desenvolver o espírito de equipa e responsabilidade;



Objetivos e Estratégias

Tudo o que for produzido nos cursos será utilizado para fins sociais como por exemplo:



Os produtos orgânicos com origem no curso de jardinagem serão utilizados no curso de culinária, cujos pratos confeccionados no mesmo serão entregues a famílias carenciadas;



Objetivos e Estratégias

- Os artigos elaborados no curso de costura serão vendidos a fim de promover a cidade e as tradições regionais, bem como para angariação de fundos monetários que investiremos no desenvolvimento dos cursos anteriormente referidos;
- Outras estratégias envolvem o marketing, parcerias com negócios locais e a câmara municipal de Elvas.

Público alvo



Este projeto tem como público alvo, todos os tipos de faixas etárias, mas principalmente jovens e idosos.

Atividades

Curso de Culinária

Segunda-feira e Sexta-feira com duração de 2 horas por dia.



Aulas de culinária que ofereçam conhecimentos relativos a técnicas de cozinha e receitas, nomeadamente pratos tradicionais da região.



Açorda Alentejana



Ervilhas com ovos escalfados



Sericaia com ameixa d'Elvas

Atividades

Curso de Jardinagem

Terça-feira e Quinta-feira com duração de 2 horas por dia.

-  Aulas de jardinagem que permitam adquirir conhecimentos para utilizar materiais e equipamentos de jardinagem, com o objetivo de criar e preservar hortas comunitárias.



Atividades

Curso de Costura

Quarta-feira e Sexta-feira com duração de 1 hora por dia

-  Aulas onde se pode aprender corte e costura entre outras técnicas ao confeccionar peças de roupa e artigos de decoração tradicional.



Recursos humanos e materiais

Locais

Para a realização das aulas utilizaríamos os seguintes espaços:

- Centro de negócios transfronteiriço Elvas;
- Ninho de empresas de Elvas;
- Jardim Municipal de Elvas;
- Terrenos baldios pertencente à câmara municipal de Elvas.

Recursos humanos e materiais

Recursos humanos

- Profissionais com competências relativas aos cursos anteriormente apresentados como formação em gastronomia, agronomia e costura.



Recursos humanos e materiais

Recursos materiais

- Material e equipamento de jardinagem (carrinhos de mão, pás, ancinhos, sementes...);
- Recursos hídricos;
- Material e equipamentos de culinária (eletrodomésticos, aventais, produtos alimentares...);
- Material de costura (máquinas de costura, agulhas, têxteis...).

Parcerias



Parcerias



Poderá ser feita uma colaboração com o projeto "requalificação de espaços de lazer".

Divulgação do projeto

O projeto será divulgado através das plataformas Rádio Elvas, Linhas de Elvas, redes sociais, entre outros;



Serão realizados inquéritos aos participantes com o objetivo de sabermos o nível de satisfação dos mesmos e possíveis sugestões de melhoria para o projeto.

Resultados esperados

Com a criação deste projeto esperamos;

- ✓ Uma maior dinamização da cidade de Elvas;
- ✓ Uma aproximação entre gerações de modo a combater a solidão dos nossos idosos;
- ✓ A preservação das nossas tradições regionais, dando-lhes continuidade;
- ✓ Providenciar o auxílio alimentar a famílias carenciadas da cidade;
- ✓ Que os jovens da nossa cidade fiquem com uma base de conhecimentos ampla.

Pontos Fortes



Estímulo à criatividade de jovens e idosos;



É um projeto que pode ser replicado por qualquer pessoa interessada;



Utilização de recursos de um curso para o outro;



A venda de produtos destes cursos permite a angariação de fundos para a continuação do projeto.

Trabalho realizado por:

- Carolina Henriques nº2;
- Catarina Oliveira nº5;
- Duarte Cortes nº7;

- Flávia Reis nº8;
- Inês Barão nº12;
- Lara Almeida nº17.

12º A

Analisando os objetivos e estratégias por eles/as definidos, este projeto procura, por intermédio de atividades lúdicas e de formação, **promover um maior contacto intergeracional, bem como uma aprendizagem de tradições locais e um incentivo à criatividade e ao trabalho em comunidade**. Cabe também destacar a preocupação social que subjaz destes objetivos e estratégias: a distribuição de recursos (que resultem dos cursos a implementar) por famílias carenciadas. Para além disso, a preocupação com a sustentabilidade do próprio projeto está também presente, mais concretamente no que concerne ao seu financiamento, quer na criação de parcerias, quer na rentabilização dos próprios recursos.

As atividades previstas ao longo do projeto demonstram, uma vez mais, **uma preocupação com a valorização do património local**, quer a nível da gastronomia (nos cursos de culinária com pratos tradicionais), quer a nível da costura. Destaca-se também a preocupação na criação de parcerias com *stakeholders* locais, quer a nível do poder local, quer no envolvimento de empresas ou de instituições educativas.

Os resultados demonstram bem os princípios e anseios que norteiam o projeto: **promover uma maior dinamização do seu contexto em vertentes que consideram pouco exploradas como o contacto mais próximo entre gerações, a preservação e divulgação de tradições locais e a formação de jovens para o aspeto do património local e o cuidado com a população economicamente mais vulnerável**.

OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ONU, 2015)



ODS 2: Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano.



ODS 8: Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.

Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais.

OBJETIVOS PARA A JUVENTUDE EUROPEIA (ESTRATÉGIA DA UNIÃO EUROPEIA PARA A JUVENTUDE 2019-2027) (EU, 2018)

Objetivo 6: Impulsionar a Juventude Rural

Assegurar a proteção das tradições rurais.

PLANO NACIONAL PARA A JUVENTUDE (PORTUGAL, 2018) Enquadramento nos Domínios-Chave, objetivos específicos e objetivos operacionais

Domínio-chave: Educação formal e não formal.

Prioridade: Garantir a efetivação do direito ao ensino e à educação numa perspetiva holística e inclusiva, designadamente aproximando os domínios das aprendizagens não formal e informal ao sistema educativo formal, centrando-se no desenvolvimento e reconhecimento de competências, com vista à integração das pessoas jovens na vida ativa e ao exercício da cidadania e da participação cívica, considerando as suas condições específicas.

O.E. 1: Promover a valorização e o reconhecimento de aprendizagens não formais e informais na certificação das/os estudantes.

Reconhecer e valorizar a participação das/os estudantes em atividades de educação não-formal realizadas fora do contexto educativo.

O.E. 4: Promover a oferta de iniciativas que concorram para o desenvolvimento pessoal e social das/os estudantes, em articulação com os estabelecimentos de ensino e comunidade.

Criar redes de partilha de conhecimento e informação sobre iniciativas e/ou serviços desenvolvidos pelas escolas e entidades locais do âmbito da juventude.

Título: Requalificação de espaços de lazer | **Local:** Elvas

“ (...) através de um projeto conseguir-se renovar os jardins de maneira a podermos usufruir mais do meio ambiente e de um local ao ar-livre onde podemos confraternizar ou ler um livro ao ar-livre, já que muitas vezes as coisas do jardim estão ou partidas ou com a tinta a saltar; nota-se...o cuidado que há não é suficiente ”

(Grupo B, Sessão 3)

O projeto 3, “Requalificação de espaços de lazer”, surge para dar resposta, como o grupo destaca, à “ausência de espaços de lazer” e à **degradação de alguns espaços identificados**.





Apresentação geral do projeto

O projeto em geral consiste na requalificação de espaços de lazer e, consequentemente, no seu melhoramento através da aplicação de medidas que visam dinamizar os espaços em questão.



Fig.1- Jardim Municipal de Elvas



Objetivos principais



01 Requalificação de algumas infraestruturas do Jardim Municipal de Elvas como, por exemplo, os bancos;

02 Adicionar máquinas para a realização de exercício físico ao ar livre;

03 Implementação de atividades de dinamização dos espaços em questão.



Fig.2- Máquinas de exercício físico ao ar livre.



Fig.3- Bancos a requalificar.



PÚBLICO-ALVO

O nosso projeto adequa-se a toda a população do concelho, sendo que a faixa etária alvo deste projeto são os jovens.



ATIVIDADES



Parceria com a ARKUS (Associação Juvenil de Teatro de Elvas) para a realização de peças de teatro ao ar livre, de modo a atrair a população a frequentar o Jardim Municipal;



- Aulas de Zumba tanto no Jardim Municipal, como no Parque da Piedade; Realização de torneios desportivos nos campos do Município Elvense.

ATIVIDADES



Realização de Peddy Paper's em parceria com os Escuteiros de Elvas.

ESTRATÉGIAS

- Contactar com diversas associações culturais/ desportivas da nossa cidade de modo a integrarmos o maior número de candidatos possíveis;
- Dinamizar e anunciar as diversas atividades nas escolas do concelho e nas instituições de idosos;
- Contactar os meios de comunicação da região para as atividades atingirem o maior número de pessoas e terem uma maior aderência.



Fig.4- Campo desportivo do Jardim Municipal.

RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Arquitetos
paisagistas

Associação de
Estudantes

Câmara Municipal

Associações
desportivas

ARKUS

Confraria do Senhor
Jesus da Piedade

Linhas de Elvas

Rádio Elvas



RESULTADOS ESPERADOS

- Um melhor uso dos espaços de lazer já existentes na cidade;
- Atração do público-alvo.



PONTOS FORTES

- Melhorar a qualidade de vida do público-alvo, através de uma melhor ocupação dos tempos livres de todos;
- Aumento do número de atividades para os habitantes e visitantes do concelho, melhorando, consequentemente, o turismo em Elvas.



**OBRIGADA
PELA
ATENÇÃO!!**



Este projeto propõe-se a implementar um conjunto de medidas para a requalificação do Jardim Municipal, designadamente: **a requalificação de infraestruturas existentes, a introdução de novos equipamentos, como máquinas para a realização de exercício físico, e a implementação de diferentes atividades nesses espaços** com vista à sua dinamização e a um maior usufruto público. Destes objetivos denotam-se preocupações relacionadas não só com as **questões da gestão urbana** deste espaço, mas também uma **preocupação com os estilos de vida saudável e de acesso a equipamentos e iniciativas que promovam uma maior afluência e, assim, a um contacto mais expressivo com espaços desta natureza**. Cabe destacar as atividades propostas ao longo do projeto, que procuram envolver a comunidade, mais concretamente associações culturais e juvenis, no desenvolvimento de iniciativas que promovam dinamismo a estes espaços, o que é aliás consignado nos resultados esperados por estes/as jovens.

OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ONU, 2015)



ODS 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Desenvolver infraestruturas de qualidade, de confiança, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas regionais e transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, focando-se no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.



ODS 11: Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo.

Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

OBJETIVOS PARA A JUVENTUDE EUROPEIA (ESTRATÉGIA DA UNIÃO EUROPEIA PARA A JUVENTUDE 2019-2027) (EU, 2018)

Objetivo 6: Impulsionar a Juventude Rural

Assegurar a descentralização de diferentes atividades realizadas por jovens, para jovens e com os jovens, a fim de apoiar a sua inclusão e beneficiar as comunidades locais.

Estabelecer uma imagem positiva das zonas rurais.

Objetivo 10: Europa Verde e Sustentável

Garantir que todos, mas especialmente os jovens, tenham acesso a infraestruturas amigas do ambiente para que possam ter um estilo de vida mais sustentável.

PLANO NACIONAL PARA A JUVENTUDE (PORTUGAL, 2018) Enquadramento nos Domínios-Chave, objetivos específicos e objetivos operacionais

Domínio-chave: Desporto.

O.E. 1: Promover o acesso de pessoas jovens à prática desportiva.

Promover atividades físicas e/ou desportivas, de carácter livre e gratuito, para jovens.

Domínio-chave: Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O.E. 3: Estimular a literacia ambiental e a participação de jovens na intervenção criativa na área do Ambiente.

Promover o empreendedorismo de base social e ambiental, junto de jovens em idade escolar.

Título: RodoElvas: Desenvolvimento de uma rede de transportes para a deslocação de todo o tipo de pessoas para pontos de interesse do município

Local: Elvas

“Nós estivemos a falar e lembramo-nos que, na nossa cidade, não temos muitos transportes públicos, temos os táxis, mas não temos mais, e lembramo-nos que, por exemplo, uma pessoa mais idosa não tem facilidade de deslocação e se precisar está sempre dependente dos táxis, ou seja, era criar uma rede de transportes públicos com várias paragens pela cidade para abranger o maior número de pessoas e poder deixar perto dos principais locais”

(Grupo C, Sessão 3)

O Projeto “RodoElvas: Desenvolvimento de uma rede de transportes para a deslocação de todo o tipo de pessoas para pontos de interesse do município” **surge de modo a dar resposta à dificuldade de acesso a monumentos de interesse histórico e turístico na cidade e a difícil deslocação no interior da cidade identificada pelos/as jovens.**



Problema social

- Falta de deslocamento no interior da cidade;
- Dificuldade no acesso aos monumentos mais dispersos do centro (por exemplo, Forte da Graça e Forte de Sta. Luzia).

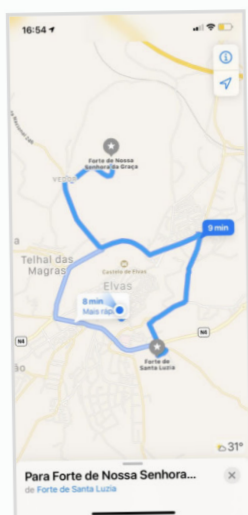


Figura 1 – Forte de Nossa Senhora da Graça em Elvas



Figura 2 – Forte de Santa Luzia em Elvas

Apresentação geral do projeto



Este projeto destina-se ao desenvolvimento, de uma forma mais económica, de uma **rede de transportes para a deslocação de idosos, jovens e turistas** que não tenham possibilidade de se deslocar sozinhos para pontos de interesse do município.

Objetivos principais

01

Facilitar o deslocamento de moradores da cidade.

02

Aumentar a vertente turística para a possibilidade de acesso aos monumentos.

03

Aumentar os postos de trabalho.

04

Aumentar a movimentação em Elvas.

Público-alvo

MORADORES
DO MUNICÍPIO

TURISTAS



Atividades

CARTÃO FAMÍLIA Mais

Câmara Municipal de Elvas

Cartão nº 6

Nome do cidadão

Válido até:

maio 2020

Nº de Filhos: 4

Foto do Cidadão

Cartão da
ao cartão
m e ao
+ (preços
bilhetes).

Post

Cr
paragens de autocarros
(em zonas com mais
movimentos/ acesso).

o e afixar
cartazes a fim de divulgar
os trajetos e os horários
de cada autocarro.

Estratégias

- Contactar o município com o objetivo de definir horários e percursos ideais;
- Formar guias turísticos destinados ao público-alvo;
- Elaborar uma tabela de preços acessíveis a quem usufrua dos cartões de Idade de Ouro, Smart Jovem e Família+.

Recursos humanos e materiais

Recursos humanos

- Colaboradores responsáveis pelos trajetos e horários;
- Motoristas;
- Informático responsável pela aplicação.

Recursos materiais

- Autocarros;
- Aplicação (digital);
- Postos de paragens de autocarros;
- Folhetos/cartazes.

Resultados esperados

✓
Maior movimento na cidade de Elvas.

✓
Maior facilidade na deslocação dos moradores da cidade.

✓
Mais procura turística devido à facilidade de deslocação em Elvas.

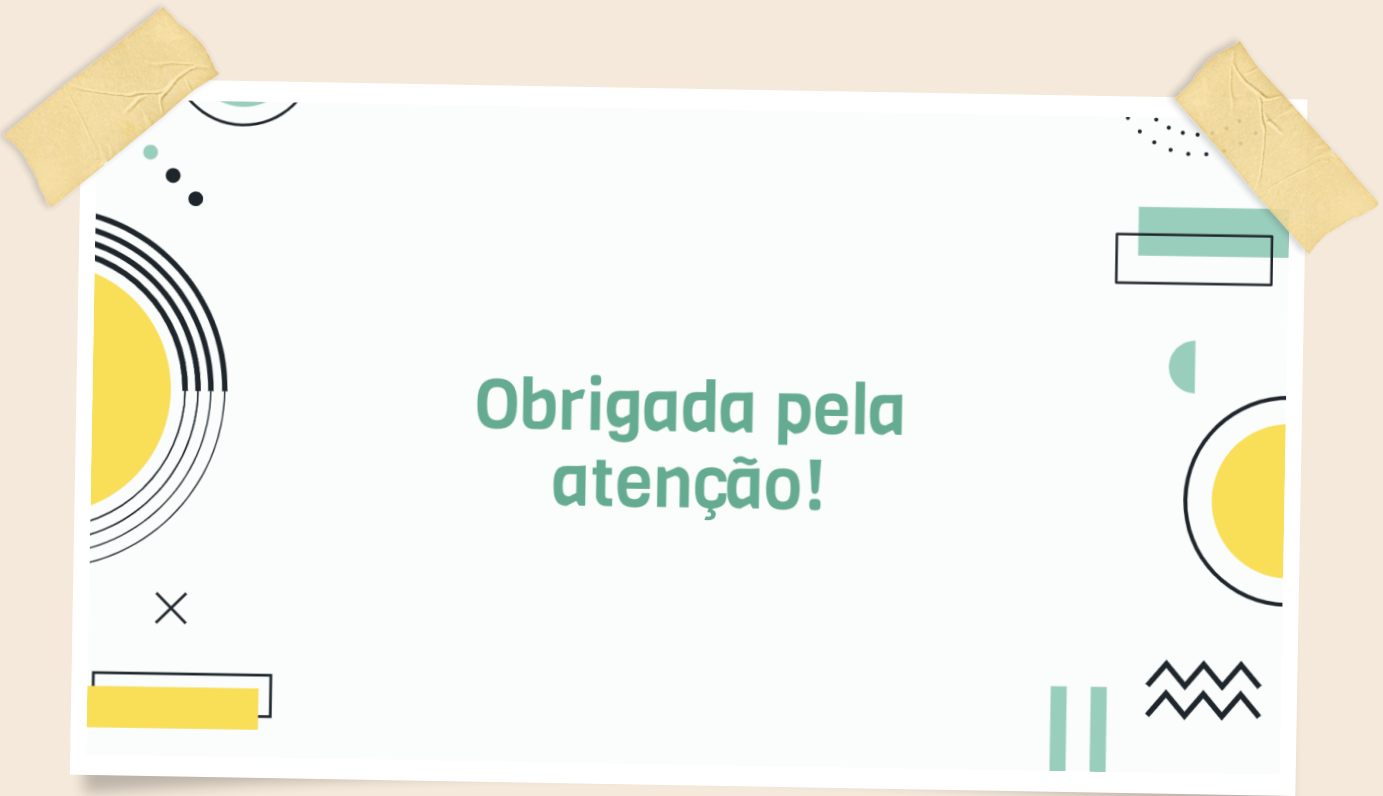
Pontos fortes do nosso projeto

Aumentar a mobilidade dos habitantes.

Aumentar a aquisição dos cartões fornecidos pelo município.

Mais reconhecimento da cidade, através do turismo.

Mais postos de trabalho.



Obrigada pela
atenção!

O mote deste projeto é o **desenvolvimento de uma rede transportes para pontos de interesse do município que procure facilitar a deslocação de idosos, jovens e turistas**. Como principais objetivos, são elencados a promoção de deslocações mais acessíveis, um fomento, nessa deslocação, do turismo e acesso a monumentos, promovendo assim um maior dinamismo ao concelho e um aumento de postos de trabalho. Destes objetivos **denota-se uma preocupação com o desenvolvimento económico e social da cidade, na medida em que procuram promover uma maior acessibilidade e mobilidade da população aos diferentes pontos, criando também condições para a exploração das potencialidades turísticas do concelho**.

Entre as diferentes atividades, preveem: a criação de parcerias com empresas de transporte e com a Câmara Municipal, designadamente para recorrer a iniciativas já existentes, como o "Cartão Família", "Cartão Idade de Ouro" e "Cartão Smart Jovem" para a disponibilização de preços mais acessíveis na rede de transportes; a criação de pontos de paragem em zonas de maior movimentação e de interesse; a criação de uma aplicação digital de modo a divulgar e a facilitar o acesso à informação.

OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ONU, 2015)



ODS 11: Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

OBJETIVOS PARA A JUVENTUDE EUROPEIA (ESTRATÉGIA DA UNIÃO EUROPEIA PARA A JUVENTUDE 2019-2027) (EU, 2018)

Objetivo 6: Impulsionar a Juventude Rural

Assegurar infraestruturas adequadas nas zonas rurais, de modo a providenciar acesso equitativo aos serviços públicos, à conectividade de dados e às oportunidades de habitação para os jovens.

Estabelecer uma imagem positiva das zonas rurais.

Título: Criação de empresas | **Local:** Miranda do Douro

“O problema que escolhemos foi a falta de população e as prioridades, o lado positivo, temos a Natureza, pouca poluição, não há muita gente, segurança, e uma língua, que é o Mirandês. Também aspetos negativos, a economia, não tendo pessoas não há como investir, envelhecimento da população, os estudantes vão todos para fora estudar”

(Jovem de Miranda do Douro, Sessão 1)

A proposta de projeto “Criação de empresas” resulta do trabalho de análise dos/as jovens do município de Miranda do Douro que identificaram como problemas sociais **o envelhecimento da população, a falta de incentivos à natalidade, o êxodo rural, a fraca empregabilidade e a falta de serviços públicos**. Estes problemas sociais confluem num problema identificado ao longo das sessões: a desertificação do interior.



PROBLEMA SOCIAL

Envelhecimento acentuado **da população**;

Falta de **incentivos à natalidade**;

Êxodo rural, em detrimento dos grandes centros urbanos;

Fraca empregabilidade (inexistência de indústria e similares);

Falta de serviços públicos (hospital, rede de transportes, universidade, entre outros).



APRESENTAÇÃO GERAL DO PROJETO

Criação de empresas relacionadas com o turismo, para assim podermos dar a oferta de emprego às pessoas da nossa zona e apelar às pessoas de fora para poderem conhecer a nossa cidade, vilas e aldeias.



OBJETIVOS PRINCIPAIS

Melhorar o turismo em Miranda do Douro;

Criação de **infraestruturas inovadoras**;

Combate à desertificação criando incentivos à permanência dos jovens na região;

Usufruir positivamente da **localização** transfronteiriça;

Criação da **Eurocidade** (Miranda-Zamora);

Miranda do Douro como **destino de excelência**;

Alertar os jovens para a **importância do turismo**.



PÚBLICO-ALVO

População mirandesa em geral;

Visitantes (turistas e excursionistas) **nacionais e internacionais**;

Organismos públicos e privados.



ATIVIDADES

Escalada



Rapel

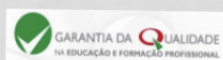


ATIVIDADES

BTT



Canoagem



ATIVIDADES

Visitas ao património



Percursos Pedestres



ATIVIDADES

Arvorismo



Via ferrata

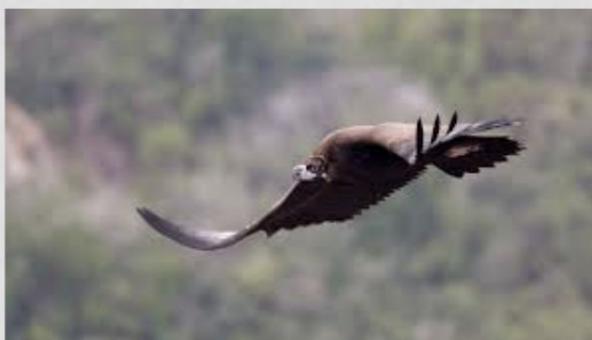


ATIVIDADES

Raças autóctones



Birdwatching



ATIVIDADES

Degustação de produtos endógenos



Vindimas e Apanha da Azeitona



ESTRATÉGIAS

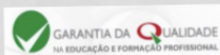
Criação de empresas de organização de eventos;

Visitas a explorações agrícolas, passeios pedestres, provas gastronómicas, turismo rural, religioso, ambiental, cultural, de natureza;

Guias de turismo, técnicos de animação, monitores desportivos, rececionistas, técnicos de **atendimento ao público**;

Incentivos à criação da própria empresa;

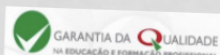
PERFIL.



RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Formação de **técnicos especializados** capacitados para operar na área do turismo;

Melhoria do **posto de turismo**;



RESULTADOS ESPERADOS

Melhoria da qualidade do turismo em Miranda do Douro;

Criação de novos **produtos turísticos**, aproveitando todas as potencialidades;

Fixação de população jovem, combatendo assim o envelhecimento e desertificação da região.



PONTOS FORTES DO NOSSO PROJETO

Inovação da oferta turística, aproveitando os recursos turísticos de forma a proporcionar ao turista uma experiência única;

Qualificação da oferta turística.



TRABALHO REALIZADO POR:

3º Ano do Curso Profissional de Turismo -12ºC

Alunos

1	Bruno Miguel Luís Fernandes
2	Cátia Sebastião Gomes
5	Frederico Henrique Valente da Silva
7	Leandro Marcos Alves
8	Leandro Pacheco Duarte
10	Miguel Aristides Nunes Ferreira
11	Ricardo Miguel João Pires
12	Soraia Gonçalves Pinto
15	Tiago Lopes Igreja
17	José Emanuel Correia
18	Ágatha Tietjen Pereira

Disciplina: Português

Docente: Rosa Martins



OBRIGADO PELA ATENÇÃO



Deste modo, este projeto de criação de empresas tenciona impulsionar o turismo na região, de modo a **criar oportunidades de emprego e a dinamizar o concelho e as suas potencialidades turísticas**. Esta foi, aliás, uma preocupação muito vinculada pelos/as jovens nestas sessões:

“As criações que decidimos apresentar, entre elas está a criação de mais roteiros turísticos, porque esta é uma zona que, é uma zona onde se podia aproveitar muito mais as caminhadas e os roteiros, e não se aproveita muito, não está tão explorada nesse sentido, e acho que devia estar mais”

(Jovens de Miranda do Douro, Sessão 3)

Os objetivos principais plasam estas intenções, designadamente **melhorar o turismo, criar infraestruturas inovadoras, criar incentivos à permanência de jovens para combater a desertificação, potenciar a condição transfronteiriça de Miranda do Douro, como por exemplo na criação de uma Eurocidade** e alertar os/as jovens para a importância do turismo. Estes objetivos confluem no propósito de dinamizar o município e promover um desenvolvimento económico e social que esbata as dissimetrias identificadas neste contexto.

Analisando as estratégias e atividades a desenvolver para a prossecução destes objetivos, percebe-se uma preocupação centrada na criação de iniciativas turísticas e de valorização e divulgação do património local, nomeadamente por intermédio da promoção de visitas a diferentes pontos característicos da região, mas também de atividades diversas como arborismo, percursos pedestres, canoagem ou BTT – potenciados pelas características da região e o contacto com a natureza – de modo a serem criadas experiências de lazer e de turismo situadas e atrativas. Para além disso, a formação de jovens qualificados na área do turismo e os incentivos à criação de empresas surgem como medidas que reforçam o turismo enquanto motor do desenvolvimento local, onde aqui os/as jovens terão um papel essencial.

Os resultados esperados demonstram essa relação entre o turismo, desenvolvimento local e fixação de população jovem na região, na medida em que, na promoção de atividades turísticas onde os/as jovens surjam como atores qualificados, se criam empregos que promovem essa fixação e, por conseguinte, um combate ao envelhecimento e à desertificação da região.

OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ONU, 2015)



ODS 8: Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.

Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais.



ODS 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Desenvolver infraestruturas de qualidade, de confiança, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas regionais e transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, focando-se no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

**OBJETIVOS PARA A JUVENTUDE EUROPEIA
(ESTRATÉGIA DA UNIÃO EUROPEIA PARA A JUVENTUDE 2019-2027) (EU, 2018)**

Objetivo 6: Impulsionar a Juventude Rural

Garantir que sejam criados empregos de alta qualidade, sustentáveis e acessíveis aos jovens dos meios rurais.

Objetivo 7: Trabalho de qualidade para todos

Criar empregos de qualidade que garantam condições de trabalho dignas, direitos laborais e uma remuneração que permita condições de vida condignas para todos os jovens.

**PLANO NACIONAL PARA A JUVENTUDE (PORTUGAL, 2018)
Enquadramento nos Domínios-Chave, objetivos específicos e objetivos operacionais**

Domínio-chave: Emprego.

Prioridade: Promover a efetivação do direito ao emprego digno e inclusivo, generalizando um mais rápido e melhor acesso ao primeiro emprego e combatendo a precariedade, com vista à sustentabilidade do processo emancipatório e criação de autonomia das pessoas jovens.

O.E. 1: Remover barreiras no acesso ao emprego e formação profissional, por jovens.

Criar um programa de apoio ao desenvolvimento de projetos de intervenção social que visem a remoção de barreiras ao acesso ao emprego e formação profissional, por jovens em contextos particularmente vulneráveis.

O.E. 5: Estimular o empreendedorismo jovem em setores estratégicos para a criação de emprego de futuro para jovens.

Apoiar o desenvolvimento de projetos empreendedores e criadores de riqueza e emprego jovem.

Título: Apadrinhamento de idosos | **Local:** Moura

“Nós notamos que um dos problemas que é maior é o envelhecimento da população e tentamos que um dos objetivos deste projeto fosse combater isso, integrando a comunidade como um todo, ou seja, a região, a terceira idade, a juventude, todas essas coisas que nos unem como comunidade para combater o isolamento e também dinamizar a nossa região, mas dando importância à pessoa idosa”

(Grupo A, Sessão 2)

A proposta de projeto “Apadrinhamento de idosos” resulta da análise dos jovens do grupo A, que identificaram como problema social **o isolamento da população idosa e a falta de atividades direcionadas e que envolvam esta população.**



Problemas e Soluções

Alguns pontos negativos na nossa região:

- Abandono e isolamento dos idosos;
- Falta de atividades e eventos que envolvam e se direcionem aos idosos;

Estratégias/ Soluções:

- Projeto de “Apadrinhamento” dos Idosos.

I. público alvo

Dos jovens aos idosos
(a partir dos 16 anos)

Principais objetivos



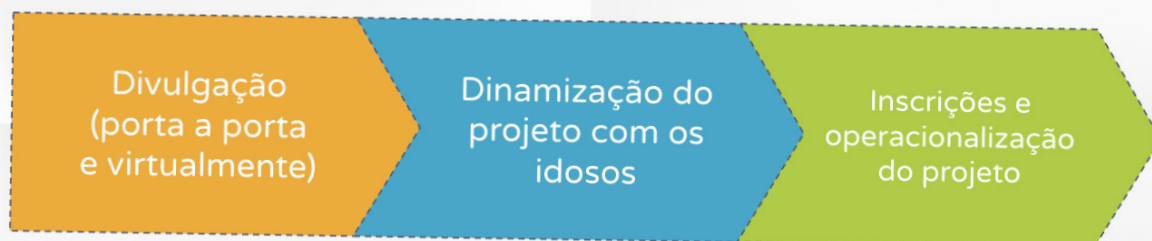


No que consiste o projeto de "Apadrinhamento de idosos"? E porque é que pode representar uma solução para o problema existente?



Vivemos numa população bastante envelhecida, e infelizmente são muitos os idosos em situação de abandono por familiares, o que leva à solidão que queremos combater. Este projeto é como "adotar" um avô ou uma avó. Vai ser como uma partilha de aprendizagens, afetos, que nos trará o sentimento de compromisso, responsabilidade e voluntariado.

O processo é fácil





Recursos Humanos e Materiais e Parcerias envolvidas



Alexandra Albergaria
Maria Margarida Lúcio
Rita Mestre
Rubén Pica

Como destacam estes/as jovens, a população de Moura é bastante envelhecida, existindo idosos/as em situação de isolamento. Neste sentido, este projeto tem como principal objetivo **a criação de uma plataforma de jovens voluntários para um apadrinhamento destes/as idosos/as**. Esta plataforma permitiria a jovens inscreverem-se para este apadrinhamento. Os/As jovens teriam o papel de, pelo menos um dia por semana, visitar os/as idosos/as que apadrinham, dar-lhes afeto, num espírito de entreajuda e de comunidade que atente na população mais fragilizada. Como referiram na 3ª sessão, aquando da primeira apresentação desta ideia de projeto,

“Basicamente, neste projeto de apadrinhamento, é só preciso estar presente, estar lá e não deixar ninguém sozinho e combater este isolamento, porque nós somos muitos e conseguimos fazer muito só com uma hora do nosso dia e com o sorriso. Nós vivemos numa população bastante envelhecida, e para nós é urgente e é de extrema importância estar de coração, porque é alegria de viver”

(Grupo A, Sessão 3)

Está subjacente a este projeto uma **preocupação social com o contexto e que é sensível ao seu envelhecimento e ao isolamento da população idosa**. Por outro lado, esta plataforma de apadrinhamento surge como instrumento que **promove o envolvimento cívico de jovens**, em prol de um bem-estar comum e da comunidade.

OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ONU, 2015)



ODS 11: Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

PLANO NACIONAL PARA A JUVENTUDE (PORTUGAL, 2018) Enquadramento nos Domínios-Chave, objetivos específicos e objetivos operacionais

Domínio-chave: Governança e participação.

O.E. 2: Incrementar a participação cívica e política das pessoas jovens, designadamente através do apoio ao associativismo, incentivo ao voluntariado e promoção da literacia política.

Estimular a participação das/os jovens no movimento associativo jovem, apoiando as associações ao nível de planos de atividades, das infraestruturas, equipamentos e dos recursos humanos e formativos e contribuindo para a sua visibilidade.

Título: Atividades culturais | **Local:** Moura

“ (...) o que queremos fazer é promover um maior dinamismo cultural na nossa zona, aproveitando os espaços que efetivamente estão mal aproveitados. Como iríamos fazer isto? Iríamos realizar diversos eventos que tinham como objetivo a promoção da cultura, atingindo o maior número de pessoas possível, todas as faixas etárias ”

(Grupo B, Sessão 3)

Esta proposta de projeto, do grupo B, resulta da identificação da **falta de oferta de atividades locais e do mau aproveitamento de alguns espaços** enquanto problemas sociais a dar resposta.



Apresentação geral do projeto



Atividades

Sessões de cinema/teatro
Drive in
Ações de sensibilização
Eventos musicais
Feiras medievais



Público-alvo

População local e não local

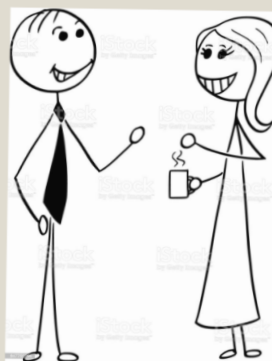


Objetivos principais/Resultados esperados

Promover
Interação
Riqueza cultural
Organização
Dinamismo
Motivação
Felicidade
Partilha
Ocupação
Experiências
Vivências
Mudança

Estratégias

Realização de eventos
Partilha da experiência
Redes sociais
Cartazes



Com o mote de **promover um maior dinamismo cultural**, este projeto prevê a realização de diversas atividades em espaços identificados como pouco aproveitados em Moura, Safara ou Barrancos. Entre os eventos a desenvolver, o projeto destaca **sessões de cinema/teatro, eventos musicais, ações de sensibilização, debates e feiras medievais**. Subjaz assim uma preocupação com as oportunidades de participação cultural, mas também de acesso a informação (por exemplo a nível político).

O acesso a ofertas diversificadas e o reaproveitamento de espaços configuram também estratégias para promover o dinamismo das comunidades em questão, designadamente por poderem consistir em momentos e espaços de interação e convívio para as populações.

OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ONU, 2015)



ODS 11: Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

OBJETIVOS PARA A JUVENTUDE EUROPEIA (ESTRATÉGIA DA UNIÃO EUROPEIA PARA A JUVENTUDE 2019-2027) (EU, 2018)

Objetivo 4: Informação e diálogo construtivo

Empoderar os jovens para que sejam utilizadores críticos e responsáveis, bem como produtores de informação.

Assegurar que os jovens possam envolver-se em diálogos respeitosos, tolerantes e não violentos tanto em linha como fora de linha.

Assegurar um acesso facilitado a informação compreensível e adaptada aos jovens que respeite os códigos de ética e padrões de qualidade.

Objetivo 6: Impulsionar a Juventude Rural

Assegurar infraestruturas adequadas nas zonas rurais, de modo a providenciar acesso equitativo aos serviços públicos, à conectividade de dados e às oportunidades de habitação para os jovens.

Assegurar a descentralização de diferentes atividades realizadas por jovens, para jovens e com os jovens, a fim de apoiar a sua inclusão e beneficiar as comunidades locais.

PLANO NACIONAL PARA A JUVENTUDE (PORTUGAL, 2018) Enquadramento nos Domínios-Chave, objetivos específicos e objetivos operacionais

Domínio-chave: Educação formal e não-formal.

O.E. 4: Promover a oferta de iniciativas que concorram para o desenvolvimento pessoal e social das/os estudantes, em articulação com os estabelecimentos de ensino e comunidade.

Criar redes de partilha de conhecimento e informação sobre iniciativas e/ou serviços desenvolvidos pelas escolas e entidades locais do âmbito da juventude.

Domínio-chave: Cultural.

O.E. 3: Estimular a fruição cultural por jovens.

Criar oportunidades e vivências para o desenvolvimento de competências e sensibilização para as diferentes expressões artísticas e culturais.

Título: Hortas comunitárias | **Local:** Moura

“As pessoas aqui, na nossa região, são muito ligadas à terra, e então praticam isto de uma forma que entretém, de ver algo a crescer e ter um propósito e atividade diária que promova a atividade física e que também não é excessiva, e que continua, que permite continuar a fazê-la com pouco mobilidade e, ao mesmo tempo, dinamizar a localidade e promover a união da comunidade porque, como referimos, temos os mercados mas acreditamos que seja a solução para motivar as pessoas a ter interesse, mesmo dentro das próprias casas, fazer e quererem partilha”

(Grupo C, Sessão 3)

O Projeto “Hortas Comunitárias”, pensado pelo grupo C, tem como objetivos **“promover a independência do/a idoso/a”, “combater a solidão” e “dinamizar a localidade”**.



MAIS QUE UM LUGAR, UM MOVIMENTO



Promover a
independência
do idoso



oferecendo uma
atividade diária
dinâmica que promova a
vida ativa.

Combater a solidão



Promovendo a
aproximação da
comunidade

Dinamizar a localidade



Criar encontros e
eventos através do
contacto nas hortas e
nos mercados.

OBJETIVOS

Mercados comunitários: a peça chave

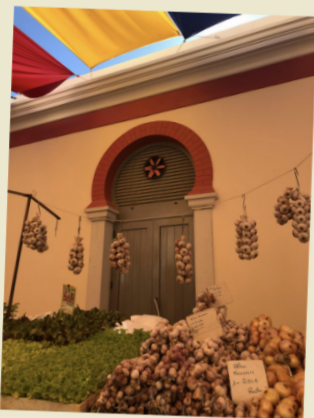


fig.1 mercado de loulé



Acreditamos que a
existência de um evento
de partilha motive a
população a participar e
criar a sua própria horta.



fig.2 mercado de loulé

Benefícios de criar uma horta e do consumo biológico



mantém-te ativo!



permite-te poupar dinheiro!



os produtos biológicos
são mais saudáveis!



desenvolve a união
da comunidade!

FIM

Neste projeto, as hortas e mercados comunitários surgiram como espaços de partilha e de convívio, **na medida em que os produtos cultivados seriam partilhados, num espírito de comunidade**, e como forma de promover a atividade física da população idosa e como mote para o consumo de produtos saudáveis e biológicos, reconhecendo que, pela sua natureza, este é um contexto com potencial para o desenvolvimento deste tipo de iniciativas. No entanto, como é destacado na apresentação, este é um projeto que procura refletir **“mais do que um lugar, um movimento”**, na medida em que, conforme o grupo o apresentou, existe uma transferibilidade da horta comunitária enquanto espaço único para a criação de diferentes hortas comunitárias, incentivando a população a, nas suas casas, criarem as suas próprias hortas. Como parcerias, o grupo identificou a Câmara Municipal, designadamente na disponibilização de espaços para a criação destas hortas.

OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ONU, 2015)



ODS 11: Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.



ODS 12: Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.

Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

OBJETIVOS PARA A JUVENTUDE EUROPEIA (ESTRATÉGIA DA UNIÃO EUROPEIA PARA A JUVENTUDE 2019-2027) (EU, 2018)

Objetivo 6: Impulsionar a Juventude Rural

Estabelecer uma imagem positiva das zonas rurais.

Assegurar a proteção das tradições rurais.

Título: Cidadãos da Natureza | **Local:** Terras de Bouro

“ Pouco aproveitamento da natureza, nós tivemos a falar e achamos que, para o espaço e qualidade de natureza que temos, a variedade, muito espaço verde, há poucas iniciativas mesmo no centro da vila, porque o Gerês toda a gente conhece o Gerês, há atividade turística e área verde, mas cá na zona, no centro, acho que não há muito aproveitamento da zona ”

(Jovens de Terras de Bouro, Sessão 1)

A proposta de projeto **“Cidadãos da Natureza”** resulta do trabalho de análise dos/as jovens do município de Terras de Bouro, que identificaram como problema social no seu contexto o **“desconhecimento da fauna e flora existente no concelho”** e o **acesso reduzido dos/as idosos/as à natureza**.



Problema Social:

- 1 Desconhecimento da fauna e flora existente no concelho de Terras de Bouro.
- 2 Idosos em lares com reduzido acesso ao ambiente natural.

Apresentação geral do projeto:

Este projeto pretende um maior contacto entre os jovens e os idosos em lares e o ambiente natural do concelho de Terras de Bouro, através de fotos e pequenos vídeos da fauna e flora existentes no concelho.

O grupo que dinamizará este projeto frequenta a Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro, no ensino secundário, no entanto está aberto à participação de qualquer aluno que frequente as escolas do agrupamento no 3º ciclo ou secundário.

Objetivos principais:

Este projeto tem como função:



Alargar o contacto dos jovens com a natureza em Terras de Bouro.



Permitir aos idosos que estão nos lares uma maior aproximação com o exterior / ambiente.



Público-alvo:

Alunos do 3º ciclo e ensino secundário e idosos residentes em lares no concelho de Terras de Bouro.

Atividades:

- Tirar fotos
- Fazer vídeos
- Mostrar/revelar espaços aos idosos
- Ouvir as histórias que os idosos têm para contar
- Publicar no blogue do agrupamento, as fotos, vídeos e os *podcasts* das histórias.



Estratégias:

- Solicitar apoio logístico à autarquia.
- Solicitar uma reunião aos lares para apresentação do projeto.
- Apresentar o projeto à câmara municipal, mostrando a importância do contacto entre os jovens, a natureza e os idosos.
- Calendarizar as visitas aos lares.

Recursos humanos e materiais:

01

Transporte para algumas zonas do concelho para tirar fotos/vídeos.

02

Transporte para fazer as visitas aos idosos.

03

Espaço para reunir.



Resultados esperados:

Maior interação entre os jovens com os idosos e mostrar a todos a beleza natural do concelho, bem como as histórias/lendas desconhecidas de muitos.



Pontos fortes do nosso projeto:



Interação:
-entre jovens;
-entre os jovens e os idosos;



Maior conhecimento do ambiente natural do concelho;



Contacto entre jovens e idosos;



Contacto com a natureza;



Maior conhecimento de histórias e lendas;



Feedback:

Os idosos poderão dar o seu feedback através de comentários no blogue e da realização de um inquérito.

Vantagens deste projeto:

- Os jovens podem replicar o projeto com os recursos necessários;
- Transporte para algumas zonas do concelho para tirar fotos/vídeos;
- Transporte para fazer as visitas aos idosos;
- Espaço para reunir.

Obrigado/a pela atenção!

Este projeto tem como **intuito promover um maior contacto intergeracional, na medida em que os/as jovens surgem como atores para facilitar o contacto da população idosa com a natureza**, por intermédio da recolha e registo de fotografias e de vídeos a serem divulgados:

“O que queríamos fazer? Levar a Natureza aos idosos. Fazer atividades em parceria com o lar, os idosos não saem, estão acamados, e como não saem de lá, para poderem ver a natureza e ter algum contacto de certa forma ”

(Jovens de Terras de Bouro, Sessão 3)

Nessa recolha, como é destacado nos objetivos principais, **promove-se também um maior contacto dos/as jovens com a natureza**. Assim, estas atividades promovem, num prisma distinto, um contacto mais próximo com a natureza tanto a jovens como a idosos/as. Para além disso, este contacto entre gerações, na ótica do que é projetado, procura também promover um conhecimento mais profundo das tradições locais, a serem partilhadas pela população mais idosa.

Como atividades e estratégias, os/as jovens elencam o registo fotográfico/vídeo, a partilha com os/as idosos/as, a troca de experiências (reconhecendo as suas experiências e saberes no que concerne ao património local) e a divulgação destas no blogue do agrupamento de escolas. Do que é projetado percebe-se não só uma preocupação ambiental mas, também, uma preocupação social. Por um lado, a promoção de um contacto com a natureza promove mais conhecimento sobre a mesma e, por outro lado, como a população idosa auscultada refere um pouco contacto com a natureza, esta necessidade seria também atendida.

Em síntese, **este é um projeto que procura não só aproximar os/as jovens da natureza, mas também trazer a natureza a outros lugares por quem não a pode ver com a mesma facilidade e mobilidade**, onde possa ser vista e sentida e, nessa sinergia, se criem experiências de aprendizagem e de participação social que atentem nas particularidades do local e das pessoas.

OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ONU, 2015)



ODS 11: Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

OBJETIVOS PARA A JUVENTUDE EUROPEIA (ESTRATÉGIA DA UNIÃO EUROPEIA PARA A JUVENTUDE 2019-2027) (EU, 2018)

Objetivo 10: Europa Verde e Sustentável

Garantir que todos, inclusive os jovens, conheçam o efeito das suas ações no ambiente.

Empoderar toda a sociedade, especialmente os jovens, para que atuem como atores de mudança para o desenvolvimento ambiental sustentável.

Apoiar e fortalecer as oportunidades para os jovens fazerem voluntariado no setor ambiental.

PLANO NACIONAL PARA A JUVENTUDE (PORTUGAL, 2018) Enquadramento nos Domínios-Chave, objetivos específicos e objetivos operacionais

Domínio-chave: Ambiente e desenvolvimento sustentável.

O.E. 1: Promover práticas de voluntariado jovem no âmbito da preservação da natureza, floresta e respetivos ecossistemas.

Aumentar a educação e a sensibilização das pessoas jovens para a valorização do ambiente, de resiliência da floresta e de proteção contra catástrofes

O.E. 3: Estimular a literacia ambiental e a participação de jovens na intervenção criativa na área do Ambiente.

4. Os projetos e seu enquadramento nos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, Objetivos para a Juventude Europeia e nos Domínios e Temas-chave do Plano Nacional para a Juventude – quadro síntese

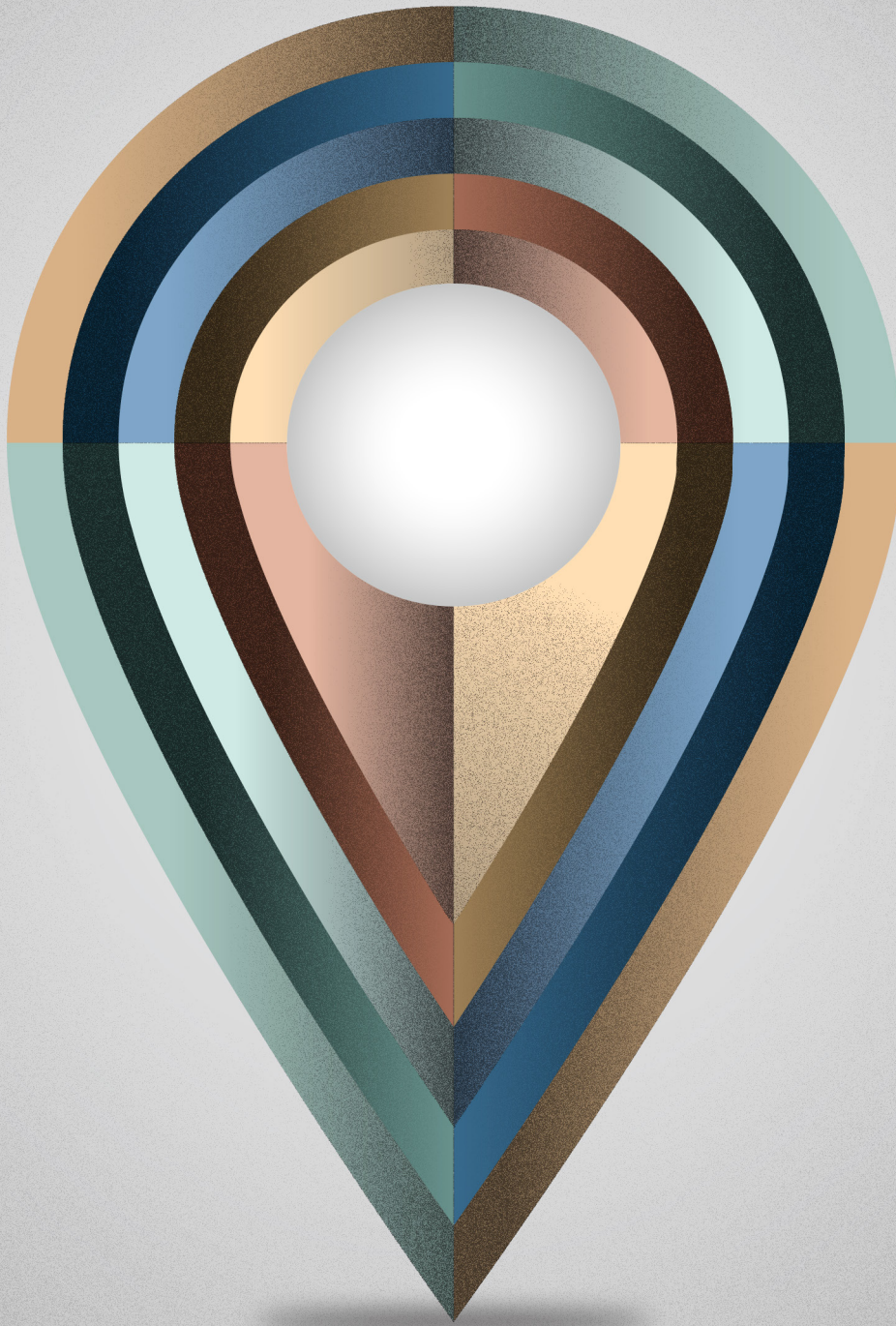
		Almeida	Elvas			Miranda do Douro	Moura			Terras de Bouro
		Proj. 1	Proj. 2	Proj. 3	Proj. 4	Proj. 5	Proj. 6	Proj. 7	Proj. 8	Proj. 9
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1									
	2									
	3									
	4									
	5									
	6									
	7									
	8									
	9									
	10									
	11									
	12									
	13									
	14									
	15									
	16									
	17									
OBJETIVOS PARA A JUVENTUDE EUROPEIA	1									
	2									
	3									
	4									
	5									
	6									
	7									
	8									
	9									
	10									
	11									

		Almeida	Elvas			Miranda do Douro	Moura			Terras de Bouro
		Proj. 1	Proj. 2	Proj. 3	Proj. 4	Proj. 5	Proj. 6	Proj. 7	Proj. 8	Proj. 9
PLANO NACIONAL PARA A JUVENTUDE	Educação		●					●		
	Emprego	●				●				
	Habituação									
	Saúde									
	Ambiente/ Desenv. sustentável			●						●
	Governança e participação						●			
	Igualdade e inclusão social									
	Admi. interna									
	Agricultura, Florestas, Desenv. rural									
	Cultura							●		
	Defesa									
	Desporto			●						
	Justiça									
	Mar									

IDEIAS-CHAVE

- Os projetos pensados pelas jovens e pelos jovens indicam uma **preocupação com a comunidade local em questões que privilegiam o desenvolvimento sustentável e a empregabilidade juvenil** para combater o despovoamento, bem como questões de natureza cívica, nomeadamente o cuidado com o bem-estar de pessoas idosas.
- Os projetos propostos dão conta de **preocupações e interesses comuns entre jovens de diferentes territórios até distantes geograficamente**. Estes interesses convergentes podem ser explicados, por um lado, por interesses juvenis de carácter mais universal como as questões ambientais e, por outro lado, por haver convergências que surgem da partilha de problemas locais comuns associados, por exemplo, ao despovoamento, isolamento e à falta de oportunidades.
- Jovens desafiados/as para liderar e tomar decisões **demonstram-se capazes de fazer leituras realistas sobre o que os/as rodeia e, nessa senda, como grupos a reconhecer nas tomadas de decisão que afetam o local**.
- A opção por abordagens participativas cria **oportunidades para um maior envolvimento de jovens no desenvolvimento das suas comunidades** a partir de propostas com as quais se identificam.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta experiência **deu a conhecer a capacidade de jovens identificarem avenidas de oportunidades onde sentem que são capazes de contribuir a partir de lugares, muitas vezes, com pouco poder, porque menos reconhecidos ou legitimados**. Por outro lado, verificou-se como são capazes de mobilizar os seus saberes, quer enquanto parte de uma juventude global, com mais destreza no domínio de contextos e ferramentas digitais, como enquanto parte de uma região, com conhecimentos específicos e situados. Esta capacidade de os/as jovens serem capazes de mobilizar aspetos das suas vidas que parecem contraditórios já tem sido abordada (Silva, 2018). Aqui fomos capazes de ver como jovens de regiões distintas acabaram por partilhar interesses em torno de causas comuns – relações intergeracionais, património, despovoamento, isolamento.

A expressão “estarmos presentes”, dita por uma jovem de Moura no contexto de apresentação de propostas de projetos e iniciativas para as suas comunidades, traduz um posicionamento que fomos encontrando entre jovens, mas também em discursos sobre eles/as ditos por representantes de autarquias, escolas e associações locais. Simbolicamente, “estarem presentes” representa não apenas uma afirmação do sentido de responsabilidade dirigido às suas regiões, mas também que essa ação, em que não se colocam arredados de ensaiar nos desafios que as suas regiões colocam, o fazem no presente. Esta ideia de que o protagonismo de jovens seja no presente e não num ensaio para uma liderança futura é fundamental. É com base nestas constatações e à luz de dados e resultados que apontam para a pertinência de uma participação de jovens em tomadas de decisão e em ações voltadas para as suas comunidades que se propõem as seguintes recomendações:

- Assegurar a definição e **implementação de políticas mais descentralizadas** e sábias das especificidades das vidas jovens nas várias regiões do país, através da concertação de sectores de decisão locais e nacionais, e envolvimento de outros atores não governamentais. A resolução de desigualdades e o potenciar de forças destes contextos são alguns caminhos para um apoio sólido a percursos sociais e educativos de sucesso entre jovens que vivem em regiões de fronteira ou noutras regiões menos centrais.
- Garantir que escolas, autarquias e outras estruturas locais, nomeadamente atores não governamentais, como famílias, **desenvolvam mecanismos colaborativos** para o desenho e implementação a nível regional de políticas situadas que estimulem o envolvimento de jovens na sua diversidade na vida das suas comunidades, como parceiros de pleno direito na co-criação de soluções.
- Assegurar práticas de monitorização e avaliação. Recomenda-se que organizações de proximidade local com responsabilidades no desenvolvimento de políticas e ações voltadas para a juventude, nomeadamente autarquias ou escolas implementem e mantenham **práticas de monitorização e de avaliação** das diferentes medidas e ações que são pensadas para a participação jovem, no sentido de obterem informação que lhes permita distinguir



as que respondem às agendas jovens, suas prioridades e objetivos por eles e elas definidos. Este exercício permite direcionar apoios, investir e estimular o desenvolvimento de iniciativas que se fundam em modelos de envolvimento jovem que respondem a critérios de uma participação transformativa e não que reservam à juventude uma posição lateral nas tomadas de decisão.

- Assegurar investimento em estudos que permitam ter **retratos atualizados da realidade jovem a nível local e regional**. A produção sistemática de conhecimento sobre a população jovem permite às organizações locais, como câmaras municipais, escolas, entre outros, conhecerem necessidades, prioridades e agendas jovens, podendo melhor planejar, desenhar objetivos claros e exequíveis, e distribuir recursos de forma ajustada.
- Implementar ações para a **promoção de confiança** entre a governação local e jovens, estejam organizados em associações convencionais ou em torno de causas e de movimentos. Considera-se que este passo é fundamental para reconhecer o potencial da população jovem e das suas agendas, do seu conhecimento e experiência na definição estratégica de políticas públicas para o desenvolvimento de regiões como as do interior e rural.
- Garantir a existência de **fóruns de auscultação de jovens**, nomeadamente em contexto escolar, sobre suas aspirações e experiências de participação. Conhecer as agendas jovens, nomeadamente o modo como jovens se entendem como atores que podem contribuir para o desenvolvimento e futuro das suas regiões, pode ser fundamental na conceção contextualizada de projetos educativos de escola, mas também na qualidade do trabalho em torno das transições juvenis que muitas escolas já fazem. Auscultar jovens nas suas propostas para o desenvolvimento local pode ser informativo para considerar ofertas educativas naquelas regiões, nomeadamente ao nível do ensino superior.
- Assegurar que no desenho de programas de intervenção que envolvam jovens se **consideram as diferentes agendas jovens, social e culturalmente situadas**. Desta forma, toma-se como organizador o sentido e a utilidade que uma iniciativa pode ter para jovens que têm recursos e formas de apropriação e necessidades distintas. Muitos comportamentos de alienação surgem por um sentimento de distanciamento relativamente às propostas de participação e envolvimento que se encontram disponíveis.
- **Desenvolver programas de formação** que no contexto das diversas organizações de base local e regional com responsabilidades por políticas, ações e trabalho com jovens (escolas, autarquias, associações juvenis, organizações de profissionais, comunidades intermunicipais, entre outras) possam adquirir competências para desenvolver espaços e ferramentas, nomeadamente digitais, para implementar abordagens participativas no sentido de **envolver jovens nos processos de tomada de decisão**.
- **Apoiar e reconhecer formas convencionais**, conselhos municipais de juventude, associativismo, etc., **e não convencionais de participação jovem**. Este reconhecimento pode auxiliar na configuração de políticas ajustadas a um conjunto diversificado de formas de envolvimento e participação cívicas e políticas em que as populações jovens se situam. Por outro lado, permite assegurar que as formas menos convencionais de participação, e que neste estudo aparecem como sendo próximas da participação “do-it-ourselves”, sejam consideradas relevantes e representadas.
- Assegurar que a nível central sejam equacionadas e implementadas **soluções para possibilitar a mobilidade de jovens** de regiões com mais constrangimentos a este nível,



nomeadamente com o propósito de garantir que o envolvimento com as suas regiões exista mesmo que tenham que sair para estudar ou trabalhar.

- Assegurar o **reconhecimento efetivo do valor e trabalho** de estruturas, níveis de governança e práticas de base local que podem ser escaladas a nível nacional. Este reconhecimento estimula a partilha de conhecimento e de recursos.
- Garantir que o trabalho com jovens é desenvolvido por **profissionais qualificados**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AD&C, Agência para o Desenvolvimento e Coesão (2018). *Relatório do Desenvolvimento & Coesão*. https://www.adcoesao.pt/sites/default/files/relatorio_desenvolvimento_coesao_adc_2018.pdf
- Almeida, Maria A. (2017). Territorial inequalities: Depopulation and local development policies in the Portuguese rural world. *Ager – Journal of depopulation and rural development studies*, 22, 61-87
- Antunes, Fátima & Barros, Rosanna (2019). Janus in governance: Interpellations around an educational policy of community intervention in Portugal. *Education Policy Analysis Archives*, 27(27), 1-24. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.27.2967>
- Baltazar, Maria S, & Santos, Marcos O. (2019). Desafios colocados às organizações de economia social, ao desenvolvimento local e aos territórios no pós 2020. *Desenvolvimento e Sociedade*, 6, 121-133. <http://hdl.handle.net/10174/27162>
- Barcelona, Robert & Quinn, William (2011). Trends in youth development research: an integrative review of positive youth development research published in selected journals between 2001-2010. *Journal of Youth Development*, 6(3), 18-37. <https://doi.org/10.5195/jyd.2011.173>
- Bertozzi, Rita (2015). Youth policies and youth participation: from beneficiaries to actors. *Italian Journal of Sociology of Education*, 7(1), 118-147
- Brion-Meisels, Gretchen & Alter, Zanny (2018). The Quandary of youth participatory action research in school settings: A framework for reflecting on the factors that influence purpose and process. *Harvard Educational Review*, 88, 429-454. <https://doi.org/10.17763/1943-5045-88.4.429>
- Brown, Nicole (2021). Scope and continuum of participatory research, *International Journal of Research & Method in Education*, 45(2), 200-211. <https://doi.org/10.1080/1743727X.2021.1902980>
- Brzinsky-Fay, Chirstian (2015). Gendered school-to-work transitions? A sequence approach to how women and men enter the labor market in Europe. In: Hans-Peter Blossfeld/Jan Skopek/Moris Triventi/Sandra Buchholz (Eds.): *Gender, Education and Employment. An International Comparison of School-to-Work Transitions*. *eduLIFE Lifelong Learning Series*. Edward Elgar.

- 
- Burrowes, Anthony, Dumbravenu, Catalina, Dupouey, Valentin, Ivanov, Alexandar, Kralj, Karlo, Majamaa, Ville, Schipper, Lotte & Vogt, Sebastian (2016). *Toolkit on quality standards for youth policy*. European Youth Forum. <https://dypall.com/wp-content/uploads/2019/11/2016-Toolkit-on-Quality-Standards-for-Youth-Policy-European-Youth-Forum.pdf>
 - Caetano, Ana P., Freire, Isabel P., & Machado, Elsa B. (2020). Student voice and participation in intercultural education. *Journal of New Approaches in Educational Research*, 9(1), 57-73. <https://doi.org/10.7821/naer.2020.1.458>
 - Caetano, Pedro (2018). Melhorar o mundo, a escola e a si próprio: os caminhos entrecruzados da experiência juvenil. *ETD – Educação Temática Digital*, 20(2), 413-433. <https://doi.org/10.20396/etd.v20i2.8650671>
 - Despacho 7032/2018, de 24 de Julho (2018). *70JÁ!* <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/7032-2018-115759521>
 - DGE, Direção-Geral da Educação (2017). *Estratégia nacional de educação para a cidadania*. <https://www.dge.mec.pt/estrategia-nacional-de-educacao-para-cidadania>
 - EC, European Commission (2018). *Flash Eurobarometer 455 – September 2017. European Youth Report*. European Union. <https://fronteirasxxi.pt/wp-content/uploads/2018/09/European-Youth-2017-relat%C3%B3rio.pdf>
 - EU, European Union (2018). *Estratégia da união europeia para a juventude 2019-2027*. Jornal Oficial da União Europeia. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42018Y1218\(01\)&from=GA](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42018Y1218(01)&from=GA)
 - EU/FEDER, European Union/Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional (2016). *Versão final: INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP)*. https://www.ccdr-a.gov.pt/wp-content/uploads/2021/07/INTERREGVA_2014_2020.pdf
 - Europe Goes Local (2019). *Carta Europeia do trabalho com jovens a nível local*. https://europegoeslocal.eu/wp-content/uploads/2022/05/20210727-egl-charter_P.pdf
 - Finlay, Sarah (2010). Carving out meaningful spaces for youth participation and engagement in decision-making. *Youth Studies Australia*, 29(4), 53-59
 - FNAJ, Federação Nacional das Associações Juvenis (2019). *Plano Nacional de Políticas Locais da Juventude*. https://fnaj.pt/uploads/editor_uploads/files/documento_plano_nacional_web.pdf
 - FNAJ, Federação Nacional das Associações Juvenis (2021). *Rede nacional de Municípios Amigos da Juventude*. <https://www.redemunicipiosjuventude.fnaj.pt/>
 - Formosinho, João, & Passos, Filipa (2019). The development of a rights-based approach to participation: from peripheral involvement to central participation of children, parents and professionals. *European Early Childhood Education Research Journal*, 27(3), 305-317. <https://doi.org/10.1080/1350293X.2019.1600801>



- Furlong, Michael J., Whipple, Angela D., St. Jean, Grace, Simental, Jenne, Soliz, Alicia & Punthuna, Sandy (2003). Multiple contexts of school engagement: Moving toward a unifying framework for educational research and practice. *The California School Psychologist*, 8(1), 99–113. <https://doi.org/10.1007/BF0334>
- Garcia, Ana D. (2022) “Fala-se em participação, mas não nos deixam participar”: cidade e cidadania a partir de olhares e vozes jovens. Tese de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
- INE, Instituto Nacional de Estatística (2022a, maio). *População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário; Decenal – INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contexto=pi&indOcorrCod=0011166&selTab=tab0
- INE, Instituto Nacional de Estatística (2022b, maio). *População activa (Série 2021 – N.º) por Local de residência (NUTS – 2013), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo; Trimestral 2021*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contexto=pi&indOcorrCod=0010704&selTab=tab0
- INE, Instituto Nacional de Estatística (2022c, maio). *Taxa de desemprego (Série 2021 – %) por Local de residência (NUTS – 2013) e Sexo; Trimestral 2021. Período de referência dos dados: 1º Trimestre de 2022*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contexto=pi&indOcorrCod=0010704&selTab=tab0
- Jardim, Carolina, & Silva, Sofia M. (2018). Young People engaging in volunteering: Questioning a generational trend in an individualized society. *Societies*, 8(1), 1–11. <https://doi.org/10.3390/soc8010008>
- Lobo, Marina, Ferreira, Vítor & Rowland, Jussara (2015). *Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: Situações e atitudes dos jovens numa perspectiva comparada* [Relatório Apresentado à Presidência da República]. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/Observatório Português da Juventude
- Lushey, Clare, & Munro, Emily (2014). Participatory peer research methodology: An effective method for obtaining young people's perspectives on transitions from care to adulthood? *Qualitative Social Work*, 14(4), 522–537. <https://doi.org/10.1177/1473325014559282>
- MacDonald, Robert & Giazitzoglu, Andreas (2019). Youth, enterprise and precarity: or, what is, and what is wrong with, the 'gig economy'? *Journal of Sociology*, 55(4), 724–740. <https://doi.org/10.1177/1440783319837604>
- Malafaia, Carla, Luhtakallio, Eeva, Menezes, Isabel, & Neves, Tiago (2018). Being civic while disavowing politics: An ethnography of a youth NGO in Portugal. *Current Sociology*, 66(5), 769–787. <https://doi.org/10.1177/0011392117704243>
- Marín-González, Freddy, Senior-Naveda, Alexa, Castro, Mercy N., González, Alicia I., & Chacin, Ana J. (2021). Knowledge network for sustainable local development. *Sustainability*, 13, 1124, 1–16. <https://doi.org/10.3390/su13031124>

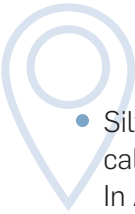


- ONU, Organização das Nações Unidas (2015). *A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Global Compact Network Portugal. <https://globalcompact.pt/index.php/pt/agenda-2030>
- Ozer, Emily J. (2017). Youth-Led participatory action research: Overview and potential for enhancing adolescent development. *Child Development Perspectives*, 11(3), 173-177. <https://doi.org/10.1111/cdep.12228>
- Pais, José M. (2000). Transitions and youth cultures: Forms and performances. *International Social Science Journal*, 52(164), 219-232. <https://doi.org/10.1111/1468-2451.00253>
- Piedade, Filipe, Malafaia, Carla, Neves, Tiago, Loff, Manuel, & Menezes, Isabel (2020). Educating critical citizens? Portuguese teachers and students' visions of critical thinking at school. *Thinking Skills and Creativity*, 37, 1-11. <https://doi.org/10.1016/j.tsc.2020.100690>
- PORDATA, Base de dados de Portugal Contemporâneo (2011). *Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e por sexo*. <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517>
- PORDATA, Base de dados de Portugal Contemporâneo (2021, dezembro). *População residente com idade entre 16 e 89 anos por nível de escolaridade completo mais elevado: total e por sexo*. <https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+idade+entre+16+e+89+anos+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+total+e+por+sexo-333>
- PORDATA, Base de dados de Portugal Contemporâneo (2022a, maio). *Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público: por nível de ensino – 2020*. <https://www.pordata.pt/Municipios/Estabelecimentos+nos+ensinos+pr%C3%A9+escolar++b%C3%AAsico+e+secund%C3%A1rio+p%C3%BAblico+por+n%C3%ADvel+de+ensino-214>
- PORDATA, Base de dados de Portugal Contemporâneo (2022b, maio). *Índice de envelhecimento segundo os Censos*. <https://www.pordata.pt/Municipios/%C3%8Dndice+de+envelhecimento+segundo+os+Censos-348>
- PORDATA, Base de dados de Portugal Contemporâneo (2022c, maio). *Densidade populacional segundo os Censos*. <https://www.pordata.pt/Municipios/Densidade+populacional+segundo+os+Censos-591>
- Power, Nicole G. (2017). (Re)constructing rurality through skilled trades training. *Studies in the Cultural Politics of Education*, 38(3), 445-458. <http://dx.doi.org/10.1080/01596306.2017.1306987>
- Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território – PNPOT (2017). *Agenda para o Interior*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-/ficheiros-coesao-territorial/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-pdf.aspx>



- Recomendação do Conselho de 22 de abril de 2013 (2013). *Garantia para a Juventude*. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013H0426\(01\)&from=ES](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013H0426(01)&from=ES)
- Recomendação do Conselho de 22 de maio de 2018 (2018). *Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida*. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604\(01\)&from=GA](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01)&from=GA)
- Resolução do Conselho de Ministros nº 11/2013. (2013). *Livro Branco da Juventude*. <https://files.dre.pt/1s/2013/03/04500/0123501250.pdf>
- Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2016, de 23 de agosto (2016). *Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território – PNPOT (2016)*. <https://files.dre.pt/1s/2016/08/16100/0284302845.pdf>
- Resolução do Conselho de Ministros nº 114-A/2018 (2018). *Plano Nacional para a Juventude – PNJ*. <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/114-a-2018-116330692>
- Ribeiro, Ana B., Caetano, Andreia, & Menezes, Isabel (2016). Citizenship education, educational policies and NGOs. *British Educational Journal Research*, 42(4), 646-664. <https://doi.org/10.1002/berj.3228>
- Sampaio, Marta & Silva, Sofia M. (in press). Mapping youth policies priorities at European and National level: Contribution to identify regional sensitive topics in Portugal border regions. *Revista de Estudios Regionales*
- Serracant, Pau (2015). The impact of the economic crisis on youth trajectories: A case study from Southern Europe. *Young*, 23, 1, 39-58. <https://doi.org/10.1177/1103308814557398>
- Silva, Ana M. & Silva, Sofia M. (2018). Relação escola-comunidade em regiões de fronteira. *Educação, Sociedade & Culturas*, 52, 29-46
- Silva, Ana. M. & Silva, Sofia M. (2021a). Development and validation of a scale to measure the resilience of schools: Perspectives of young people from vulnerable and challenging territories. *Improving schools*, Advance online publication. <https://doi.org/10.1177/1365480221991742>
- Silva, Sofia M., Silva, Ana M., Cortés-González, Pablo, & Braziane, Ruta (2021b). Learning to leave and to return: Mobility, place, and sense of belonging amongst young people growing up in border and rural regions of mainland Portugal. *Sustainability*, 13(16), 9432. <http://dx.doi.org/10.3390/su13169432>
- Silva, Nicolas M., Pinheiro, Sara & Silva, Sofia M. (2022). Culturas de participação de jovens: o caso das regiões fronteiriças em Portugal. *Sociologias*, vol. 24, n. 60, 268-301, <https://doi.org/10.1590/18070337-112385>
- Silva, Sofia M. (2011). *Da casa da juventude aos confins do mundo: Etnografia de fragilidades, medos e estratégias juvenis*. Afrontamento.



- 
- Silva, Sofia M. & Freires, Thiago (2021). Autarquias, jovens e desenvolvimento local centrado na juventude: o caso das regiões de fronteira de Portugal continental. In A. Fragoso (Ed.), *Desenvolvimento local em Portugal*. Afrontamento
 - Simões, Francisco (2018). How to involve rural NEET youths in agriculture? Highlights of an untold story. *Community Development*, 49(5), 556-573. <https://doi.org/10.1080/15575330.2018.1531899>
 - Skerrat, Sarah (2013). Enhancing the analysis of rural community resilience: Evidence from community land ownership. *Journal of Rural Studies*, 31, 36-46. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2013.02.003>
 - Torres-Harding, Susan, Baber, Ashley, Hilvers, Julie, Hobbs, Nakisha & Maly, Michael (2018). Children as agents of social and community change: Enhancing youth empowerment through participation in a school-based social activism project. *Education, Citizenship and Social Justice*, 13(1), 3-18. <https://doi.org/10.1177/1746197916684643>
 - Trivelli, Carolina, & Morel, Jorge (2021) Rural youth inclusion, empowerment, and participation. *The Journal of Development Studies*, 57(4), 635-649. <https://doi.org/10.1080/00220388.2020.1808194>
 - UN, United Nations (2018). *World Youth Report – Youth and the agenda 2030*. <https://www.un.org/development/desa/youth/world-youth-report/wyr2018.html>
 - Unidade de Missão para a Valorização do Interior (2017). *Programa Nacional para a Coesão Territorial – PNCT*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-/ficheiros-coesao-territorial/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-pdf.aspx>
 - Walther, Andreas (2006). Regimes of youth transitions: Choice, flexibility and security in young people's experiences across different European contexts. *YOUNG*, 14(2), 119-139. <https://doi.org/10.1177/1103308806062737>
 - Wyn, Johanna (2011). The sociology of youth: A reflection on its contribution to the field and future directions. *Youth Studies Australia*, 30(3), 34-39. <https://eric.ed.gov/?id=EJ944544>
 - Yndigegn, Carsten (2003). Life planning in the periphery: Life chances and life perspectives for young people in the Danish-German border region. *Young* 11(3), 235-251. <https://doi.org/10.1177/11033088030113003>



